

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “ JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

REGINA MARIA DE SOUZA

TRABALHO E VIVÊNCIA COTIDIANA NO COMPLEXO CANAVIEIRO: A
EXPERIÊNCIA DO MIGRANTE NORDESTINO EM ITURAMA-MG

FRANCA
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

REGINA MARIA DE SOUZA

**TRABALHO E VIVÊNCIA COTIDIANA NO COMPLEXO CANAVIEIRO: A
EXPERIÊNCIA DO MIGRANTE NORDESTINO EM ITURAMA-MG**

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Ubaldo Silveira.

**FRANCA
2009**

Souza, Regina Maria de

Trabalho e vivência cotidiana no complexo canavieiro: a experiência do migrante nordestino em Iturama-MG / Regina Maria de Souza. –Franca : UNESP, 2009

Dissertação – Mestrado – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Migração – Brasil. 2. Trabalho rural – Precarização.
3. Trabalhadores migrantes – Setor sucroalcooleiro – Iturama (MG).

CDD – 362.851

REGINA MARIA DE SOUZA

TRABALHO E VIVÊNCIA COTIDIANA NO COMPLEXO CANAVIEIRO: A
EXPERIÊNCIA DO MIGRANTE NORDESTINO EM ITURAMA-MG

Dissertação apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para a obtenção do
Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e
Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dr. Ubaldo Silveira - FHDSS/UNESP

1º Examinador(a) _____
Profa. Dra. Helen Barbosa Raiz Engler- FHDSS/UNESP

1º Examinador(a) _____
Prof. Dr. Sebastião Geraldo - UNAERP

Franca, _____ de _____ de 2009

Ao trabalhador migrante nordestino

AGRADECIMENTOS

Esse não foi um trabalho solitário. Contei com o que guardei das pessoas do meu passado e com os amigos e professores de meu presente. E é preciso agradecer a todos:

A Deus: uno, trino, misericordioso, compassivo e sempre justo. E à Virgem Maria, que intercede por mim.

A meu orientador, professor Dr. Ubaldo Silveira, que é capaz de viver em seu cotidiano a ética que ensina. Além do conhecimento científico, aprendi o que é compreensão, liberdade, respeito, confiança, dignidade e ética: “A sabedoria enaltece seus filhos e se desvela pelos que a procuram. Amá-la é amar a vida: os que madrugam por ela serão repletos de alegria.” Obrigada professor.

À professora Dra Helen Barbosa Raiz Engler por sua capacidade insuperável de acolher e acreditar: “Amigo fiel é refúgio seguro; quem o encontrou, encontrou um tesouro.” Obrigada pela amizade, cuidado e dedicação. Esse trabalho não teria sido concluído, sem a participação da amiga e da professora.

A meus bisavós, avós, antepassados migrantes nordestinos e imigrantes italianos, que me propiciaram nascer, crescer e viver no interior de São Paulo e nos cerrados de Minas Gerais, cujas paisagens vi modificar-se ao longo de minha infância, adolescência e vida adulta. Migrei muitas vezes; primeiro com meus pais, depois sozinha, por motivos diversos. Mas minha identidade fundamental continua a mesma e vem de minha origem geográfica. Com o pequeno e médio agricultor e com o trabalhador assalariado, acostumei-me a entender o trabalho e a dimensão que ocupa em nossas vidas. Foi com as folias de Santos Reis e as fogueiras de São João que cresci e aprendi a importância do local e da comunidade. Fazem parte de meu imaginário, as lavouras de café, arroz, algodão, feijão e o entendimento de como é fértil a terra de minha região de origem. Sempre terei para onde voltar.

A meu pai, com quem compreendi o valor do trabalho. À minha mãe, que me ensinou a nunca perder a dimensão da trajetória. E a meus irmãos e irmã, em especial a Antônio Carlos.

Aos amigos de toda uma vida: Júlio César e Marcelo, que contribuíram com a pesquisa de campo. E aos amigos recentes, não menos amados: Tais, Meire, Cíntia, David, Walter, Analúcia, Ariadine e Máira. Conteí com o apoio incondicional de Tais e Cíntia, para superar minha falta de tempo, durante as disciplinas e nos difíceis dias de finalização desta dissertação, conteí com a presença amiga e paciente de Marcelo e Walter.

Ao Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, no qual recebi sólida formação em economia, forjada na leitura dos clássicos, dos grandes autores contemporâneos e por meio da investigação científica. Orgulho-me muito de minha formação fundamental e da universidade na qual fui formada economista.

À Silvia Cristina Arantes de Souza que durante os anos em que foi minha coordenadora no Curso de Serviço Social da FUNEC, me apresentou ao Serviço Social e a este programa de mestrado.

À Rosicler, pelas correções e valiosas sugestões na versão final do texto.

A meus alunos, que me fazem persistir na difícil tarefa de ensinar!

A meus sujeitos de pesquisa, que garantiram a vida dessa dissertação de mestrado.

E, por fim, agradeço ao Programa de Mestrado em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, que me acolheu e agora faz parte de minha vida acadêmica. Orgulho-me do que aprendi aqui com as disciplinas, professores e com as pessoas que conheci. Obrigada a todos!

Elias "[...] seguiu pelo deserto, que ficava a um dia de caminhada. Ao chegar, sentou-se debaixo de uma giesteira isolada. Pediu a morte e disse: Não agüento mais! Agora, Senhor, tira a minha vida, pois não valho mais do que meus pais. Depois deitou-se e adormeceu debaixo de uma giesteira solitária. Eis, porém, que um anjo do Senhor o tocou e disse: Levanta-te e come! Ele olhou: junto à cabeça havia um pão cozido, pedras aquecidas e uma bilha com água; ele comeu, bebeu e deitou-se novamente. O anjo do Senhor voltou, tocou-o e disse: Levanta-te e come senão o caminho será demasiado longo para ti. Elias levantou-se, comeu e bebeu e depois, fortificado por aquele alimento, caminhou quarenta dias e quarenta noites até a montanha de Deus, o Horeb." (I Reis 19, 3-9)

SOUZA, R. M. **Trabalho e vivência cotidiana no complexo canavieiro: a experiência do migrante nordestino em Iturama-MG.** 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

RESUMO

Este trabalho procurou compreender o cotidiano de trabalhadores migrantes nordestinos inseridos, a partir dos anos 1990, no setor sucroalcooleiro do município de Iturama-MG. Os referidos trabalhadores, apesar de desempenharem papel importante nesse setor produtivo, são alvo de preconceito por parte dos trabalhadores e moradores locais. A pesquisa de campo de modalidade qualitativa, analisou aspectos como nível de escolaridade, renda, acesso a bens de consumo, condições de moradia e a consciência que os referidos trabalhadores tem de sua realidade. Além de dados obtidos por meio de aplicação de entrevista semiestruturada, utilizou-se pesquisa bibliográfica para explicar as modificações que ocorreram ao longo da modernização conservadora da agricultura brasileira, a partir dos anos 1960, criando condições para a emergência dos complexos agroindustriais, em detrimento das pequenas e médias culturas, reduzindo o volume de empregos, devido à mecanização das culturas, e intensificando a desigualdade no campo. Identificou-se os fatores que propiciaram a ocupação da mesorregião do Triângulo Mineiro e a expansão das agroindústrias em seus municípios, destacando-se o município de Iturama-MG que, a partir da introdução do setor sucroalcooleiro, nos anos 1980, e sua expansão, nos anos 1990, cria grande demanda por trabalhadores migrantes nordestinos ocupados no plantio e corte da cana-de-açúcar. Parte deles fixa residência em área periférica, onde surgiu o bairro Antônio Bráulio, local em que se encontram em condições sócio-culturais distintas de sua cultura original. Analisou-se um grupo selecionado de trabalhadores residentes no referido bairro quanto à sua forma de inserção nas atividades do setor sucroalcooleiro, a ocorrência de transformações em suas condições sócio-econômicas e culturais, a partir da migração e, sobretudo, a relação de dependência desses indivíduos com o trabalho atual e a lógica de segregação que vivenciam no bairro Antônio Bráulio.

Palavras-chave: trabalho. migração. setor sucroalcooleiro. preconceito. sociedade.

SOUZA, R. M. **Trabajo y vivencia cotidiana en el complejo cañaveral: la experiencia del emigrante nordestino en Iturama-MG.** 2009.164 f. Disertación (Máster en Servicio Social) – Facultad de Historia, Derecho y Servicio Social, Universidad Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

RESUMEN

Este trabajo comprende el cotidiano de trabajadores emigrantes nordestinos insertados, a partir de los años 1990, en el sector sucroalcoholero del municipio de Iturama-MG. Los referidos trabajadores aun desempeñando papel importante en este sector productivo, son clave del prejuicio por parte de los trabajadores y de los habitantes locales. La investigación de campo de modalidad cualitativa analizó aspectos como el nivel de escolaridad, renta, acceso a bienes de consumo, condiciones de vivienda y la consciencia que los referidos trabajadores tienen de su realidad. Además de los datos obtenidos por medio de aplicación de encuestas semiestructuradas se utilizó investigación bibliográfica para explicar las modificaciones que ocurrieron a lo largo de la modernización conservadora de la agricultura brasileña, a partir de los años 1960, creando condiciones para la emergencia de los complejos agroindustriales, en detrimento de las pequeñas y medias culturas, reduciendo el volumen de los empleados, a causa de la mecanización de las culturas, e intensificando la desigualdad en el campo. Se identificó los factores que propiciaron la ocupación de la mesorregión del Triángulo Mineiro y la expansión de las agroindustrias en sus municipios, destacándose el municipio de Iturama-MG que, a partir de la introducción del sector sucroalcoholero, en los años 1980 y su expansión en los años 1990, crea gran demanda de los trabajadores emigrantes nordestinos ocupados con el plantío y corte de la caña de azúcar. Parte de ellos fija residencia en área periférica, donde surgió el barrio Antonio Braulio, local en que se encuentran en condiciones socio cultural de su cultura original. Se analizó un grupo selectivo de trabajadores residentes en el referido barrio cuanto a su forma de inserción en las actividades del sector sucroalcoholero, a la ocurrencia de transformaciones en sus condiciones socioeconómicas y culturales, a partir de la migración y, sobre todo, la relación de dependencia de esos individuos con el trabajo actual y la lógica de segregación que viven en el barrio Antonio Braulio.

Palabras clave: trabajo, emigración, sector sucroalcoholero, prejuicio, sociedad.

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Casas típicas da “área central” do bairro.....	88
Foto 2: Casas típicas da “área periférica” do bairro.....	89
Foto 3: Casas construídas na periferia do Bairro Antônio Bráulio.....	90
Foto 4: Trabalhador ocupado no corte da cana-de-açúcar.....	103
Foto 5: Mercadoria do Norte.....	108
Foto 6: Bebidas alcoólicas comercializadas na mercadoria.....	109
Foto 7: Panorama geral das mercadorias comercializadas.....	110
Foto 8: Charque prensado.....	111
Foto 9: Fígado prensado.....	112
Foto 10: Diversas marcas de rapadura.....	113
Foto 11: Diferentes marcas de “bolachas”.....	114
Foto 12: Artigos diversos.....	114
Foto 13: Igreja Evangélica.....	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição espacial das unidades produtoras de açúcar e álcool nos anos 1990.....	43
Tabela 2: Nível educacional da população adulta nos anos de 1991 e 2000.....	76
Tabela 3: Porcentagem da renda apropriada por extratos da população, 1991 e 2000.....	77
Tabela 4: Informações sobre lavouras permanente do município de Iturama-MG – 2007.....	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Volume total de produção de açúcar e álcool pelo Grupo Tércio Wanderley.....	72
Quadro 2: Indicadores dos municípios da microrregião de Frutal e do município de Belo Horizonte.....	75
Quadro 3: O processo de escolarização para os municípios selecionados.....	82
Quadro 4: Análise comparativa de indicadores dos municípios de origem e do município de destino em 2000.....	85
Quadro 5: Idade média do chefe de família.....	104
Quadro 6: Nível de escolaridade do chefe de família.....	105
Quadro 7: Renda mensal da unidade familiar – em salários mínimos.....	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tamanho médio das famílias de migrantes.....	95
Gráfico 2: Ocupação dos trabalhadores migrantes no setor sucroalcooleiro.....	101
Gráfico 3: Nível de escolaridade do chefe de família.....	107
Gráfico 4: Idade de ingresso do trabalhador no mercado de trabalho.....	119
Gráfico 5: A importância do trabalho no cotidiano do trabalhador migrante.....	124
Gráfico 6: Festas e celebrações típicas das cidades de origem.....	129
Gráfico 7: Atividades de lazer da família.....	132
Gráfico 8: Estabelecimentos comerciais freqüentados pelos migrantes.....	133
Gráfico 9: Tempo transcorrido desde a última visita à cidade de origem.....	136

LISTA DE SIGLAS

CAIs	Complexos Agroindustriais
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IDH	Índice De Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITR	Imposto Territorial Rural
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
PEA	População Economicamente Ativa
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
OCC	Operações Oficiais de Crédito
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
UBS	Unidade Básica de Saúde
URV	Unidade Real de Valor
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUS	Sistema Único de Saúde.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
PERCURSO METODOLÓGICO.....	20
CAPÍTULO 1 A EMERGÊNCIA DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS E O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO MEIO RURAL BRASILEIRO.....	26
1.1 A modernização conservadora da agricultura brasileira na segunda metade do século XX: a questão da apropriação industrial e monopolista das atividades agrícolas.....	26
1.2 As transformações na dinâmica das relações de trabalho no Brasil.....	45
CAPÍTULO 2 MODIFICAÇÕES NO ESPAÇO AGRÍCOLA E DINÂMICA SÓCIO- ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE ITURAMA-MG.....	61
2.1 A Mesorregião do Triângulo Mineiro: Origem e evolução.....	61
2.2 Análise da dinâmica sócio-econômica e cultural do município de Iturama-MG a partir dos anos 1990.....	73
2.3 O bairro Antônio Bráulio: origem, características e forma de organização sócio- econômica e cultural de famílias de migrantes empregados em atividades produtivas do setor sucroalcooleiro.....	86
CAPÍTULO 3 O TRABALHADOR MIGRANTE NORDESTINO E SUA INSERÇÃO NO BAIRRO ANTÔNIO BRAÚLIO: ESPAÇO DE VIDA OU DE SEGREGAÇÃO?.....	93
3.1 Caracterização socio-econômica e cultural das famílias de migrantes nordestinos residentes no bairro Antônio Bráulio.....	93

3.2 A dimensão do trabalho no cotidiano do migrante proveniente do Nordeste brasileiro: reflexões a cerca da inserção no mercado de trabalho.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS.....	149
APÊNDICES	
APÊNDICE A - Entrevista semiestruturada com os trabalhadores migrantes empregados no setor sucroalcooleiro em Iturama-MG.....	156
APÊNDICE B - Entrevista com a diretora da escola que atende os moradores do bairro Antônio Bráulio.....	163
APÊNDICE C - Entrevista com funcionário que trabalhou para os grupos Alexandre Balbo e Tércio Wanderley na unidade produtiva de Iturama-MG.....	164
APÊNDICE D - Entrevista com o gerente da “Mercearia do Norte”	165
APÊNDICE E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	166

INTRODUÇÃO

A História está repleta de relatos sobre a relação que o homem estabeleceu com seus territórios e que incluem a apropriação dos espaços, a exploração dos ambientes naturais e as relações de poder estabelecidas no interior dos grupos humanos e entre estes. Segundo Albuquerque Junior (2007) tratar da forma como se estabelecem marcos e fronteiras, de como se simboliza a separação espacial, e se nomeia o próprio território e o do outro, de como se domina o próprio grupo e os que representam alguma oposição, é tratar das lutas e guerras e da forma como a maioria dos grupos humanos procura estabelecer, por meio da percepção das diferenças, a sua identidade. Como pautam-se no conhecimento das diferenças, que são consideradas negativas pela maioria, surge o preconceito, sendo que o de origem geográfica é justamente aquele que marca um indivíduo simplesmente por pertencer a um outro país ou região.

No contexto brasileiro, os trabalhadores pobres que migram do Nordeste são especialmente marcados pelo preconceito, na medida em que, ao nordestino, está vinculada uma imagem de que são retirantes, miseráveis e famintos, que inspiram piedade e medo, constituindo estereótipos que vem sendo reproduzidos pelo cinema, pela literatura e pela música.

A região Nordeste do Brasil, historicamente relegada ao atraso, apresenta um grande número de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social e econômica, sem acesso ao trabalho formal ou à remuneração condizente com as demandas familiares. Diante dessa situação, o Nordeste mantém uma lógica de expulsão de trabalhadores que, não conseguindo produzir em suas pequenas propriedades ou sem acesso aos meios de produção, acabam por deslocar-se para o Centro-Sul em busca de trabalho. Nas últimas décadas, encontraram ocupação temporária na agroindústria do setor sucroalcooleiro, que apresentou expansão no período.

Grande parte dos trabalhadores migrantes empregados no cultivo, queima e corte da cana-de-açúcar estão expostos à uma carga horária exaustiva e, em muitos casos, a situações de alto risco, a uma renda inferior à que seria obtida por trabalhadores do Centro-Sul ocupadas nas mesmas atividades, mas superior à remuneração obtida em suas regiões de origem.

A inserção de trabalhadores migrantes nordestinos no complexo canavieiro em Iturama, município do Estado de Minas Gerais, constitui-se em um exemplo de

como se configura o conjunto de relações estabelecidas entre a organização empresarial, os trabalhadores e a população local.

Para compreensão dessa especificidade, realizou-se pesquisa de campo com os migrantes que habitam o bairro Antônio Bráulio, localizado na periferia da cidade, e que concentra grande contingente de trabalhadores migrantes nordestinos. Da interlocução entre a população local e migrantes, emergem questões como a forma de inserção dos migrantes no contexto social da cidade e as modificações acarretadas em seus hábitos, usos, costumes, bem como a sua compreensão acerca do trabalho e sua nova vivência cotidiana.

No intuito de analisar essas questões e seus condicionantes, esta dissertação de mestrado foi dividida em 3 (três) capítulos: o primeiro intitulado “A emergência dos Complexos Agroindustriais e o processo de precarização do trabalho no meio rural brasileiro”, trata das modificações introduzidas na agricultura nacional pelo modelo de desenvolvimento econômico e político adotado no Brasil desde o início do processo de industrialização, que não priorizou as demandas das classes menos favorecidas. Nos anos 1960, verificam-se elevados índices de industrialização no meio urbano e a configuração dos complexos agroindustriais, o que intensifica as desigualdades sócio-econômicas presentes no interior da sociedade brasileira.

Entre os anos 1970 e 1990, os desequilíbrios econômicos e políticos internos acentuaram as desigualdades e a política econômica, implementada a partir do Plano Real, no final de 1993, priorizou a estabilização das variáveis macroeconômicas, em detrimento do crescimento econômico e da solução dos problemas sociais. A adoção e manutenção, por longo período, de medidas como a elevação da taxa de juros, restringiu o acesso ao crédito, sobretudo, para pequenos e médios produtores do setor agrícola e acarretou na redução da geração de emprego e renda. Conseguiram manter-se, no mercado agrícola nacional, os produtores capitalizados e as agroindústrias, que contam com mais fácil acesso a crédito e à incorporação de progresso tecnológico.

As transformações ocorridas no mundo rural brasileiro, a partir do processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, verificado a partir dos anos 1960, acarreta impactos sobre as atividades produtivas dos proprietários e trabalhadores rurais, destacando: a lógica de precarização das relações de trabalho no campo, a intensificação da exclusão social e dos fluxos migratórios, em especial

de trabalhadores nordestinos, em direção às atividades da agroindústria sucroalcooleira do Centro-Sul.

No segundo capítulo, “Modificações no espaço agrícola e dinâmica sócio-econômica do município de Iturama-MG”, destacou-se o histórico da ocupação da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a evolução de suas relações de produção e a organização de sua mão-de-obra. Mereceu destaque a análise do processo de formação do Município de Iturama e a comparação de seus principais indicadores sócio-econômicos com os dos municípios de origem dos trabalhadores migrantes que habitam o bairro Antônio Bráulio.

Também mostrou-se relevante entender o processo de re-estruturação da agroindústria do setor sucroalcooleiro em Iturama, a partir dos anos 1990, bem como os impactos desse processo na dinâmica do trabalho no meio rural e urbano, enfatizando-se a questão da incorporação de grandes grupos de migrantes, provenientes dos estados do Nordeste, nas atividades de plantio, queima e corte, bem como na dinâmica da sociedade local, já que parcela significativa desses migrantes acaba por estabelecer-se com suas famílias na periferia da cidade de Iturama.

No que se refere ao terceiro capítulo, “O trabalhador migrante nordestino e sua inserção no bairro Antônio Braúlio: espaço de vida ou de segregação?”, busca compreender as características dos trabalhadores migrantes nordestinos que habitam o bairro Antônio Bráulio, empregados no setor sucroalcooleiro, do município de Iturama-MG, constituídos por indivíduos anteriormente desempregados; por jovens que recentemente integraram a população economicamente ativa e por trabalhadores empregados com baixa remuneração em suas cidades de origem.

Esses indivíduos, ao longo da década de 1990, alijados de condições de trabalho capazes de inclui-los na sociedade de consumo em sua região de origem geográfica, migraram e trouxeram consigo os seus familiares, na expectativa de obtenção de emprego e renda. Abandonaram laços de parentesco, amizade em sua região de origem e convivem com expresso preconceito em relação às suas especificidades de linguagem, identidade cultural, usos e costumes.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa de campo realizada ao longo do desenvolvimento desta dissertação de mestrado, cujos resultados foram apresentados e analisados na sequência, percorreu uma trajetória que permeou a pesquisa de abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2005), em uma investigação por método qualitativo, trabalha-se com atitudes, crenças, comportamentos e ações, procurando-se entender a forma como as pessoas interpretam e conferem sentido às suas experiências e ao mundo em que vivem, o que se procurou realizar no transcurso deste trabalho. Por meio de pesquisa de campo, foram obtidos dados sobre renda, idade e escolaridade, no intuito de contribuir para a organização do perfil dos sujeitos de pesquisa, mas o objetivo foi compreender o significado do trabalho no cotidiano dos trabalhadores, a relação destes indivíduos com o trabalho, o espaço, o “lugar” ocupado por este em seu cotidiano, o que implica na necessidade de observar, analisar e relacionar vivências, reações dos sujeitos de pesquisa diante dos questionamentos apresentados, objetivando a compreensão, a partir de seus relatos, do sentido das ações dos sujeitos e as consequências do processo migratório em seu contexto pessoal, familiar e nas interações sociais que precedem e são posteriores ao ato de migrar.

Demo (2003, p. 128) afirma que:

Conflitos de expectativa, embaralhamento das idéias, contradições na comunicação, desconfiança frente a estranhos, diferenças notáveis entre a primeira fala e falas mais detalhadas e profundas são melhor captadas por métodos mais flexíveis, que privilegiam a realidade sobre o método.

E foi essa a proposta desta dissertação na medida em que os sujeitos de pesquisa guardam em seu cotidiano e em sua interação com o trabalho e com os moradores antigos da cidade de Iturama um conjunto de relações complexas.

Os dados referentes ao trabalhador migrante nordestino foram obtidos por meio de aplicação de entrevista semi-estruturada, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão, sem se prender à indagação formulada, sendo que as suas “falas”, foram

utilizadas nesta dissertação tal qual pronunciadas pelos sujeitos de pesquisa, inclusive quando em discordância com a norma culta da língua portuguesa, a fim de realizar registro fiel das especificidades de sua comunicação verbal. Dois pesquisadores participaram da aplicação das referidas entrevistas, para que fosse possível a um pesquisador aplicar as entrevistas e anotar os dados e informações obtidas enquanto o outro observava o comportamento dos entrevistados, a dinâmica familiar, as características da habitação, participando, posteriormente, da análise dos dados obtidos. Considerou-se necessário que cada um dos entrevistadores dominassem os objetivos a serem alcançados em cada questão da entrevista.

As entrevistas semiestruturadas utilizadas na pesquisa de campo foram aplicadas aos trabalhadores migrantes inseridos no setor sucroalcooleiro do município de Iturama-MG nos dias 14 e 16 de janeiro de 2009 no Bairro Antônio Bráulio, todas nas residências dos referidos trabalhadores migrantes. Foram entrevistados chefes de família, todos do sexo masculino, mas as esposas estavam presentes em 11 (onze) das 12 (doze) entrevistas aplicadas e suas colocações foram anotadas, já que constantemente os chefes de famílias recorriam a estas para responder à entrevista.

A renda considerada é a média da renda familiar obtida no ano de 2008. Todos os entrevistados foram informados previamente sobre objetivos da pesquisa, nome e vinculação acadêmica da pesquisadora responsável e de seu orientador, teor da entrevista e forma de divulgação a fim de optarem por participar ou não da pesquisa. Aos que concordaram em ser entrevistados, solicitou-se autorização para utilização anônima de suas respostas, por meio de termo de consentimento livre e esclarecido, o qual foi preenchido com base nas informações fornecidas pelos entrevistados, assinado em duas cópias (pela pesquisadora responsável e por cada entrevistado), de forma que uma cópia foi entregue a cada entrevistado e a outra, foi arquivada pela pesquisadora responsável, de acordo com a Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Assim, os nomes próprios utilizados para diferenciar as “falas” dos sujeitos de pesquisa são fictícios.

A idade de ingresso no mercado de trabalho, bem como a ocupação profissional anterior e atual é a do chefe de família. Salvo em uma das famílias entrevistadas, as esposas não trabalham em atividade remunerada, ocupando-se do cuidado com os filhos e com os afazeres domésticos.

A cidade de Iturama localizada na microrregião de Frutal que integra a mesoregião¹ do Triângulo Mineiro, recebeu nas 3 (três) últimas décadas um grande fluxo de migrantes em busca de trabalho no setor sucroalcooleiro, que se dividem entre aqueles que sazonalmente migram e retornam às suas cidades de origem geográfica ao final da safra e aqueles que instalaram-se na cidade juntamente com sua família nuclear e em alguns casos agregando parentes e amigos próximos.

Os migrantes que se mudaram para Iturama com a família, instalaram-se em diferentes bairros periféricos da cidade, tais como Antônio Bráulio, Bom Sucesso, Morumbi, Jardim América, Quatrocentas Casas e Amazonas. Em meados dos anos 1990, ocorreu a reestruturação da cadeia produtiva da cana-de-açúcar no município, o que gerou expansão da demanda por mão-de-obra para plantio, corte e beneficiamento desta matéria-prima. O processo de re-estruturação do período atraiu um conjunto de trabalhadores que enxergaram na mudança em curso a oportunidade de obtenção de trabalho com contratação permanente ou, temporária, a cada safra, o que os motivou a fixarem residência no município de Iturama.

No contexto dos bairros citados anteriormente, o bairro Antônio Bráulio, escolhido como lócus de pesquisa, guarda uma especificidade: o fato de ter sido criado em 1994, com o intuito de atender à demanda reprimida da população local por moradias, intensificada pela presença de famílias nordestinas migrantes que ocuparam área próxima aos bairros Bom Sucesso e Quatrocentas Casas, vivendo em condições precárias.

Ao ser criado, o bairro passa a abrigar famílias migrantes, além de moradores locais, que em sua maioria, ainda integram a população do bairro. Constituem-se em sujeitos desta pesquisa de campo, chefes de família que habitam ainda o bairro Antônio Bráulio e permanecem empregados diretamente nas atividades do setor sucroalcooleiro. Não foram consideradas as que migraram em função da demanda por mão-de-obra no setor sucroalcooleiro, mas que hoje trabalham em atividades de outros segmentos produtivos. Também não são sujeitos desta pesquisa as famílias que migraram recentemente, já que interessa compreender as modificações a que estão submetidas as famílias estabelecidas a cerca de uma década em Iturama.

¹ Uma mesoregião engloba várias microrregiões, a do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é formada pelas microrregiões de Frutal, Ituiutaba, Uberlândia, Patrocínio, Patos de Minas, Uberaba e Araxá. Para sua definição são utilizados aspectos como clima, relevo, vegetação, economia, ocupação, relações de trabalho, renda, bem como as relações sociais e econômicas existentes entre os municípios integrantes.

É importante ressaltar que os bairros criados anteriormente ao Bairro Antônio Bráulio (Bom Sucesso, Jardim América, Quatrocentas Casas) e os loteados posteriormente (Amazonas e Morumbi), apesar de possuírem migrantes entre os seus moradores, não foram criados com o intuito de receber famílias migrantes vulneráveis socialmente.

O que justifica a escolha do bairro Antônio Bráulio é o fato de seu loteamento ser realizado no momento em que havia um conjunto de migrantes em condições de habitação precária e que foram instalados no bairro e tem no mesmo, até o presente momento, seu espaço de moradia e convivência social. Não há interesse fundamental em mensurar os trabalhadores migrantes que habitam o bairro, mas em conhecer o contexto sócio-econômico e cultural em que estão inseridos.

A escolha do período aqui considerado, cerca de uma década, justifica-se pelo fato de ter sido suficiente para a integração desse trabalhador no mercado de trabalho, para a formação de vínculos sociais, crescimento dos filhos (que atingiram a adolescência ou a fase adulta) e estruturação de seu espaço de vida cotidiana. Portanto, o sujeito desta pesquisa de campo é o trabalhador nordestino inserido no setor sucroalcooleiro do município de Iturama-MG, a partir dos anos 1990 e cujo processo migratório implicou na migração de sua família.

Após a escolha do sujeito de pesquisa, definiu-se o bairro Antônio Bráulio como lócus. Na seqüência, foram determinadas as categorias de dados a serem pesquisadas e organizada a entrevista semiestruturada a ser aplicada para os 12 (doze) sujeitos.

Decidiu-se também pela realização de uma entrevista com a diretora da escola do bairro Bom Sucesso, feita no dia 12 de janeiro de 2009, devido ao fato de ser a instituição que, prioritariamente, atende as crianças migrantes e seus pais, em parte em função de sua localização próxima ao bairro, mas também por exercarem no processo de escolarização a oportunidade de integração social e ascensão profissional.

A partir da organização do instrumento de coleta e do treinamento dos pesquisadores, estabeleceu-se contato com o escritório da paróquia da igreja católica que atende o bairro Antônio Bráulio, a fim de obter informações preliminares sobre a localização de migrantes nordestinos estabelecidos no local. Ao serem apresentados os objetivos da pesquisa de campo o responsável pelo escritório indicou e contactou uma família de migrantes nordestinos inseridos no setor

sucoalcooleiro, a qual foi a primeira a ser entrevistada e fonte importante de informações a cerca da localização de outras famílias que atendiam aos requisitos da pesquisa.

Após a aplicação de três entrevistas iniciais, constatou-se por meio das respostas dos entrevistados e da observação do bairro², que este é “dividido” entre habitações em melhor estado de conservação, acabamento e habitações incompletas, o que os migrantes justificam em função das diferenças na renda obtida pelas famílias que ocupam cada uma das duas áreas. Sendo assim, decidiu-se que seriam aplicadas 6 (seis) entrevistas na parte central do bairro e 6 (seis) entrevistas na região periférica.

Na quinta entrevista, constatou-se a existência de um estabelecimento comercial de pequeno porte denominado “Mercearia do Norte”, responsável pela comercialização de produtos provenientes dos estados do Nordeste. Aplicou-se uma entrevista com o responsável pelo estabelecimento, no dia 14 de janeiro, para a obtenção de dados sobre os produtos típicos nordestinos consumidos pelos trabalhadores migrantes. Cabe ressaltar que essa entrevista, a realizada com o funcionário que trabalhou para os grupos Alexandre Balbo e Tércio Wanderley, bem como a realizada com a diretora da Unidade Escolar que atende ao bairro não estão incluídas nas 12 (doze) entrevistas principais mencionadas anteriormente.

Os aspectos relevantes da aplicação das entrevistas receberam registro fotográfico, realizado com prévio consentimento dos moradores e responsáveis, mediante termo de consentimento livre e esclarecido.

Ao término da aplicação das entrevistas, todas as respostas foram analisadas e digitadas juntamente com as informações e impressões anotadas pelos dois pesquisadores. Em seguida, os dados, que assim o demandavam, foram tabulados, as informações organizadas e definidas as fotos que seriam inseridas no texto do trabalho.

Deve-se destacar que a maior parte dos dados que são resultado da pesquisa de campo desta dissertação foram obtidos no mês de janeiro, sendo que informações complementares, como as relacionadas aos produtos consumidos na “Mercearia do Norte”, foram obtidas entre os dias 13 e 17 de abril de 2009. Mas

² Todas as ruas do bairro foram percorridas antes do início da realização das entrevistas e a observação das habitações mostrou que as da área central estão em melhores condições do que as da área periférica. O que leva à constatação de que há uma divisão dentro do próprio bairro, o que será explorado no capítulo 3 desta dissertação.

cabe destacar que tanto o sujeito de pesquisa, quanto a dinâmica populacional do bairro Antônio Bráulio e a expansão do setor sucroalcooleiro no município de Iturama-MG, foram alvo de 5 (cinco) pesquisas anteriores³, realizadas nos anos de 2006, 2007 e 2008, cujos resultados não foram utilizados neste trabalho, mas que propiciaram o acúmulo prévio de conhecimento, o que facilitou as análises, reflexões e comparações realizadas na sequência. No ano de 2006, foram realizadas 2 (duas) pesquisas: a primeira traçou o perfil sócio-econômico e cultural dos moradores do bairro Antônio Bráulio, por meio de aplicação de questionário fechado no âmbito de uma pesquisa quantitativa; a segunda pesquisa analisou as condições de ocupação do bairro, os tipos de habitação, modalidades (própria ou alugada), também por meio de pesquisa quantitativa e aplicação de questionário fechado. No ano de 2007, duas outras pesquisas de campo analisaram o histórico da Usina Coruripe, sua capacidade produtiva, utilização de subprodutos, política de responsabilidade sócio-ambiental e contextos micro e macroeconômicos da empresa, por meio de pesquisa bibliográfica e realização de entrevistas com integrantes dos setores administrativo, de gestão ambiental e recursos humanos da empresa. No ano de 2008, analisou-se, por meio de entrevista⁴, as possibilidades de atuação do assistente social no setor sucroalcooleiro, o que conduziu à compreensão de demandas da classe trabalhadora no interior do complexo canavieiro.

O percurso aqui apresentado resultou na dissertação de mestrado que será apresentada em 3 (três) capítulos, na sequência, e que procurou compreender a vivência cotidiana do trabalhador migrante nordestino inserido no complexo canavieiro ituramense entre os anos 1990 e dias atuais.

³ Que incluem trabalhos de conclusão de curso e projetos de iniciação científica, orientados pela autora desta dissertação e realizadas por alunos de graduação dos cursos de Serviço Social e Ciências Econômicas.

⁴ Foi entrevistada uma assistente social com experiência no trabalho com migrantes nordestinos que trabalham no setor sucroalcooleiro.

CAPÍTULO 1 A EMERGÊNCIA DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS E O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO MEIO RURAL BRASILEIRO

1.1 A modernização conservadora da agricultura brasileira na segunda metade do século XX: a questão da apropriação industrial e monopolista das atividades agrícolas

A modernização da agricultura brasileira, na segunda metade do século XX, está relacionada à questão da emergência dos Complexos Agroindustriais (CAIs) em substituição aos complexos rurais, o que se traduz na permuta de uma economia natural por um conjunto de atividades complementares ao processo industrial, que geram intensificação da divisão do trabalho, propiciando intercâmbio entre distintos setores produtivos e o processo de especialização das atividades de produção no setor agrícola. Silva (1996) acrescenta a questão da substituição das exportações pelo consumo produtivo interno como um elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário no período.

Na década de 1950, ocorrem as primeiras inovações que consistem na introdução de um novo padrão tecnológico voltado para a produção rural, sustentado pela importação de meios de produção industriais e insumos. No final da década, o processo avança por meio da implementação dos setores industriais de bens de produção e de insumos básicos, destacando-se a importância das primeiras indústrias de tratores. Em meados da década de 1960 e ao longo dos anos 1970, a industrialização da agricultura brasileira avança. O final dos anos 1960 pode ser considerado o marco de constituição do Complexo Agroindustrial Brasileiro:

Esse processo caracteriza-se, fundamentalmente, pela implantação, no Brasil, de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura. Paralelamente, desenvolve-se ou moderniza-se, em escala nacional, um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, dando origem à formação simultânea de um sistema de agroindústrias, em parte dirigido para o mercado interno e em parte voltado para a exportação. (DELGADO, 1985, p. 34-35)

De fato, conforme a afirmação de Delgado (1985) organiza-se na agricultura brasileira um segmento industrial a montante⁵, além de ocorrer a modernização do segmento industrial a jusante, impulsionadas pelos incentivos do Estado e adquirindo um significado fundamental para a agricultura brasileira, já que ocorre integração interindustrial para trás e para frente e modifica-se o processo de produção de bens e serviços no meio rural brasileiro de forma integrada às indústrias produtoras de bens de capital e de insumos.

A longo do surgimento e consolidação do Complexo Agroindustrial no Brasil, articulam-se os interesses do grande capital industrial, do Estado e dos grandes e médios proprietários rurais, que resulta em um processo de modernização da agricultura nacional, mas que ocorre de forma concentrada nos estados do Centro-Sul⁶, acarretando a exclusão de regiões econômicas e de grupos sociais. “Não é, portanto, um processo que homogeneíza o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira.” (DELGADO, 1985, p. 42). De fato, ocorre um processo de concentração da produção no interior dos estados da Região Centro-Sul, que envolve entre 10% e 20% do total de estabelecimentos rurais⁷, sendo que as demais regiões do país e os vários estabelecimentos rurais de pequeno porte e descapitalizados passam a desempenhar funções periféricas no cenário da agricultura nacional. Dada a preponderância das grandes propriedades com capacidade de abastecer mercados de grande porte, surge uma massa de agricultores, as quais residiam e trabalhavam em estabelecimentos rurais de pequeno porte, que não conseguem inserir-se no circuito econômico e acabam por constituir-se em força de trabalho excedente. Não sendo absorvidos nos diferentes ramos produtivos, desta nova fase da agricultura nacional, são transformados em assalariados temporários, absorvidos de forma precária tanto pelo complexo agroindustrial quanto pelas atividades urbanas.

No que se refere às regiões que não foram beneficiadas pelo processo de modernização, pode-se citar o Nordeste e as regiões de fronteira agrícola em que predominaram processos produtivos heterogêneos e concentração fundiária nos

⁵ A indústria a montante é composta pelos meios de produção e a jusante pela transformação dos diferentes produtos agrícolas por meio do processamento industrial.

⁶ Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

⁷ A porcentagem de estabelecimentos que concentram a produção no meio rural brasileiro foi citada por Guilherme Delgado em seu texto mencionado neste parágrafo.

final dos anos 1960, constituindo uma dinâmica que se reproduz nas décadas seguintes.

Sorj (1980) afirma que o novo complexo agroindustrial brasileiro assumiu as mesmas características que outros segmentos de produção industrial no Brasil, tais como um alto grau de concentração, a prática de concorrência oligopólica, controle pelo capital monopólico estrangeiro e nacional (muitas vezes associados em “joint venture”), o que se verifica graças ao rápido crescimento do consumo de insumos industriais que não é acompanhado de pesquisa nacional direcionada para setor, obrigando, no período, a utilização de tecnologia produzida em outros países.

Ao longo desse processo, a agricultura brasileira abandona suas características anteriores e assume seu caráter industrial. Lênin (1985) afirma que o desenvolvimento do capitalismo não está condicionado à existência de um mercado interno prévio, uma vez que este se desenvolve de acordo com o desenvolvimento do próprio capitalismo, a partir da ampliação da divisão social do trabalho no interior da sociedade, ganhando vigor na medida em que cresce o consumo de bens intermediários:

O “mercado interno” para o capitalismo é criado pelo próprio capitalismo em desenvolvimento que aprofunda a divisão social do trabalho e decompõe os produtores diretos em capitalistas e operários. O grau de desenvolvimento do mercado interno é o grau de desenvolvimento do capitalismo no país. É incorreto colocar a questão dos limites do mercado interno independentemente da questão do grau de desenvolvimento do capitalismo [...] (LÊNIN, 1985, p. 33).

Para o autor, mesmo havendo, em determinados momentos, restrições de mercado que geram contradições e crises, o capitalismo se desenvolve de forma dinâmica, sendo que o mercado não é algo separado e independente do capitalismo, tampouco uma condição específica de seu processo de desenvolvimento, o que ocorre de fato é que o capitalismo se desenvolve juntamente com o desenvolvimento de seus mercados. À medida que as atividades produtivas, sejam industriais sejam agrícolas, vão se especializando, cada setor torna-se responsável por um produto e mais especificamente por parte do processo de produção de um produto, determinando o aprofundamento das relações mercantis entre setores distintos e,

dessa forma, por meio da divisão social do trabalho, ocorre o crescimento dos mercados:

A separação do produtor direto dos meios de produção, isto é, sua expropriação, que assinala a passagem da produção mercantil simples à produção capitalista (e que constitui a condição indispensável para essa passagem) cria o mercado interno. (LÊNIN, 1985, p. 32).

Miglioli (1982) comenta a compreensão de Lênin sobre a questão da proletarianização dos pequenos e médios produtores da agricultura e afirma que este entendeu que a ruína dos pequenos produtores, ocasionada pelo capitalismo, não os elimina do mercado, mas os converte em trabalhadores assalariados que continuam a consumir:

O processo de criação do mercado interno se opera em duas direções: de um lado os meios de produção, dos quais o pequeno produtor é "liberado", convertem-se em capital nas mãos dos seus novos proprietários, passam a servir à produção de mercadorias e, conseqüentemente, convertem-se eles mesmos em mercadorias. [...] De outro lado, os meios de subsistência, para o pequeno produtor, tornam-se elementos materiais do capital variável, isto é, da soma de dinheiro gasta pelo patrão (pouco importa se ele é agricultor, empreiteiro, industrial madeireiro, fabricante) com a compra de força de trabalho. Assim esses meios de subsistência transformam-se agora também em mercadoria, ou seja, criam um mercado interno para os artigos de consumo. (LÊNIN, 1985, p. 32).

Esses trabalhadores, expropriados de seus meios de produção, passam a compor os recursos produtivos dos capitalistas, amplia-se a produção, a força de trabalho assalariada, aumenta a demanda por novos meios de produção, por bens de consumo dos trabalhadores e por bens de consumo próprios dos empresários capitalistas.

O processo de industrialização da agricultura deve ser entendido como um conjunto de modificações nas relações do indivíduo com a natureza, mas também como uma série de modificações nas relações sociais de produção, sendo que ocorre a passagem de um sistema de produção artesanal para um sistema manufatureiro, que leva o trabalhador a deslocar-se de sua condição de sujeito ativo

para a de trabalhador especializado no processo manufatureiro, até alcançar o estágio em que é responsável por cuidar de uma máquina que tem incorporado em seu processo de produção elevado grau de técnica e eficiência.

Segundo Silva (1996) no Brasil a crise do complexo rural e a emergência do novo complexo cafeeiro paulista, que toma fôlego a partir de 1850 e acelera-se com a crise de 1929, tem como significado fundamental o desenvolvimento do mercado de trabalho e a constituição do mercado interno. Nos anos 1950 ocorre a internalização dos setores da indústria brasileira responsáveis pela produção de bens de capital e de insumos básicos.

Uma vez que a passagem de uma economia agrícola em que predominavam os complexos rurais para a lógica dos complexos agroindustriais envolve a incorporação de máquinas e equipamentos ao setor agrícola, surge a necessidade de analisar a dinâmica fundamental de evolução do processo industrial brasileiro. Essa compreensão perpassa a evolução do capitalismo no Brasil, sendo que, dentre as interpretações formuladas a esse respeito, a análise do capitalismo tardio⁸ sugere que o desenvolvimento latino-americano e de forma específica o brasileiro, constituiu-se de um desenvolvimento capitalista, que é determinado fundamentalmente por fatores internos, e de forma secundária, por fatores externos. Suzigan (1986) afirma que, nesta concepção, a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado dentro da economia primário-exportadora marca a emergência de um novo modo de produção capitalista:

[...] a ótica do capitalismo tardio substitui a tradicional dicotomia fatores externos versus fatores internos como motores do crescimento, por uma interpretação que visualiza o crescimento industrial como primordialmente um resultado do processo de acumulação de capital no setor agrícola exportador, o qual, por sua vez, depende da procura externa. (SUZIGAN, 1986, p. 330).

Segundo essa interpretação, o capital industrial originou-se no Brasil na década de 1880, com o processo de acumulação de capital no setor exportador de café, caminhando até 1926 para sua consolidação definitiva. Na década de 1880,

⁸ Para a qual contribuíram João Manuel Cardoso de Melo (1975), Maria da Conceição Tavares (1974), Wilson Cano (1977) e Sérgio Silva (1976).

introduz-se no país a máquina de beneficiamento do café e a ferrovia que, ao mesmo tempo, reduzem o custo do transporte e melhoram a qualidade do café. Essas duas atividades passam a empregar mais o trabalho assalariado de imigrantes livres, que buscavam melhores condições de vida e que foram de grande importância para o desenvolvimento industrial paulista, devido à sua experiência industrial trazida da Itália:

A existência de trabalhadores livres à disposição do capital industrial deveu-se à imigração em massa, que supriu as necessidades do núcleo produtivo e do segmento urbano do complexo exportador e, ainda, “depositou” nas cidades um contingente de força de trabalho redundante (em relação às necessidades da economia cafeeira). (MELLO, 1995, p. 101).

O capital industrial dependia do capital cafeeiro para a importação de máquinas e equipamentos, para reprodução de força de trabalho e para a criação de um mercado para os produtos industrializados. E o capital cafeeiro dependia da demanda externa por café.

A atividade cafeeira acumulou capital que, inegavelmente, estimulou o desenvolvimento industrial brasileiro, mas, também impôs limites a esse desenvolvimento: a especialização da economia brasileira na produção de bens de consumo, já que a produção de bens de capital era privilégio dos países de economias centrais.

Caracterizou-se no Brasil, portanto, um desenvolvimento industrial retardatário, subordinado à acumulação internacional de capital. Essa situação predominou até a crise do café e a Grande Depressão da década de 1930, quando a acumulação de capital industrial tornou-se mais independente do capital proveniente do café:

As políticas monetária e fiscal expansionistas da década de 1930 e a redução da capacidade de importar estimularam o crescimento da produção nas indústrias de bens de consumo previamente estabelecidas e um concomitante processo de rápida industrialização substitutiva de importações de bens intermediários e de bens de capital. (SUZIGAN, 1986, p. 36).

Esclareça-se bem que, apesar desse avanço, a acumulação de capital continuou dependente da capacidade de importar máquinas e insumos industriais, sendo que, só na década de 1950, ocorreu a introdução das indústrias pesadas. De fato, enquanto nos países avançados de fins do século XIX emergia a Segunda Revolução Industrial, a indústria brasileira se baseava em uma tecnologia relativamente simples, iniciando a apropriação dos avanços da Segunda Revolução Industrial apenas a partir de 1930.

Neste período, a estrutura produtiva ainda era pouco diversificada, apresentando um número reduzido de empresas, o mercado de trabalho era pouco integrado, os trabalhadores ainda estavam, na sua maioria, se dedicando ao segmento agrícola e, nas cidades, ainda não havia grandes concentrações de assalariados, sendo poucos os trabalhadores organizados.

No pós-guerra, a economia urbano-industrial brasileira incorporou a indústria do aço, da química e de alguns bens de consumo, graças ao processo de internacionalização produtiva, comandado pelas empresas multinacionais norte-americanas. Com o advento do Plano de Metas e a industrialização substitutiva são implantadas as indústrias pesada e de bens duráveis, que têm por base “[...] um vigoroso tripé formado pelas empresas transnacionais, estatais e privadas nacionais que completará a industrialização com a autodeterminação do capital através de seu núcleo central: a indústria pesada.” (MATTOSO, 1995, p. 123).

De forma geral completa-se a industrialização no meio urbano entre os anos 1956 e 1961 e inicia-se o processo de industrialização da agricultura brasileira por meio da “[...] montagem do D₁⁹ e do proletariado rural, que responderá pelo fornecimento de capital e de força de trabalho, respectivamente, para a nova dinâmica da acumulação de capital no campo.” (SILVA, 1996, p. 5). A própria transformação da indústria no meio urbano acaba por gerar um conjunto de modificações e demandas para o setor agrícola, impactando na nova configuração da agricultura brasileira.

Enquanto predominaram os complexos rurais, verificou-se a existência de uma divisão do trabalho em que as propriedades rurais produziam um produto, prioritariamente, destinado ao mercado externo, mas precisavam produzir os bens intermediários necessários para garantir a reprodução de seus trabalhadores. Mas,

⁹ O D₁ da agricultura constitui-se da indústria de tratores, implementos, fertilizantes, defensivos, que são parte das indústrias mecânica, química, normalmente grandes corporações.

com a extinção do tráfico de escravos negros, em 1850, essa dinâmica é quebrada e ocorre a transição para o trabalho livre, introduzindo-se, a partir de 1870, as famílias de imigrantes sob o regime de colonato¹⁰, que reúne trabalhadores assalariados temporários no complexo cafeeiro paulista. Esse regime cria um mercado para comercialização de bens que passam a ser intermediados pelos salários obtidos por esses trabalhadores, expandindo a divisão social do trabalho.

De fato não há substancial avanço na divisão do trabalho, já que os insumos básicos como animais de tração, adubos e consertos em geral continuam sendo realizados dentro da propriedade agrícola, mas cria-se uma demanda derivada por agentes bancários, estradas, meios de transporte e a própria produção cafeeira apresenta a necessidade de novas máquinas. O grande financiador desse processo é o complexo cafeeiro.

Há que se destacar a emergência do complexo cafeeiro no estado de São Paulo em detrimento dos demais estados e regiões brasileiras. Silva (1996) argumenta que regiões como o Norte, Nordeste e Centro-Oeste não conseguiram atingir o grau de modernização da agricultura paulista ou sulina e configuram-se os contrastes regionais de produtividade. À medida que se desenvolvem, regiões centrais como São Paulo, criam novas demandas e possibilidades de desenvolvimento, enquanto as regiões periféricas têm seu crescimento restrito. Configura-se um heterogêneo processo de desenvolvimento da agricultura brasileira no período. No estado de São Paulo, a agricultura diversifica-se nos anos 1930, com as culturas do café e do algodão, que incorporaram avanços técnicos, enquanto as demais regiões continuaram a praticar uma agricultura extensiva que não fugia ao modelo tradicional.

Silva (1996) afirma que um crescimento pautado no aumento da área plantada esteve em voga no cenário nacional até fins da década de 1960, já que havia uma fronteira a ser explorada próxima às áreas urbanizadas do Centro-Sul do Brasil. Mas, a partir do pós-guerra, ao mesmo tempo em que ocorre o crescimento da produção extensiva na agricultura brasileira, introduz-se também um processo de modernização de sua base técnica, respaldado pela ação estatal, e que se sustenta na importação de tratores e fertilizantes com o intuito de garantir o aumento da produtividade. Mesmo com a manutenção de taxas elevadas de importação, no

¹⁰ Tal prática dissemina-se fundamentalmente no Oeste do Estado de São Paulo.

início dos anos 1950, ocorre importante substituição da importação de fertilizantes, mas que se fortalece apenas no período do Plano de Metas, entre os anos 1956 e 1961. Conforme destacado anteriormente, inicia-se um processo de modernização da agricultura brasileira nos anos 1950, por meio da internalização do D₁, mas que tem sua evolução barrada pela dificuldade imposta pela dependência em relação à importação dos elementos necessários à sua nova base técnica.

A partir de meados da década de 1960, a agricultura brasileira começa a contar com um novo padrão em sua dinâmica de funcionamento: orientada pela ação do Estado¹¹, integra-se ao circuito produtivo do qual fazem parte as indústrias de insumos e as de processamento de matéria-prima, no intuito de desenvolver os complexos agroindustriais. É preciso entender que o novo padrão da agricultura do período apresentava clara orientação para a integração vertical e perseguia o aumento de produtividade, mesmo que sem substituir de forma definitiva o antigo padrão agrícola.

Conforme apontado por Silva (1996), em 1964, a estrutura produtiva dos Complexos Agroindustriais (CAIs) é impactada pela diversificação das exportações e pela substituição localizada de importações de matérias-primas estratégicas, ocorrendo a internalização da produção de parte importante dos fertilizantes, herbicidas, fungicidas, vacinas e insumos químicos, o que torna possível entender que a agricultura e o resultado de sua produção são os componentes de uma cadeia produtiva integrada a outros setores e que era fundamental, naquele momento, a introdução do departamento fornecedor de máquinas e insumos próprios para o setor agrícola.

Neste ponto, é importante destacar a emergência de um novo padrão de financiamento para a agricultura brasileira, que contribuiu de forma fundamental para a consolidação dos complexos agroindustriais, na medida em que a modernização da agricultura brasileira se articulou à aplicação de políticas públicas assentadas em financiamentos, concedidos a taxas de juros subsidiadas. A partir de 1965, verifica-se a flexibilização da política de crédito rural, a adoção de incentivos fiscais, as desonerações do Imposto de Renda e do Imposto Territorial Rural (ITR) e ainda, o direcionamento de gastos públicos para as políticas de fomento produtivo e comercial. Todas essas mudanças levadas à diante na condução da política agrícola

¹¹ O Estado cria condições de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento dos complexos agroindustriais.

brasileira, no período, estão ligadas à liberação de recursos realizada a partir da montagem do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), quando surgem as chamadas Fontes Tradicionais de Financiamento estruturadas a partir:

- dos Recursos Obrigatórios (MCR. 6-2), provenientes das exigibilidades dos Bancos Comerciais,
- dos Recursos Livres (MCR.6-8),
- dos Recursos das Operações Oficiais de Crédito (OOC) e dos Recursos do Tesouro Nacional.

De acordo com Souza e Corrêa (2001), apesar de o SNCR ter sido instituído pela lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964, sua organização institucional foi efetivamente montada pela Resolução 69 do Conselho Monetário Nacional, de 22 de setembro de 1967, que tornou obrigatório o direcionamento de 10% dos depósitos à vista no sistema bancário para a concessão de crédito ao setor agrícola. Sendo assim ocorre nas décadas de 1960 e 1970, crescimento do volume de crédito agrícola no Brasil, orientado para a modernização da agricultura brasileira e fundamentado nas exigibilidades dos Bancos Comerciais. A complementação do crédito agrícola era feita por meio de recursos do Banco do Brasil e do Tesouro. A lógica da montagem do SNCR está ligada ao processo de modernização conservadora e, neste sentido, a oferta de recursos é feita de forma seletiva, concentrando a liberação em produtos integrados à agroindústria, em grandes produtores, ao custeio e às regiões Sudeste e Sul. Os grandes proprietários da agricultura brasileira passam a financiar-se a prazos longos e taxas de juros negativas ao mesmo tempo em que é instituído um mercado para as máquinas, equipamentos e insumos químicos.

Servilha (1994) explicita que a prática de subsídios foi utilizada pela política agrícola do período como um elemento essencial para o crescimento do setor agrícola por meio da elevação da rentabilidade dos tomadores de crédito, sem pressionar os preços relativos do setor. Mas acabou por expandir apenas a rentabilidade dos grandes produtores que conseguem acesso ao crédito, em detrimento dos pequenos produtores, além da diferenciação na concessão de crédito entre culturas e regiões geográficas brasileiras.

Ao serem consideradas em conjunto, as condições macroeconômicas e a disposição política verificadas em fins da década de 1960 propiciam a consolidação

dos CAIs. A agricultura passa a ocupar um novo espaço na lógica de integração de capitais entre setores da economia brasileira:

[...] o crescimento de um segmento do complexo depende do crescimento dos outros e, mais que isso, pode induzir o crescimento dos outros segmentos, em maior ou menor grau. [...] a análise dos complexos, além de identificar as relações técnicas existentes entre os distintos segmentos do sistema, estabelece as relações de determinação, do ponto de vista da dinâmica, e da autonomia relativa entre os elementos constituintes. (SILVA, 1996, p. 29).

Para garantir a industrialização da agricultura brasileira foi preciso que essa se convertesse em um ramo do processo de produção, capaz de ofertar matéria-prima e demandar insumos de diferentes setores, aprofundando-se a divisão do trabalho.

As mudanças técnicas que ocorrem nos anos 1950 são uma fase importante da agricultura nacional, mas dependentes da capacidade de importar. Esse limite é rompido quando ocorre a internalização da produção de insumos e máquinas entre 1965 e 1975, para o que contribuiu a oferta de crédito direcionado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural para esse fim. O complexo agroindustrial passa a existir quando se verifica certo grau de complexidade nas relações estabelecidas entre as indústrias dos setores que o integram e de dominação dos segmentos industriais em relação aos segmentos agrícolas. Muller (1982, p. 48), define o complexo agroindustrial como “[...] o conjunto dos processos tecno-econômicos, sócio-políticos que envolvem a produção agrícola, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros e comerciais correspondentes. [...]”

Não há a formação de um complexo agroindustrial, mas de vários complexos com particularidades que dão origem a dinâmicas diversas e, conforme afirma Silva (1996), entre os anos 1975 e 1985, entra em cena o capital financeiro que apontará para integração de capitais, tomando o padrão ainda mais complexo e impactando na concentração e centralização do capital e também da terra e na própria participação do Estado brasileiro que se organiza em torno de um “projeto

modernizante”¹², mas que não se preocupa em criar possibilidades de debelar os efeitos sociais negativos como o êxodo rural, as migrações, a concentração de renda e as disparidades regionais.

Conforme destacado anteriormente a integração de capitais é facilitada pela montagem do Sistema Nacional de Crédito Rural. Sendo assim, até final da década de 1970 existiam linhas de crédito específicas para a compra de insumos químicos, implementos agrícolas e sementes selecionadas, o que se modifica a partir de 1980, quando emerge um novo padrão de financiamento para a agricultura com a inserção do crédito rural no circuito financeiro geral, mas com taxas de juros e prazos diferenciados. Essa nova prática atrai empresários de outros setores e impulsiona a concentração de capitais e de terra.

É preciso considerar também que nos anos 1970 um conjunto de novas atividades desponta no interior e fora da agricultura como demanda derivada¹³ da emergência dos complexos agroindustriais, convergem todas para uma inter-relação tanto com a demanda final quanto com os produtores de insumos, estabelecendo-se relações de produção e consumo específicos para produtos determinados e, dessa forma, estruturam-se diferentes complexos agroindustriais, como o da cana-de-açúcar, da soja e da carne, que apresentam dinâmica diferenciada e enfrentam conjunturas distintas ao longo das últimas décadas.

De forma específica, o complexo canavieiro é impactado nos anos 1970 pela retração dos preços do açúcar no mercado internacional e a queda das exportações do produto, situação que se intensifica com a primeira Crise do Petróleo em 1973, que ameaça a lucratividade do setor. Diante dessa conjuntura os representantes do setor defenderam um programa de subsídios públicos que efetivamente são introduzidos e que perduram até metade dos anos 1980, numa lógica de forte intervencionismo estatal e disponibilidade de recursos públicos mediante subsídios.

Segundo Guedes, Gallo e Martins (2002), a defesa do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) pautou-se na justificativa de que representava um programa de energia alternativa capaz de substituir o petróleo importado, já que, à época, o país importava 80% do petróleo que consumia. Vian (2003) acrescenta que havia também a expectativa de que o incremento do setor fosse capaz de gerar um

¹² Expressão cunhada por José Graziano da Silva em seu livro *A nova dinâmica da agricultura brasileira*, 1996, p. 35.

¹³ Pode-se citar como exemplo a prestação de serviços de manutenção de máquinas e equipamentos e reposição de peças.

conjunto de empregos diretos e indiretos; demanda para a indústria de bens de capital e retração do déficit do balanço internacional de pagamentos brasileiro. Além disso, em 1974 ocorre desvalorização dos preços internacionais do açúcar, o que estimula o interesse na produção de álcool.

Dessa forma, o Programa foi criado pelo governo em 14/11/1975, com o intuito de estimular o desenvolvimento da produção e comercialização do álcool para substituir a gasolina e diminuir a dependência da economia nacional pela importação de petróleo e evitar a fuga de divisas. O desenvolvimento dessa cadeia produtiva também apresentava potencial para gerar novos postos de trabalho e incremento econômico nas regiões produtoras. Segundo Costa (2003), a partir de um investimento total de US\$ 5 milhões, o Proálcool estimava a produção de 10,7 bilhões de litros de álcool em 1985 e 14 bilhões em 1987, obtidos a partir da cana-de-açúcar. Em um primeiro momento, o álcool foi utilizado em mistura com a gasolina e, a partir de 1979, o álcool hidratado começou a ser vendido em postos de abastecimento como um novo combustível. Em contrapartida, as fábricas de veículos iniciavam a produção e comercialização de novos modelos desenvolvidos para funcionarem com o novo combustível e o governo financiou, a juros subsidiados, a instalação de destilarias. No início da década de 1980, numa tentativa de fortalecer o Proálcool, o governo fixa em 59% do preço da gasolina o limite máximo para o preço do álcool, além de reduzir o preço dos carros a álcool em um comparativo com os modelos movidos à gasolina comercializados no período.

Apoiados por investimentos públicos importantes, foram introduzidos projetos que acabaram formando grandes propriedades que expulsaram os pequenos proprietários, ocuparam terras antes destinadas à produção de alimentos e introduziram, nas últimas décadas, intensa mecanização da lavoura da cana-de-açúcar. Como consequência, houve concentração de renda na mão de poucos e a cana-de-açúcar foi favorecida em relação a outras culturas.

Apesar dos preços elevados praticados na época, em 1975 o mercado internacional de petróleo estabilizou-se e as autoridades governamentais diminuíram o interesse no complexo canavieiro, já que a conjuntura macroeconômica demandava medidas mais urgentes para minimizar o desequilíbrio do balanço internacional de pagamentos e o ataque inflacionário, o que perdurou até 1979, quando a segunda Crise do Petróleo impulsionou a retomada do Proálcool. Todavia,

Costa (2003) afirma que, no início da década de 1980, alguns entraves ainda obstaculizaram a integral implementação do Proálcool, em especial os problemas de distribuição e estocagem do álcool hidratado e as deficiências tecnológicas dos motores movidos a álcool. A queda nos preços do petróleo, na década de 1980, acabou tornando o Proálcool mais caro que o derivado que iria substituir: a preço de 1981, a gasolina custava US\$ 35,00 o barril, enquanto o álcool custaria cerca de US\$ 80,00/90,00 por barril equivalente e o programa tornou-se inviável.

A cadeia produtiva da cana-de-açúcar sempre foi objeto de regulamentação por parte do Estado brasileiro. Quando o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) é criado, nos anos 1930, os produtores do setor ficam sujeitos a uma série de arranjos institucionais que vinculam os interesses organizados do setor às estruturas de decisão do Estado. Dessa forma, por meio de medidas como a garantia de margens de lucro, a reserva de mercado, a concessão de subsídios, a intervenção do Estado contribuiu para arrefecer o surgimento de um ambiente competitivo na agroindústria canavieira que Shikida, Neves e Rezende (2002) denominam “paradigma subvencionista”, que explica a relativa falta de importância do progresso técnico e administrativo. Ramos (2002, p. 242) acrescenta que a questão da regulação e da integração

[...] está, evidentemente, relacionada ao padrão extensivo da expansão que marcou a trajetória histórica do complexo, e são elementos determinantes disso a administração de preços e o sistema de quotas de produção que o IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool) implementou ao longo de toda a sua existência.

De fato, ocorre crescimento quantitativo do número de trabalhadores volantes empregados no plantio e corte da cana-de-açúcar, mas sujeitos à lógica de um ciclo produtivo sazonal, gerando empregos precários e relações de trabalho ilegais como o uso de mão de obra infantil, trabalho escravo, alojamentos em condições inadequadas de higiene, transporte inadequado, carga horária diária de cerca de 12 (doze horas) horas, mortes por exaustão e acidentes de trabalho resultantes da ausência de equipamentos básicos de segurança ao longo do corte da cana-de-açúcar. Além da baixa remuneração e do trabalho temporário não registrado, que os

deixa sem renda na entressafra, surge a figura do “gato” ou “preposto”, que intermedia as relações de trabalho, e em alguns casos, recebe parte dos salários ou submetem os trabalhadores a um conjunto de dívidas com alimentação, alojamento e transporte, diminuindo ainda mais seus parcos salários.

É possível afirmar que a dinâmica do complexo canavieiro, nos anos 1980, sustentou-se numa dependência direta dos recursos públicos e no crescimento da área plantada, em prejuízo do aumento da produtividade, já que a quantidade produzida de cana-de-açúcar aglutinou novas áreas de terra destinadas ao plantio:

No período que compreendeu o antigo modelo, a área colhida cresceu 78%, ao passo que o rendimento agrícola apenas 13,6%. Obviamente, a parte mais substancial do crescimento do produto agrícola desse período, de 142%, originou-se do crescimento da área plantada. Observe que a produtividade agrícola aumentou a taxas bastante modestas, inibidas, certamente, pela ausência de incentivos disponíveis. (GUEDES; GALLO; MARTINS, 2002, p. 319)

Dessa forma, pode-se afirmar que o modelo adotado no complexo canavieiro até meados da década de 1980 caracterizou-se por um padrão de crescimento horizontal, com larga utilização extensiva de trabalho e de terra, que gerou vários problemas de ordem social, ambiental e física. Cabe ressaltar que o esgotamento do modelo é decorrência direta do esgotamento do padrão de financiamento com a substancial diminuição dos recursos públicos subsidiados que, até então, eram direcionados para o setor.

O Proálcool teve grande importância na expansão recente do complexo canavieiro e, sobretudo, na emergência do álcool como produto mais importante do segmento, além de uma modernização não homogênea e uma evolução diferenciada:

A importância do programa fica devidamente ressaltada quando se tem em conta que a evolução da cana moída pelas usinas dos estados do Centro-Sul atingiu as seguintes taxas anuais: 12,44% entre 1975 e 1980 e 13,9% entre 1980 e 1985, perfazendo uma taxa média de 13,17% entre 1975 e 1985. (RAMOS, 2002, p. 243)

Os dados mostram a expansão da agroindústria canavieira nos Centro-Sul, que ocorre prioritariamente, em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná, mas em que se verifica heterogeneidade produtiva, como consequência das condições naturais¹⁴ e da maior existência, neste período, de processos industriais com diferentes conteúdos tecnológicos, e, portanto com distintos graus de eficiência e produtividade.

Szmrecsányi (2002) afirma que, nos anos 1980, havia uma expectativa por parte dos produtores de equipamentos industriais destinados ao setor sucroalcooleiro e do próprio Banco Mundial de que o aumento da produção de álcool combustível no Brasil acarretaria a modernização dos processos produtivos adotados na agroindústria canavieira. Entretanto, o que se verifica na prática, ao final da década, é a ocorrência, na maioria das regiões produtoras de cana-de-açúcar, de forte elevação dos custos reais de produção, em decorrência de fatores como a baixa utilização da capacidade instalada, as perdas crescentes de energia, ineficiências operacionais de todo tipo e os crescentes custos fixos derivados de uma alta, porém mal utilizada densidade de capital dos investimentos efetuados. A maioria das usinas utilizava equipamentos obsoletos, com baixa incorporação de progresso tecnológico e com incidência de desgaste, em contraposição à eficiência produtiva e alocativa¹⁵ esperadas no período.

Apesar da regulação genérica que continua sendo exercida pelo Estado, a partir do final da década de 1980 e após a extinção do IAA, ocorrida em março de 1990, o complexo canavieiro brasileiro é submetido a uma progressiva desregulamentação concretizada na liberação da produção e da comercialização; no fim do monopólio do Governo Federal nas exportações e na extinção das quotas de comercialização interna do açúcar, em 1988; passando pela eliminação das quotas de produção, em 1991 e a liberação da comercialização do álcool combustível, em 1998. O processo culmina em 1999 com a liberação dos preços dos bens, começando com os do açúcar¹⁶ e do álcool anidro e até ao da cana-de-açúcar, do açúcar cristal standard e do álcool hidratado.

Dessa forma, segundo Ramos (2002), o complexo canavieiro tem verificado um processo de concentração produtiva e de centralização de capital que há muito

¹⁴ Fertilidade do solo, topografia, localização e clima

¹⁵ Produção ao menor custo unitário e na quantidade e na qualidade desejadas pelo consumidor.

¹⁶ Exceto o cristal standard

não se via, o que tende a diminuir a heterogeneidade produtiva, propiciando a redução do número de unidades e elevação da escala média de produção.

A estrutura produtiva do complexo canavieiro vem transformando-se visivelmente e o grande o volume de recursos financeiros investidos na modernização do processo de produção, armazenamento, transporte e comercialização no complexo canavieiro tende a tornar o progresso tecnológico de mais fácil acesso aos empresários do segmento, difundindo o processo de modernização.

No contexto atual, muitas empresas atentam para novas estratégias tecnológicas em nome da sobrevivência setorial e de maior competitividade. A utilização de avançadas tecnologias agrícolas, industriais e novas formas de gestão evidencia a preocupação em reduzir custos e aproveitar os subprodutos derivados da cana-de-açúcar.

No que se refere ao mercado de trabalho, Guedes; Gallo e Martins (2002) afirmam que um dos aspectos de sua dinâmica é determinado pelo processo de mecanização do corte da cana-de-açúcar e da utilização intensa de insumos químicos ao longo da produção, acarretando a diminuição do número de postos de trabalho. Para os que não têm seus postos de trabalho eliminados pelo processo de automação exige-se carga horária intensa, grau elevado de exigência e produtividade, além de expansão dos ganhos condicionada ao desempenho da empresa como todo e em casos extremos do desempenho do setor nos mercados interno e externo e das oscilações dos preços dos produtos.

Segundo Moraes (2002), a escolha entre produzir álcool anidro, álcool hidratado e açúcar é uma decisão atualmente tomada pelo setor privado que, de forma geral, considera como variável de decisão os preços relativos dos produtos. Embora exista um limite individual a essa flexibilidade dada pela capacidade instalada de produção de cada um dos produtores, é mais um fator que dificulta a adequação da oferta à demanda em ambiente de livre mercado. A decisão sobre a oferta torna-se bastante complexa ao envolver diversos mercados que interagem simultaneamente.

De fato é possível perceber que novas regiões são fortemente impactadas em suas atividades produtivas pela expansão do complexo canavieiro, incorporando as inovações produtivas, enquanto observa-se a retração de unidades em regiões

tradicionais como o Nordeste, que perdeu participação relativa, conforme destacado na tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Distribuição espacial das unidades produtoras de açúcar e álcool nos anos 1990

Ano	Brasil	Centro-Sul	São Paulo	Nordeste
1991/92	-----	269	137	-----
1996/97	411	281	149	130
1997/98	340	235	135	105
1998/99	-----	241	139	-----
1999/2000	332	223	136	87
2000/2001	-----	230	127	-----

Fonte: VIAN, 2003, p. 117

Os dados mostram que, em todo Brasil, entre as safras de 1996/97 e 1997/98, ocorre redução de 71 (setenta e uma) unidades produtoras e tanto no Centro-Sul, quanto em São Paulo também ocorrem retrações substanciais de unidades no período. Mas o ritmo de decréscimo diminui proporcionalmente entre as safras de 1997/98 para 1999/2000 no Brasil e no Centro-Sul, ocorrendo aumento de 1 (uma) unidade em São Paulo. No Nordeste, apesar de a retração de unidades produtivas diminuir de 1997/98 para 1999/2000, continua proporcionalmente maior do que nas demais regiões mencionadas anteriormente.

Ao analisar as especificidades do complexo canavieiro no Nordeste observa-se que as condições naturais do Nordeste brasileiro e a proximidade com o mercado europeu favoreceram o desenvolvimento da cultura canavieira e a produção do produto de maior valor na economia brasileira, a partir do final do século XVI, o açúcar. Mas sua lógica de produção sempre se pautou no conservadorismo no campo empresarial, baixa incorporação de progresso tecnológico e sem preocupação com as condições de trabalho. Os grandes produtores recorreram ao recurso da incorporação de novas terras e de mão-de-obra abundante e barata, numa dinâmica de produção extensiva que se perpetua na economia da região.

O decréscimo do número de unidades no Nordeste justifica-se pelas características do setor na região, já que suas atividades foram estruturadas, a partir do período colonial no aparato estatal e mediante a ocupação de terras abundantes, mão-de-obra escrava ou de baixo custo e na produção do açúcar como único produto de exportação do Brasil do período, constituindo uma dinâmica que perdura durante o Império e início da República. O Estado de Alagoas, por exemplo, tornou-se nos anos 1980, o segundo maior produtor e exportador de açúcar. Mas as novas condições institucionais estruturadas nos anos 1990, pautadas na desregulamentação estatal e autorregulação, obrigou um processo de reestruturação produtiva do setor e alijou do mercado as indústrias menos competitivas, o que gerou a retração do número de unidades na região na última década. Até então o lucro era garantido pela fixação do preço da cana, do álcool e do açúcar pelo Estado; o crédito subsidiado tornava a produção viável por meio da equalização de custos, que consistia na prática de o Estado cobrir a diferença entre os custos de produção dos estados do Nordeste, mais elevados, e os custos de produção dos estados do Centro-Sul. Mas essa lógica se modifica e as empresas são obrigadas e se re-estruturar para adquirir a capacidade de sobreviver no mercado.

Carvalho (2002) afirma que os grupos empresariais que resistiram passaram a concentrar a produção de cana, açúcar e álcool e levaram adiante um processo de modernização do setor, inclusive por meio da introdução de novas unidades industriais nos estados do Centro-Sul, conforme mencionado anteriormente. Mas a maioria dos usineiros precisou reduzir o número de unidades para lidar com o processo de mudanças introduzidas a partir dos anos 1990, pautadas na desregulamentação e na modernização do processo de produção e comercialização dos derivados da cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

Pesquisa divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em 2007, mostra que o setor sucroalcooleiro gera, com as atividades direta e indiretamente ligadas ao setor, em torno de R\$ 40 bilhões a cada ano, o que implica na formação de aproximadamente 2,35% do PIB nacional, além de empregar mais de 3,6 milhões de trabalhadores diretos e indiretos. O país constituiu-se no maior produtor e exportador de cana e de açúcar¹⁷ e destacou-se

17 Na safra 2005/2006, a moagem foi de 431,4 milhões de toneladas de cana, que resultou na produção de 26,7 milhões de toneladas de açúcar e 17 bilhões de litros de álcool. (DIEESE, 2007)

pelo desenvolvimento de tecnologia capaz de utilizar um combustível renovável alternativo ao petróleo, o que o tornou de grande relevância, tanto no mercado interno como externo. Mas um conjunto de modificações emerge dessas mudanças, inclusive o deslocamento de trabalhadores nordestinos para o Centro-Oeste, região para onde se deslocam usinas do Nordeste ou são introduzidas novas unidades industriais.

1.2 As transformações na dinâmica das relações de trabalho no Brasil

A lógica de exclusão dos trabalhadores, quando da introdução de novos processos no interior das distintas cadeias produtivas, não é uma questão recente, tampouco se restringe ao contexto brasileiro. A compreensão da precarização do trabalho no Brasil e no mundo passa pela reflexão sobre a incorporação dos avanços técnicos próprios do processo de industrialização, seja no meio urbano, seja no meio rural. Tome-se como exemplo o que ocorreu na Inglaterra no século XVI. Hobsbawn (2003) menciona que, à época, em nenhum outro país os agricultores, os produtores e comerciantes da pequena atividade mercantil foram eliminados de forma tão intensa e tampouco o liberalismo econômico foi tão aceito. E, de fato, a Inglaterra possuía as condições adequadas para o advento da Revolução Industrial e, em 1780, quando ocorreu o que a ciência econômica convencionou chamar "partida para o crescimento autossustentável", a terra, a fim de atender ao espírito comercial predominante entre os proprietários, passou a ser cultivada com novas técnicas de produção, apresentando expansão de sua produtividade. As atividades agrícolas passaram a ser dirigidas ao mercado, e as manufaturas disseminaram-se pelo interior. A agricultura tinha, "ad proutum", como funções básicas: a alimentação da população não agrícola, que crescia rapidamente; o acúmulo do maior volume possível de capitais, que seriam utilizados nos setores mais modernos da economia e o fornecimento de um grande excedente de trabalhadores para as indústrias.

Assim, evidencia-se, já nos primórdios da Revolução Industrial, que o crescimento manufatureiro se fez à custa da marginalização de uma parcela da população. A adoção dos cercamentos, por exemplo, significou a transformação de

campos, antes abertos ou comuns e cultivados por vários camponeses, em unidades fundiárias particulares, expulsando os camponeses de suas terras e deixando outros tantos desempregados, já que aqueles que faziam suas glebas produzirem, utilizavam-se, muitas vezes, da mão-de-obra assalariada. O campesinato inglês converteu-se, quando se consolidou o novo papel assumido pela agricultura de fomento à atividade industrial, em mão-de-obra barata, que seria utilizada e explorada pela indústria nascente.

A exploração da mão-de-obra do trabalhador mantinha sua renda a níveis de subsistência, para possibilitar aos empresários a acumulação dos lucros que financiavam a industrialização, o que gerou miséria e descontentamento dos trabalhadores. Os pequenos comerciantes e agricultores, cuja situação era de evidente desvantagem diante dos empresários que possuíam crédito fácil e financiamento flexível, também mostraram-se descontentes. Essas condições fomentaram um clima de revolução social, que eclodiu em 1848, com os levantes de trabalhadores da indústria e das populações pobres. Os trabalhadores não rejeitaram o progresso técnico nem a utilização de máquinas, mas a nova organização do trabalho, a contratação de aprendizes e trabalhadores não qualificados, que passaram a realizar o ofício dos artesãos na nova disciplina do trabalho, a qual lhes impunha um ritmo, além de promover uma diminuição dos salários.

Não é difícil compreender a degradação que significava para os artesãos independentes, que possuíam a liberdade de trabalhar de acordo com seu próprio ritmo e que tinham o orgulho do trabalho bem-feito, a possibilidade de virem a ter de trabalhar como assalariados, sujeitos às ordens e à disciplina do patrão e às técnicas de produção que redundavam em baixa qualidade dos produtos, ferindo seu orgulho de artífices. (LEITE, 1994, p. 51-52).

O sistema de máquinas transformou-se em uma forma de garantir a dominação do capital sobre o trabalho e, segundo Marx (1985), propiciou ao capital a chance de incorporar, definitivamente, o operário à máquina. A mecanização da indústria têxtil diminuiu os custos, limitando a quantidade de mão-de-obra utilizada e, ainda, promoveu um aumento considerável da produção, acompanhado por um

grande aumento das exportações. O desenvolvimento industrial proporcionou a diminuição da população agrícola e o crescimento da malha urbana. Durante todo o processo de transformações agrícolas e industriais, os trabalhadores e suas famílias passaram por um período intenso de empobrecimento. Zeldin (1994, p. 19) afirma que "Os violentos têm sido vitoriosos ao longo da história porque administraram o medo com que cada um de nós nasce." E, como não existiam à época outras possibilidades para o trabalhador, senão submeter às condições estabelecidas, do ponto de vista da industrialização, esses efeitos foram benéficos. Já que a economia industrial necessitava de mão-de-obra, os antigos camponeses, agora convertidos em operários, eram obrigados a trabalhar de acordo com o ritmo imposto pela industrialização, diferentemente dos ciclos agrícolas vinculados aos ciclos da natureza com que estavam acostumados.

A fim de avançar a discussão, torna-se fundamental compreender os impactos da I e II Guerras Mundiais em economias capitalistas, tais como Inglaterra, França e Alemanha que perderam, no período, parte de sua capacidade de produção e se viram diante de uma desorganização econômica marcada por inflação, pobreza e desemprego de suas populações. Apenas os Estados Unidos tornaram-se uma exceção, já que apresentaram, no mesmo período, crescimento em seu sistema produtivo, graças à sua economia de guerra, que promoveu uma articulação entre a economia nacional americana e o aparelho do Estado, definindo uma política de crescimento, de domínio e de consolidação como potência capitalista hegemônica. A partir de 1947, com a adoção do Plano Marshal¹⁸, os Estados Unidos passam a enviar recursos para a reconstrução econômica das potências européias vencedoras, bem como para a Alemanha e o Japão, países derrotados. Os americanos pretendiam, assim, barrar o crescimento comunista na Europa. Cabe ressaltar que, promovendo, no pós-guerra, a reconstrução das referidas potências, os Estados Unidos garante a manutenção da exploração da mão-de-obra, uma vez que as populações arrasadas pelas guerras viram-se obrigadas a aceitar as condições de trabalho impostas pelas indústrias.

Observa-se, nos anos subsequentes, o crescimento da produção industrial, o aumento das exportações e o recurso sistemático ao reajuste cambial. Na década

¹⁸ O Plano Marshal, lançado em 1947, constituiu-se em um programa de recuperação idealizado pelos EUA para promover a recuperação econômica dos países europeus atingidos pela Segunda Guerra Mundial.

de 1950, ocorre expansão da produção de energia elétrica, em detrimento da utilização de carvão, aumenta-se o consumo de petróleo, desenvolve-se a indústria eletrônica e ocorrem modificações importantes na agricultura. Essa última passa a ser integrada à indústria com o advento da Revolução Verde, que desprendeu mão-de-obra do campo. Os jovens foram os principais afetados, pois já estavam desestimulados pela falta de perspectiva no campo e, assim, dirigiram-se para as cidades em busca de melhores oportunidades de trabalho e maiores rendimentos, reforçando o crescimento natural da força de trabalho à disposição do capital. Grande parte dessa força de trabalho não conseguiu empregar-se e deslocou-se, gradativamente, para atividades precárias na tentativa de garantir sua sobrevivência.

Todo o processo de mudanças verificadas nas décadas de 1950, gera um estímulo fundamental para o desenvolvimento do setor de bens de capital, que tornou-se a matriz que nucleia a incorporação e difusão do progresso técnico à indústria, determinando a produtividade da mão-de-obra, o nível de investimento e a competitividade internacional das diferentes economias nacionais.

A partir dos anos 1950, nota-se um aumento do crescimento industrial (maior, inclusive, que o do período que vai de 1913-1950). Aceleraram-se, neste momento, as tendências anteriores à Guerra e duas indústrias exercem a liderança: a metal-mecânica e a química. Neste contexto, destaca-se a indústria automobilística, a de bens duráveis de consumo e bens de capital, além da emergência do petróleo como fonte energética, em detrimento do carvão, e a substituição de produtos naturais por sintéticos em economias como: Estados Unidos, Alemanha, Itália, Suíça, França e Japão.

Países como a Alemanha e o Japão passaram a apresentar crescimento, tanto relacionado ao emprego quanto à produtividade, apesar de as razões para tal ocorrência serem diferentes. No Japão, ocorre a modernização da velha indústria e a montagem de novos setores com o advento do Toyotismo, que promove a modernização da indústria japonesa, combatendo a crise financeira e aumentando a produção sem aumentar o contingente de trabalhadores demandados e, mais tarde, reduzindo o número de trabalhadores. Percebe-se que a produção continua aumentando e diminui a ocupação de mão-de-obra. Ocorre ampla utilização de trabalhadores temporários e submissão do trabalhador às necessidades do capitalismo industrial, a um ritmo e intensidade de trabalho que garantem a produtividade, desconsiderando o ritmo natural do trabalhador:

Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias. (ANTUNES, 1995, p. 16).

Na Alemanha, que já possuía setores dinâmicos, o aumento da produtividade e do emprego ocorrem por intermédio da expansão da capacidade produtiva. França e Itália apresentam crescimento de produtividade por meio da modernização de suas velhas indústrias, porém não se criam novos setores, apenas modernizam-se os já existentes. Estados Unidos e Inglaterra, por sua vez, apresentam lento crescimento da produtividade e do emprego.

O impulso dinamizador, que dominou a indústria das principais economias mundiais, predominou até fins da década de 1960, quando se observa sinais de esgotamento do padrão industrial vigente: menor ritmo de crescimento e desaceleração da produtividade, aumento da capacidade não utilizada, desestímulo à inovação e a adoção de políticas protecionistas por parte de alguns países. O crescimento industrial, que havia ocorrido graças ao endividamento das empresas e do governo, cria problemas quando começa a se verificar uma tendência declinante da indústria e tem-se que recorrer a fontes financeiras internacionais, o que reduz o lucro e gera inflação.

A situação dos países se agrava entre 1970 e 1973, com o crescimento do preço das matérias-primas e alimentos, pressionando os salários reais para baixo e os salários nominais para cima. Verifica-se a reformulação industrial, promovida pela reorganização do trabalho nas fábricas e pela introdução de novas técnicas de produção, medidas que diminuem o poder aquisitivo do trabalhador, além de acarretar o desemprego.

No Brasil, o padrão industrializante norte-americano foi incorporado, tanto no que diz respeito ao paradigma tecnológico quanto à organização do trabalho fordista-taylorista. De fato, o processo de trabalho consolidou-se no país, baseando-se na produção em massa, na linha de montagem, no controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e pela produção em série taylorista; por meio da fragmentação de funções, separação entre elaboração e execução no processo de trabalho, pela consolidação do operário-massa e do trabalhador coletivo fabril.

Esta conjuntura intensifica a demanda por mão-de-obra barata e favorece a migração de trabalhadores entre as regiões brasileiras, sobretudo do Norte/Nordeste para o Centro/Sul, que é impulsionada fundamentalmente pela demanda por ocupação profissional e pela necessidade de fugir de condições sócio-econômicas e culturais precárias, que são reflexo do processo de evolução do capitalismo no Brasil e, em maior ou menor medida, do que acontece com o capitalismo mundial, vindo ao encontro da demanda por mão de obra barata.

De acordo com Mattoso (1995), o desempenho econômico brasileiro, apresentou uma taxa anual de 7%, o que permitiu que o Produto Interno Bruto (PIB) dobrasse a cada década e decuplicasse entre os anos de 1945 e 1980. No que se refere à indústria de bens de consumo duráveis, essa apresentou taxas de crescimento médias de 15,3% ao ano, entre 1945 e 1980, e, nos períodos de expansão do ciclo econômico, entre 1955-62 e 1967-73, registrou taxas anuais superiores a 23%.

Com o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico, os trabalhadores, pressionados pelas condições precárias de trabalho e pelos péssimos salários, foram fortalecendo-se em sindicatos e conquistando, sobretudo a partir da década de 1960, uma participação maior no cenário político, econômico e social brasileiro:

Desde o início da década de 60, o movimento sindical, embora ainda localizado nos setores mais tradicionais vis-à-vis a modernização que ocorria no parque industrial, tomava-se crescentemente porta voz das lutas pelas reformas de base pelo aprofundamento democrático que apontavam para uma tentativa de transformação nas relações sociais, no padrão salarial e de consumo de maneira a articulá-lo com a estrutura industrial e o padrão tecnológico que se consolidava. (MATTOSO, 1995, p. 128).

A resistência do Estado e da sociedade conservadora dominante a esse intento dos trabalhadores, somado à expansão inflacionária e à queda no ritmo de crescimento verificado no início dos anos 1960, rompe com a base de sustentação política do “desenvolvimentismo”, ao mesmo tempo em que dificulta, ainda mais, a conformação de uma força social capaz de assegurar tais reformas estruturais e desencadeia-se o Golpe Militar de 1964. O Regime Militar significou a derrota das

forças populares, que incluíam o trabalhador, que defendia suas conquistas e direitos e o início de uma série de reformas (monetária, tributária, financeira) visando a retomada do crescimento, sob a influência visível dos Estados Unidos.

O Ministério do Trabalho interveio nos sindicatos, cassou seus líderes, terminou com a estabilidade do emprego, proibiu mobilizações bem como a negociação coletiva, para enfraquecer a luta dos trabalhadores. No fim da década de 1960, a economia brasileira retoma seu crescimento, com a edição do Milagre Econômico Brasileiro. Porém, acentuam-se as desigualdades sociais e regionais. Quanto às críticas realizadas ao Milagre Econômico, pode-se mencionar a chamada “Teoria do Bolo”, segundo a qual, a concentração de renda verificada no período, era uma estratégia necessária para garantir a capacidade de poupança da economia, financiar os investimentos e garantir o crescimento como um todo para que, no futuro, todos usufruíssem dos benefícios do crescimento. O que não ocorreu de fato, uma vez que a trajetória de crescimento em curso no período foi interrompida pelas crises do petróleo.

O setor de bens de consumo duráveis consolidou-se com base em mudanças no padrão de distribuição da renda. As classes mais favorecidas passam a apropriar-se de uma parcela maior da renda gerada no sistema econômico, à custa do pagamento de baixos salários e de grande mobilidade ocupacional.

O início da década de 1970 é marcado pela perda de competitividade da economia norte-americana e pelo crescimento do déficit fiscal e da balança de pagamentos que vão afetar, também, a economia brasileira, a qual se instabiliza a partir de 1974. Novamente, desacelera-se o crescimento do PIB e agravam-se os problemas com a inflação e os desequilíbrios da balança de pagamentos. Segundo Mattoso (1995), a reversão do ciclo expansivo, a partir de 1974, já indicava os limites do modelo baseado na produção de bens de consumo duráveis com a concentração de renda, ou seja, a constituição de ciclos curtos e instáveis de crescimento, devido a uma grande instabilidade nas taxas de crescimento dos setores líderes.

O presidente Ernesto Geisel¹⁹ tenta contornar a situação, lançando o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que, embasado no endividamento externo, tentou eliminar o atraso evidente do departamento produtor de meios de produção, garantindo o crescimento do produto até o final da década de 1970, mas sem

¹⁹ O presidente Ernesto Geisel governou o Brasil entre 1975-1979

resolver problemas como o energético, que assolaria o país na década de 1980. No interior desse contexto, a classe trabalhadora, que havia sido perseguida pelo regime militar, encontra-se desestruturada e enfraquecida.

A modernização tecnológica da agricultura, no início da década de 1960, com o advento dos Complexos Agroindustriais, descrita no item anterior, promove a expulsão dos trabalhadores do campo, que se dirigem para as cidades, ampliando o número de pessoas disponíveis para o trabalho. E, mesmo passando por um período dinâmico, a economia brasileira não é capaz de empregar todo o contingente de trabalhadores, pagando baixos salários aos que eram admitidos.

Verifica-se que a partir dos anos 1960 as unidades familiares de pequenos produtores agrícolas convertem-se em assalariados que se especializam na execução de fases determinadas do processo de produção agroindustrial e que devem obedecer ao ritmo imposto pelas máquinas que manejam, tornando o trabalho, em vários momentos, intenso e exaustivo.

Marx (1985) analisou a controvérsia existente entre os economistas clássicos sobre a taxa de salários, argumentando que esta não é exógena ao funcionamento da economia capitalista, sendo sua determinação baseada no movimento da acumulação de capital. Segundo os clássicos, a taxa de salários seria determinada através da oferta e procura de mão-de-obra, porém Marx (1985) demonstrou que as inovações tendem a aumentar a composição orgânica do capital, separando a acumulação do ritmo de crescimento da força de trabalho. Assim, o capitalismo cria um exército industrial de reserva, garantindo que a abundância de mão-de-obra mantenha baixo o nível dos salários. Parte deste excedente de trabalhadores, na eminência do pauperismo, busca outras formas de organização que lhe garantam a sobrevivência, submetendo-se, muitas vezes, a condições precárias de ocupação.

A década de 1980 se caracterizará pelo esgotamento do dinamismo, com a elevação do desemprego e a queda do poder aquisitivo da população por conta da inflação desenfreada e defasagem de salários, aumento do trabalho informal e desequilíbrio macroeconômico, que agravam as condições de vida do trabalhador.

Entre as décadas de 1970 e 1980²⁰, avizinha-se da economia brasileira um processo recessivo, que torna a transformação da base técnica da agricultura

²⁰ Os desequilíbrios do período são provenientes das Crises do Petróleo dos anos 1970, do crescimento acelerado da dívida externa brasileira entre os anos 1980 e 1985, e, posteriormente das políticas econômicas mal sucedidas do final da década de 1980 e início dos anos 1990.

brasileira mais lenta, no período compreendido entre 1980 e 1985, intensificando-se graças à redução das modalidades e volumes de crédito subsidiado para o setor agrícola. No âmbito mundial ocorre mudança no padrão de modernização e a agricultura dos países desenvolvidos passou a incorporar a microeletrônica, a automatização de operações, a biotecnologia e a engenharia genética, que caminham na direção da maximização dos resultados. Tais inovações são incorporadas por número restrito de produtores agrícolas brasileiros, prioritariamente, por grandes grupos econômicos.

De fato, o processo de modernização da agricultura brasileira apresenta um aspecto excludente no que se refere ao tamanho das propriedades e também quanto ao seu caráter regional. Os dados apresentados por Silva (1996) apontam a existência de um trator para cada 41 hectares de lavouras no estado de São Paulo e 52 hectares na região Sudeste, em 1985. Em contraposição, os estados do Norte e Nordeste possuíam, em média, no mesmo período, um trator para cada 300 hectares. Assim, o ritmo geral de crescimento tende a ser mais intenso no Centro-Sul, graças à incorporação dos proprietários com maiores recursos financeiros, em detrimento dos proprietários de pequenas unidades que se transformam em local de moradia rural sem grande relevância econômica. Deve-se destacar que, ao longo da década de 1970 o aumento da concentração da renda no campo foi brutal: “[...] a parcela apropriada pelos 10% mais ricos da população economicamente ativa do setor agropecuário passou de 34,7% em 1970 para 47,7% em 1980, enquanto a renda da metade mais pobre caiu de 24,2% para 17,9% no mesmo período.” (SILVA, 1996, p. 131).

Na segunda metade dos anos 1980, mantém-se a mesma dinâmica dos primeiros anos da década, decorrente da crise da dívida externa e dos esforços para a realização de um ajuste macroeconômico. O início da década de 1990 é marcado pela presença da alternativa neoliberal, que o governo do presidente Fernando Collor de Mello tomou como condição à modernização da indústria, do comércio e de toda economia brasileira. A política de combate à inflação e as demais medidas adotadas pelo governo Collor²¹, sob orientação neoliberal, não apresentaram um resultado efetivo, além de promover uma desestruturação acelerada do Estado e o

²¹ O presidente Fernando Collor de Mello tomou posse como presidente da República em 15 de março de 1990 e governou o Brasil até o dia 29 de setembro de 1992, quando as denúncias contra ele culminaram no processo de “impeachment”.

reinício do pagamento da dívida externa, sem estimular o crescimento econômico e, muito menos, investir em infraestrutura (comunicação, transportes, habitação, educação e saúde).

A situação se agrava, pois o Plano Collor sustentou-se no confisco dos recursos financeiros que impactou no financiamento da safra. De fato, os planos de estabilização econômica colocados em prática entre 1986 e 1991²² desaguaram em crises financeiras para o setor agrícola, manifestas em ciclos de preços nos mercados de “commodities” agrícolas e de ativos agrícolas como a terra e o gado.

Para Helfand e Rezende (2001), quando o Plano Real começou a ser implementado no início de 1994, a criação da Unidade Real de Valor (URV) acarreta uma elevação dos preços da terra e dos ativos agropecuários, atingindo um pico em dezembro de 1994. O sucesso do Plano Real sustentou-se, em grande medida, graças às elevadas taxas de juros, que geraram atração por ativos financeiros e queda substancial dos preços da terra e do gado entre o final de 1994 e o início de 1995.

Na compreensão de Delgado e Cardoso Júnior (2001), a liberalização comercial, a desmontagem da intervenção estatal e as condições especiais da estabilização monetária da década de 1990 levaram à diminuição da renda agrícola, à relativa estagnação do produto agrícola e redução do emprego produtivo no setor agrícola e atividades agroindustriais.

Com o advento da industrialização da agricultura brasileira, modifica-se o papel do trabalhador, que vai se tornando uma extensão das máquinas e equipamentos, perdendo o papel ativo que exercia anteriormente:

É o caráter social e irreversível da industrialização da agricultura que permite a criação de um verdadeiro proletariado rural, estreitando-se a possibilidade de reprodução de formas independentes da pequena produção ou de formas em que o trabalhador mantém o controle do processo de trabalho. (SILVA, 1996, p. 34).

Muller (1982) sustenta que o avanço da industrialização do campo no Brasil levou a um enriquecimento da agricultura industrializada e a um empobrecimento da agricultura tradicional. A primeira, ao incorporar progresso técnico, beneficia-se com

²² Com destaque para o Plano Cruzado (1986-1987), o Plano Verão (1989), os Planos Collor I e Collor II(1990-1991).

a expansão de sua acumulação de capital, o que não ocorre com a agricultura tradicional. Os pequenos proprietários, que se mostraram incapazes de incorporar avanços ao seu processo produtivo e, portanto, de participar do circuito da acumulação, acabaram incorporados à categoria de trabalhadores assalariados. Verifica-se a diminuição do número de pequenos arrendatários e parceiros e o aumento dos trabalhadores assalariados, tanto de sem-terras como de trabalhadores que, apesar de proprietários rurais, empregam-se em atividades agrícolas como assalariados.

Silva (1996), referindo-se ao processo de proletarização, menciona a lógica de “purificação²³” do trabalho assalariado dos pequenos produtores familiares que se empregam na agroindústria brasileira, o que ocorre por meio da eliminação dos pagamentos não monetários da mão-de-obra, a saber: a moradia; a pequena produção doméstica destinada ao consumo familiar, e que em alguns casos, gera um pequeno excedente destinado ao mercado local; a lenha, que diminui custos de manutenção da família e a água. Além desses fatores, o produtor tem restringida a autonomia em relação ao seu processo produtivo, já que passa a maior parte do tempo na agroindústria, convertendo sua pequena propriedade em local de moradia. Para aqueles trabalhadores assalariados que moravam no campo com sua família em uma grande propriedade, mas que não eram proprietários, apenas tinham o direito de morar e ocupar um pequeno espaço de terra para o plantio de subsistência e que converteram-se em assalariados na agroindústria, a situação é ainda mais complexa, pois são obrigados a migrar para a periferia das cidades próximas. Há que se acrescentar a dissolução dos laços de amizade, cooperação e integração, até então vigentes entre famílias de trabalhadores, que se desintegram como consequência do processo de modernização da agricultura brasileira e expropriação dos trabalhadores, que conservavam uma relação produtiva com o espaço rural.

Romeiro (1998) afirma que as elites brasileiras nunca tiveram compromisso com a grande massa da população, no intuito de realizar um projeto nacional de desenvolvimento que promovesse a inclusão dos trabalhadores rurais. Ressalta o grande sucesso comercial das culturas de exportação, mas também a exploração predatória da natureza, a escassez relativa de gêneros alimentícios e a histórica precariedade nas condições de acesso à terra e ao emprego. Segundo o autor,

²³ O destaque original é do próprio autor.

quando, em fins da década de 1950, intensificam-se os movimentos sociais reformistas, que reivindicavam uma reforma agrária, bem como o aumento de organizações sindicais de trabalhadores e pequenos produtores rurais, a resposta das autoridades oficiais foi promulgar o Estatuto do Trabalhador Rural²⁴, estendendo a legislação social, que beneficiava os trabalhadores urbanos, ao trabalhador rural, mas que submeteu os movimentos sindicais rurais à tutela do estado, tal qual os sindicatos urbanos. O fato de a terra ser considerada, historicamente, como uma reserva de valor, leva os grandes proprietários, diante da ameaça de uma reforma agrária, a expulsarem os trabalhadores residentes nos imóveis, transformando-os em trabalhadores volantes e em migrantes, que se deslocaram para as cidades ou para a fronteira agrícola. Some-se a isso, a aceleração da modernização poupadora de trabalho, intensificando-se a precarização das relações de trabalho no campo brasileiro.

Os pequenos e médios produtores integrados aos complexos agroindustriais, contam com dificuldades como a impossibilidade de autonomia em sua atividade produtiva, já que devem atender a uma demanda imposta pela agroindústria e devem incorporar um grau de tecnificação cada vez maior ao seu processo de produção, o que demanda investimentos financeiros. Quanto aos pequenos e médios produtores não integrados, são submetidos a uma lógica de marginalização em relação aos complexos agroindustriais. Resta a esses produtores atividades destinadas à produção para o autoconsumo e para a comercialização local.

Ao longo dos anos 1970, verifica-se a intensificação do êxodo rural, que se mantém, ainda que em menor proporção, nos anos 1980, em função do processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, sendo que “[...] a proporção da PEA²⁵ total ocupada em atividades agrícolas caiu de 44,3% para 29% na década de 70 e depois para menos de 23% em 1990.” (SILVA, 1996, p. 180), tornando explícita a redução de oportunidades de emprego no meio rural brasileiro em função da incorporação de novas tecnologias à agricultura. Na primeira metade da década de 1980, a recessão econômica e a diminuição de empregos urbanos contribuíram para que a mão de obra familiar permanecesse no campo, mas, na segunda metade da década, decresce a quantidade de trabalhadores ocupados em empregos agrícolas.

²⁴ Lei 4.214 de 2 de março de 1963

²⁵ População Economicamente Ativa

Pode-se afirmar que, nos anos 1970, no que se refere à questão da renda e pobreza no meio rural brasileiro, intensifica-se a desigualdade, mas a pobreza diminui, devido à elevação da renda média das classes menos favorecidas, que conseguem manter-se no campo, uma vez que grande porcentagem desloca-se para as cidades. Nos anos 1980, por sua vez, a desigualdade continua a aumentar e a pobreza intensifica-se. Nos anos 1990 e 2000, os pobres do campo são, em grande medida, trabalhadores temporários sem vínculo empregatício e pequenos produtores não-modernizados, concentrados na região Nordeste.

Segundo pesquisa do DIEESE (2007), os trabalhadores que se encontram em situação de precariedade, alijados dos direitos trabalhistas, tais como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a previdência pública, são em sua maioria, provenientes da região Nordeste. Cerca de 86% deles dedicavam-se a atividades temporárias²⁶ no plantio, corte e transporte da cana-de-açúcar. Na média brasileira, a proporção é de 70%, e a da região Centro-Sul, de 55%. Deve-se considerar que os trabalhadores empregados no cultivo da cana-de-açúcar são os mais expostos às situações de risco, tanto no que se refere à qualidade do trabalho quanto às condições de emprego. A maior parte deles está empregada na região Nordeste; quase 40% não têm os direitos trabalhistas garantidos; apresentam baixa escolaridade e, quanto à remuneração, recebem apenas 32,6% do que ganha o trabalhador da usina de álcool na mesma região e pouco mais de 1/3 do que recebe o trabalhador vinculado à produção de açúcar. Na região Centro-Sul, esse trabalhador ganha quase 50% da renda auferida pelo empregado da usina de álcool.

Muller (1982) levanta uma questão de relevância ao afirmar que as novas condições da agricultura brasileira com a emergência dos CAIs transferem para o meio urbano as questões agrárias. Emergem questões como a reforma agrária, a propriedade territorial, a oferta e os preços dos alimentos e da matéria-prima, o crédito, o papel do Estado e os efeitos da mecanização. A modernização da agricultura brasileira não se manifestou com a mesma ordem e intensidade em todo o território brasileiro. Ao contrário, trata-se de um processo diferenciado e excludente que, ao invés de homogeneizar o espaço econômico, aprofundou as desigualdades existentes. Desse modo, a dinâmica agrária modernizadora, à

²⁶ As informações divulgadas pelo DIEESE têm como referência dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

medida que contribuiu para acentuar os desníveis tecnológicos existentes entre os grandes e pequenos estabelecimentos, agiu no sentido de deteriorar, ainda mais, a distribuição de renda no setor agropecuário.

Ao longo dos anos 1970 e 1980, as transformações que estavam ocorrendo na agricultura brasileira eram analisadas como similares às aquelas ocorridas nos países capitalistas avançados, tanto nos aspectos positivos como nos negativos. Nos anos 1970, sustentava-se que a chamada “questão agrícola” havia sido superada pelo processo de modernização. Para Guanziroli e outros (2001), a partir dos anos 1980, a afirmação corrente era que esse processo de modernização aprofundara a integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros que a envolviam. Entretanto, a formação e consolidação dos complexos agroindustriais geram uma série de impactos para as classes trabalhadoras inseridas no meio rural brasileiro.

O mundo rural brasileiro deve ser entendido não como um espaço antagônico ao meio urbano, mas como um “locus” de produção e também como um espaço de vida, em que se verificam relações de proximidade nas relações familiares e de vizinhança, que envolvem redes de solidariedade e integração cultural. Ou seja, envolve o desenvolvimento de atividades agrícolas, um espaço de residência, um espaço de consumo e um espaço patrimonial, que determina a identidade dos agricultores familiares e dos trabalhadores agrícolas.

Neste contexto, a formação dos complexos agroindustriais promove uma modificação desse espaço. Novas demandas são criadas para o meio rural, as quais passam a ser atendidas pelas agroindústrias, em detrimento do papel desempenhado pelos produtores familiares. Conforme já mencionado, grande número de trabalhadores são expulsos do campo e dirigem-se para as cidades, expandindo o número de pessoas disponíveis para o trabalho no meio urbano. Ocorre no período, a perpetuação de políticas econômicas voltadas para atividades agrícolas consideradas competitivas por ocuparem nichos específicos de mercado, produtos de alto valor agregado, o que acentua a exploração, intensifica a desigualdade econômica, social e eleva os níveis de pobreza entre trabalhadores rurais brasileiros.

No Brasil, o estímulo histórico à agricultura patronal baseada na grande propriedade, fez com que o acesso à terra pelas massas de trabalhadores rurais

fosse restringido, em consequência, as populações rurais ou não tiveram acesso à terra ou ficaram prisioneiras da insegurança da posse. Como consequência, transformaram-se em força de trabalho de baixo custo, dependentes de uma classe de grandes produtores preocupados em garantir a expansão de suas atividades ao menor custo possível, priorizando as culturas de exportação e a exploração do trabalho assalariado, que se refletem na atual concentração de renda, na exclusão social e em uma economia voltada excessivamente para o mercado externo.

Todas essas condições postas levaram à forte concentração da renda no campo, que, somada à modalidade de inserção do país na divisão internacional do trabalho intensificaram os desequilíbrios distributivos e acabaram por intensificar as distorções sociais.

Como reflexo da situação da agricultura nacional, Vian (2003) afirma que o Complexo Canavieiro, no início da década de 1990 apresenta, como características estruturais: a produção agrícola e fabril sob controle dos usineiros, a heterogeneidade produtiva, o baixo aproveitamento de subprodutos e a competitividade fundada nos baixos salários e na expansão extensiva.

A questão fundamental do período foi o processo de desregulamentação do setor e as tentativas de autorregulação. Como consequência desse processo, verifica-se a diversificação da produção, sendo que, várias usinas passam a produzir açúcar e álcool e realizam parcerias em busca de eficiência produtiva.

Conforme destacado anteriormente, no que se refere à evolução da produção e exportação, a região Centro-Sul ganha força nos anos 1990, em prejuízo da região Nordeste. Destacam-se os estados do Paraná, Goiás e Minas Gerais, que possuíam as condições propícias para o avanço do setor, graças às terras disponíveis para o plantio e à organização de um sistema de logística que reduziu o custo do frete e aumentou a competitividade do açúcar e do álcool produzidos nesses estados, para os quais migram empresários como Tércio Wanderley, José Pessoa e João Lyra.

O grupo Tércio Wanderley adquiriu uma unidade industrial em Iturama-MG, no início da década de 1990, e posteriormente expandiu suas filiais para as cidades de Campo Florido, Limeira do Oeste e Carneirinho. Esses municípios integram a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que recebeu, entre os anos 1990 e 2000, várias unidades industriais para a produção de açúcar e álcool e tem sua dinâmica socioeconômica modificada pelo crescimento das atividades do setor. Atividades do setor agrícola típicas da região como a criação bovina, a produção de

arroz, milho, algodão, feijão são substituídas pelo plantio de cana-de-açúcar, que se torna mais lucrativa, já que possui destino certo como matéria-prima utilizada pelas usinas instaladas na região. De fato, municípios como Iturama dependem hoje da produção de açúcar e álcool para geração da maior parte de seus empregos, salários, tributos e comercialização de produtos e serviços.

CAPÍTULO 2 MODIFICAÇÕES NO ESPAÇO AGRÍCOLA E DINÂMICA SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE ITURAMA-MG

2.1 A Mesorregião do Triângulo Mineiro: Origem e evolução

Com a decadência da economia açucareira no Brasil, a partir da segunda metade do século XVII²⁷, a metrópole portuguesa investe mais na busca de metais preciosos, os quais eram encontrados, em grande abundância, na região que, hoje, constitui o Estado de Minas Gerais. De fato, o estado tornou-se a capitania do ouro, de povoamento com fortes características urbanas, que sustentou o Antigo Regime durante o período colonial.

A economia da região, baseada na mineração, trouxe ao imigrante europeu a possibilidade de se instalar no Brasil e isso se deve a dois motivos. Em primeira instância, porque a economia mineira não mobilizava tantos recursos quanto a açucareira²⁸, já que explorava inicialmente o ouro de aluvião e, também, porque oferecia ao mineiro a chance de enriquecer rapidamente, oportunidade que não encontravam em Portugal²⁹, país que vivia, na época, um período de estagnação econômica.

Segundo Souza (1996), verifica-se, nesse período, a transferência de populações de São Paulo e do Nordeste para a capitania de Minas, a fim de explorar metais preciosos. A mão-de-obra escrava também participou da exploração mineira, apresentando, no que diz respeito à sua organização, uma particularidade que a diferenciou do contexto da economia açucareira: "[...] a forma como se organiza o trabalho permite que o escravo tenha maior iniciativa e que circule num meio social mais complexo" (FURTADO, 1991, p. 75). Alguns escravos trabalhavam por conta própria e pagavam aos seus proprietários taxas periódicas, o que lhes abriu a possibilidade de comprar a própria liberdade. Os próprios homens livres pobres

²⁷ Neste período desorganizou-se o mercado do açúcar e teve início a forte concorrência antilhana, o que levou os preços a caírem pela metade.

²⁸ É pertinente lembrar que a economia açucareira nacional era a grande responsável pela atração populacional exercida pelo Brasil, na Europa daquela época.

²⁹ A referência à Portugal se deve ao fato de ser o país que colonizou o Brasil e gerou os maiores fluxos populacionais para o Brasil. Mas, deve-se lembrar que de vários lugares da Europa, vieram imigrantes.

começaram a ter, ao contrário do que ocorria na economia açucareira, maiores chances de ascensão social. Mas é preciso acrescentar a argumentação de Gorender (1992) segundo o qual, apesar de existir um grande espaço para as pequenas explorações, isso não significou que o predomínio econômico pertencesse aos pequenos exploradores livres, ao contrário, constituíam-se em um número reduzido, já que as escavações mais profundas para a extração de ouro requeriam investimentos que só poderiam ser realizados por exploradores ricos, donos de muitos escravos, que, além de extraírem ouro, transportavam as cargas. A mão-de-obra escrava era amplamente explorada, e juntamente com a mão-de-obra livre pobre, corria riscos constantes de soterramento, afogamento, o que levou a revoltas, fugas e à formação de quilombos. A lógica de ocupação do estado de Minas Gerais é pautada na exploração da mão-de-obra escrava e na precarização do trabalho de homens livres, que migraram em busca de trabalho. Efetivamente, há possibilidades de ascensão, mas limitadas, uma vez que o trabalho lhes garantia renda, mas não acesso a maior parte da renda gerada, apropriada pelos exploradores capitalizados.

No que diz respeito aos outros segmentos da economia, pode-se dizer que não se criaram, nas regiões mineiras, atividades econômicas permanentes, além da agricultura de subsistência e da pecuária em pequena escala. De forma que, com o declínio da mineração, verifica-se a rápida decadência generalizada da região:

Muitos dos antigos empresários transformaram-se em simples faiscadores e com o tempo revertiam à simples economia de subsistência. Uns poucos decênios foi o suficiente para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunidades e isolando-se os pequenos grupos uns dos outros. (FURTADO, 1991, p. 85).

Ocorre o mesmo com a maioria da população que, totalmente desarticulada, passou a apresentar uma economia de subsistência de baixíssima produtividade.

A região do Triângulo Mineiro começou a ser explorada, segundo Brandão (1989), nas primeiras décadas do século XVII, já que a vegetação rarefeita do cerrado facilitava o deslocamento e fez da região um corredor que conduzia ao Planalto Central. Transposta por bandeirantes e sertanistas paulistas, que buscavam

os rios Grande e Paranaíba e que se dedicavam à procura de índios e de metais preciosos, deu-se a ocupação.

A presença de numerosas tribos indígenas na região chamou a atenção dos jesuítas da Companhia de Jesus, que se dedicaram à catequização dos índios e acabaram por fundar a Aldeia de Sant'Anna do Rio das Velhas³⁰, primeiro núcleo de raça branca de Minas Gerais, na primeira década do século XVII:

Os índios eram dominados e geralmente, ficavam alojados ao longo das trilhas ou picadas enquanto os bandeirantes e sertanistas esperavam a aglutinação de um número razoável, que lhes tornasse vantajoso deslocá-los até o longínquo mercado do Sudeste, onde eram vendidos até um mil réis. (BRANDÃO, 1989, p. 11).

Os índios representaram para os bandeirantes uma possibilidade de lucratividade que se somava às demais atividades econômicas e, para isso, eram deslocados como mercadorias para os centros comerciais, onde eram vendidos como escravos.

O território de Minas pertenceu, até 1709, à capitania do Rio de Janeiro, passando, nesta data, a chamar-se Capitania Unida de São Paulo e Minas Gerais do Cataguás e, em 1720, desmembrou-se de São Paulo, passando a formar a Capitania de Minas Gerais. Porém, o Triângulo Mineiro continuou sob a dominação de São Paulo, que fez as primeiras concessões de sesmarias, até 1744, quando ocorreu a emancipação política de Goiás, que passou a deter o domínio do Triângulo.

Brandão (1989) afirma que, em 1736, a descoberta do ouro, no Rio das Abelhas, trouxe para região grande número de faiscadores que, apesar de quase dizimados pelos índios Caiapós, continuaram a explorar o rio, fundando, em 1743, o Arraial das Abelhas, que atraiu, de 1743 a 1781, um grande contingente populacional para a região central do país. Aos poucos, o ouro foi se esgotando e aconteceu a ocupação do Sertão Mineiro, que abrange a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Porém, o povoamento efetivo esbarrou na resistência das tribos indígenas e dos Quilombos presentes no local, dificultando a ocupação e a circulação mercantil na Região.

³⁰ A Aldeia de Sant'Anna do Rio das Velhas é hoje o município de Araguari.

Formaram-se várias expedições para procurar e dispersar os negros, a partir das quais, se processou, com maior desenvoltura, a ocupação da região. Inicialmente, a ocupação se deu de forma circunstancial, de acordo com a disponibilidade dos recursos naturais, de maneira que, à medida que as sesmarias foram sendo distribuídas, novas aglomerações populacionais foram surgindo nas proximidades das terras de melhor qualidade e mais facilmente irrigáveis, às margens dos rios.

Neste período, Minas Gerais começou a se interessar pela posse do Triângulo, confrontando-se com Goiás, de tal forma que o governo mineiro tornou intransitável o caminho para lá. Concomitantemente, as populações liberadas pelo esgotamento da mineração foram obrigadas a migrar para outras regiões, penetrando mais pelos Sertões da Farinha Podre³¹ e refugiando-se numa pequena agricultura de subsistência e na criação extensiva de gado.

Desde 1781, o esgotamento total das minas fez com que as populações de Desemboque, que levaram junto seus pertences, animais de tração e gado, se deslocassem no sentido norte, onde seria criado o povoado de Araxá, em 1791; Salitre, em 1793 e Nossa Senhora do Patrocínio e Coromandel, em 1807. Outra corrente seguiria no sentido leste, fundando Uberaba, em 1809.

Por entre essas cidades recém fundadas, desenvolveu-se um fluxo comercial importante, que abrangia o escambo³² realizado com os criadores de gado de Goiás, para posterior revenda em Minas Gerais e São Paulo, condição que se tornou um ensaio da futura função a ser desempenhada pela região no comércio com outras regiões.

Em 1816, quando da incorporação do Triângulo Mineiro à Minas Gerais, ocorreu uma série de novas concessões de sesmarias e, em 1818, foi incorporada a área em que se originaria o município de Uberlândia.

Para Brandão (1989), o processo de desenvolvimento que ocorre no Triângulo Mineiro não se enquadra em nenhum padrão clássico, em que deveria ocorrer um estágio de produção agrícola, destinada ao autoabastecimento, seguido de um estágio em que as restritas relações comerciais entre as localidades despontassem paralelamente ao surgimento de alguma especialização e, por fim, se

³¹ Expressão utilizada para designar a região do Triângulo Mineiro no período em que os tropeiros atravessavam a região para chegar a Goiás.

³² O gado proveniente do Triângulo Mineiro era trocado por produtos como sal, ferro e tecidos.

estabelecesse uma lógica interregional capaz de preparar as bases para o desenvolvimento industrial da região. O Triângulo Mineiro nasce com a função de constituir-se em entreposto comercial e cumpre essa função enquanto mostraram-se dinâmicas as economias paulista, goiana e mato-grossense, às quais se integrou para cumprir essa função:

A tendência à integração era clara e o Triângulo tinha praticamente todas as condições para, utilizando sua herança histórica de 'ponto de passagem' tornar-se 'ponto de intersecção' de um dos mais importantes circuitos mercantis do país, podendo comprar barato em Goiás e Mato Grosso e vender caro em São Paulo. (BRANDÃO, 1989, p. 40-41).

O único problema que ainda se colocava era o da inadequação dos transportes, realizados por meio de mulas e carros de boi, sendo necessário introduzir um sistema de escoamento de mercadorias, capaz de promover as ligações inter e intrarregiões. A solução desse problema surge com a construção da estrada de ferro Mogiana, que se estendeu até Uberaba, em 1889, chegou à Uberlândia, em 1895 e em Araguari, no ano de 1896, garantindo o escoamento dos produtos, produzidos nas regiões e em seus vizinhos, como Goiás. Devido à sua posição geográfica estratégica, situada a meio caminho das principais rotas mercantis, o Triângulo Mineiro beneficiou-se, também, de sua base privilegiada de recursos naturais, mesmo sendo, na época, uma região esvaziada demograficamente, sem mercado consumidor organizado, com ínfima urbanização e fisionomia regional marcada por propriedades rurais. Por outro lado, também não existiam resistências culturais enraizadas, capazes de oferecer barreiras às relações capitalistas de produção, ou seja, a região apresentava-se como um terreno fértil para a ocupação capitalista, que nasceu com a incumbência de recolher e redistribuir mercadorias e, por isso, foi estruturada com a finalidade de atender aos objetivos do capital paulista.

A mão-de-obra requisitada para levar a diante tais atividades comerciais foi, basicamente, a familiar. Nas grandes casas atacadistas da região, o número de funcionários não pertencentes à família do comerciante era muito pequeno.

Para Lanna (1988), o trabalho livre em São Paulo está ligado à presença do imigrante, que se deslocou, maciçamente, para o Estado. Foram os europeus que

levaram adiante, em grande medida, a cafeicultura paulista e que, posteriormente, foram utilizados na indústria. Em Minas Gerais, a situação apresenta-se de forma diferente. Após a decadência da mineração, surgiram oportunidades para o desenvolvimento de agricultura voltada para a produção de gêneros alimentícios e para a pecuária, únicas atividades desenvolvidas na região, como forma de atender às necessidades de subsistência, criadas pelo desenvolvimento da cafeicultura em São Paulo. Essas atividades agropecuárias foram possíveis graças, majoritariamente, à mão-de-obra escrava, até a década de 1880. Nesta época, existiam projetos políticos diferentes para Minas Gerais e São Paulo. O último era o centro dinâmico, onde se processavam as transformações e, no que diz respeito à formação da mão-de-obra livre, essas mudanças basearam-se na incorporação do imigrante. Para Minas Gerais dirigiram-se poucos imigrantes, fazendo-se necessário ou despontando-se como única opção, a incorporação do ex-escravo no mercado de trabalho livre, no final do século XIX e início do século XX. A formação do mercado de trabalho em Minas pautou-se, então, na incorporação do trabalho de ex-escravos e seus descendentes.

No que se refere ao avanço do setor de transporte, o capital sediado na região, com o tempo, montou uma infraestrutura complementar à estrada de ferro, organizando uma extensa rede rodoviária, fazendo que Uberlândia se tornasse um grande centro atacadista e passasse à frente de Uberaba, que se voltou para a criação e distribuição de gado.

O Triângulo Mineiro manteve, historicamente, relações econômicas mais estreitas com São Paulo do que com sua capital política e administrativa e, se incorporou à dinâmica nacional, não como um sócio menor, mas como possuidor de um vultoso excedente, obtido com a operação do capital comercial local. Ao lado dessas características, nota-se a presença de uma burguesia comercial, cujo interesse era a formulação e implementação de um projeto de modernização do setor urbano e rural, alicerçada numa engenharia política capaz de exercer um controle social bastante rígido.

Mesmo sendo periferia dinâmica de São Paulo, a região pôde avançar sua base manufatureira nos segmentos complementares ao centro dinâmico paulista e dedicou-se à produção de alimentos e vestuário. Em 1943, inicia-se a criação de núcleos de povoamento orientados pela Fundação Brasil Central, a chamada "marcha para o Oeste", cujo objetivo fundamental era a ocupação do Centro-Oeste,

o que representou, para o Triângulo Mineiro, a oportunidade de se incorporar ao mercado nacional e se consolidar como entreposto comercial, uma vez que a região passa a controlar a intermediação de mercadorias vindas do Sudeste, o que lhe trouxe grandes lucros.

A reorganização das economias capitalistas, no imediato pós-guerra, e a inserção, nesse contexto, das áreas periféricas, marcou a transmutação do padrão de acumulação, com a instalação definitiva do capitalismo monopolista no Brasil, durante o período de industrialização pesada, concentrada em São Paulo, cujo capital passou a comandar os determinantes da acumulação de capital em escala nacional.

A decisão de Juscelino Kubitschek³³ de construir a capital do país no planalto central provocou forte impacto na região, criando várias atividades de apoio à construção de Brasília, que influenciaram a região do Triângulo Mineiro, tais como o fornecimento de alimentos e bebidas; as fábricas de telhas, ladrilhos, cimento, distribuidoras de madeira, combustíveis e setor de serviços, que conheceram grande dinamismo no período.

Em 1964, o apoio da burguesia local ao Golpe Militar garantiu a inserção definitiva do Triângulo Mineiro à economia e política nacionais, já que a região transformou-se em “posto avançado” do capital, capaz de mediar a expansão da área de influência das forças políticas instaladas com a Ditadura Militar.

No início da década de 1970, são criados planos de desenvolvimento visando a ocupação efetiva dos cerrados e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro)³⁴, prevendo investimentos no desenvolvimento das agroindústrias e aumento da produtividade. Medidas como mecanização da produção, criação de um sistema de armazenamento e transporte, uso de corretivos para o solo, capazes de modificar as características naturais de um solo arenoso e pobre em nutrientes, mas com uma topografia adequada ao uso de tratores, colhedoras e introdução de sistemas de irrigação dos cultivos, foram adotadas para garantirem a implementação do programa.

³³ Governou o Brasil entre 1956 a 1961 e colocou em prática o Plano de Metas.

³⁴ Também são criados no período o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), o Plano de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER).

O Triângulo Mineiro é uma das regiões brasileiras que melhor incorporou as orientações do novo padrão agrícola brasileiro³⁵ e modernizou-se ao longo dos anos 1970 e 1980, apesar da crise econômica que se estabelece na economia nacional. Ganham força culturas como o café e a soja. Além disso, a região torna-se grande produtora de cana-de-açúcar no final dos anos 1980. Brandão (1989, p.153) afirma que, ao incorporar, de forma fundamental, a revolução da base técnica da agricultura brasileira que ocorre no período: “Sua agricultura passou a ocupar a posição de ‘variável dependente’ na cadeia de múltiplas junções de capitais agroindustriais.” E, dessa forma, o Triângulo Mineiro perde, gradativamente, a autonomia de sua reprodução, enquanto setor produtivo, e vai transformando-se em espaço de valorização do capital local e dos capitais nacionais e estrangeiros. Os projetos na área agrícola, despontaram para a agroindustrialização e para a concentração da propriedade, já que aos pequenos agricultores era difícil competir com a agricultura altamente tecnificada.

Segundo Guimarães (2002), os créditos liberados pelo Polocentro foram distribuídos em valores crescentes, de acordo com o tamanho da propriedade, o que provocou uma exclusão dos pequenos proprietários, criando uma nova configuração do espaço agrário, com a introdução de culturas voltadas para a exportação e valorização das grandes propriedades. O programa ainda privilegia os produtores provenientes de outras regiões, em detrimento dos proprietários tradicionais residentes na região, o que levou muitos produtores a venderem suas terras e instalarem-se nas periferias das cidades. Esse processo configura uma lógica de exclusão de parte dos trabalhadores que, não encontrando mais oportunidades de trabalho como arrendatários e parceiros, intensificam o contingente de mão-de-obra temporária, o que inclui precárias condições de vida e ocupação, salários baixos, extensas jornadas e condições inseguras de transporte.

Dessa forma, o espaço agrário no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, caracterizado pela criação extensiva de gado de corte e pela agricultura de subsistência, foi radicalmente transformado, após a implantação dos programas de ocupação dos cerrados, e é bastante relevante a alteração do perfil de produção regional com aumentos significativos em termos de produtividade, sem alterar, contudo, sua estrutura fundiária.

³⁵Aqui entendido como o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, discutido no capítulo I.

Durante as décadas de 1980 e 1990, é notório o destaque que se dá ao Cerrado nos programas direcionados ao desenvolvimento da agricultura, já que a região é tida como grande celeiro de alimentos, como espaço de progresso e produção, de tecnologia avançada, uma vez que incentiva a exploração da agricultura de forma racional. Entretanto, não emergem, no discurso governamental, os indicadores do caráter excludente da modernização da agricultura, a concentração fundiária e a elevada sazonalidade do emprego agrícola no campo, em que grupos de trabalhadores encontram trabalho somente no pico da safra agrícola, sendo utilizados em culturas modernas como força de trabalho em tarefas ainda não mecanizadas.

A expansão do capitalismo no campo não conseguiu eliminar o modelo de relações sociais arcaicas e excludentes que já fazem parte da cultura brasileira; apenas conseguiu reproduzi-las de maneira diferente. Ocorre a configuração explícita de uma modernidade inacabada e de um progresso incompleto, pois a priorização de investimentos no setor agrícola, dotando-o de bases empresariais sólidas, provoca uma exclusão da produção familiar, causando um impacto direto na vida dos trabalhadores rurais.

O processo de expropriação dos trabalhadores rurais e a expansão do trabalho assalariado formam o núcleo do problema social no meio rural no Triângulo Mineiro, o que se evidencia nas disputas de caráter trabalhista e nos conflitos pela posse da terra.

No contexto do Triângulo Mineiro, encontram-se vários municípios que foram beneficiados pelos programas mencionados anteriormente ou por programas como o Proálcool, o que ocorreu, por exemplo, à cidade de Iturama, que recebeu forte estímulo à produção de cana-de-açúcar, devido à posição geográfica do município na fronteira com o estado de São Paulo, o mais importante consumidor de álcool combustível e de açúcar do país. Além de Iturama, destacam-se como importantes produtores de cana-de-açúcar, os municípios de Uberaba, Delta, Conquista, Centralina, Conceição das Alagoas, Canápolis, Frutal, Ituiutaba e Araporã.

Em Iturama, a exploração das atividades, direta e indiretamente, ligadas ao setor sucroalcooleiro iniciou-se em novembro de 1983, quando o Grupo Alexandre Balbo realizou contato inicial com o poder público municipal, no intuito de encontrar o local adequado para a instalação da planta industrial de uma usina e a obtenção das terras necessárias para o plantio de cana-de-açúcar. A empresa encontrou,

como dificuldade fundamental, a falta de disponibilidade de terras para arrendamento, uma vez que os donos de grandes extensões de terra não se mostraram disponíveis para plantar ou arrendar terras para o plantio de cana. A situação resolveu-se quando o Sr. Alípio Soares Barbosa³⁶ arrendou trezentos alqueires para o Grupo Alexandre Balbo, que introduziu a atividade no município, reduzindo a resistência de vários proprietários que, a partir de então, disponibilizaram suas terras para arrendamento. No ano de 1984, ocorre a montagem da infraestrutura produtiva e o início do plantio da cana-de-açúcar, sendo que a primeira safra ocorre em 1985.

Em acordo firmado com o poder público municipal³⁷, ficou estabelecido que apenas 10% da mão-de-obra utilizada pela empresa poderia ser trazida de outros municípios e regiões, acordo que não foi possível ser cumprido, uma vez que não se encontrou mão-de-obra para o corte da cana-de-açúcar no município e foi necessário buscar trabalhadores no Nordeste.

Durante suas atividades em Iturama, o Grupo Alexandre Balbo dedicou-se, exclusivamente à produção de álcool, que era deslocada para o município de Paulínia no Estado de São Paulo. A introdução da Usina no município gerou uma série de impactos econômicos, tais como a geração de empregos, renda e tributos³⁸.

Em entrevista realizada com um antigo funcionário da empresa³⁹, que participou tanto da introdução do Grupo Alexandre Balbo quanto da transição para o Grupo Tércio Wanderley em 1994, constatou-se que tanto o processo de produção quanto a questão da preservação dos recursos ambientais e as oportunidades de crescimento dentro da empresa, modificaram-se significativamente ao longo da gestão do Grupo Tércio Wanderley. Segundo o entrevistado, a questão salarial, por exemplo, passou por um conjunto de transformações, que incluíram a criação de um plano de carreira, além da ocorrência de aumento gradativo e do ajuste da jornada de trabalho de 12 (doze) para 8 (oito) horas diárias. O entrevistado mencionou ainda a questão ambiental, uma vez que alega existir hoje uma preocupação com os recursos naturais e um planejamento ambiental que não existiam anteriormente.

³⁶ Político influente eleito prefeito por três mandatos na cidade de Iturama.

³⁷ Prefeito municipal Valdecir Pichioni.

³⁸ Não existem registros estatísticos organizados sobre a atuação do Grupo Alexandre Balbo no município de Iturama.

³⁹ O entrevistado em questão trabalhou como funcionário do Grupo Alexandre Balbo e, posteriormente, passou a integrar o Grupo Tércio Wanderley, até sua recente aposentadoria.

Guimarães (2002) cita episódio ocorrido em 1989, em que os trabalhadores rurais da Destilaria Alexandre Balbo conseguiram, por meio de greve e manifestação pública, terem atendidas demandas como piso salarial, fornecimento gratuito de ferramentas e equipamentos de proteção, controle da pesagem da cana-de-açúcar por um trabalhador e transporte gratuito. Entretanto, vários trabalhadores foram demitidos em clara represália ao movimento grevista.

O Grupo Alexandre Balbo manteve suas atividades no município até 1994, quando a empresa foi adquirida pelo Grupo Tércio Wanderley, passando a destilaria a chamar-se Usina Coruripe de Açúcar e Álcool Filial Iturama. A princípio, a empresa dedicou-se à destilação de álcool, inaugurando em 1998, o processo de fabricação de açúcar, produção que aumentou constantemente, chegando a dobrar em 2002, ano em que a empresa inicia a produção de energia elétrica.

No que se refere à origem, o Grupo Tércio Wanderley⁴⁰ é alagoano e adquiriu a unidade da destilaria Alexandre Balbo, em abril de 1994, no âmbito do processo de desregulamentação do setor sucroalcooleiro, ocorrido ao longo da referida década. Fundada em 1925⁴¹, no município de Coruripe, estado de Alagoas, é uma empresa de capital fechado, que se dedica à produção de açúcar, álcool e energia e possui infraestrutura produtiva em 5 (cinco) unidades: a matriz, localizada na cidade de Coruripe, e as 4 (quatro) filiais, localizadas nos municípios de Iturama, Campo Florido, Carneirinho e Limeira do Oeste, no estado de Minas Gerais. Segundo dados divulgados pela empresa, são gerados, a cada período produtivo, cerca de 7.000 empregos diretos e 35.000 indiretos, somando-se os trabalhadores envolvidos no plantio e corte da cana no processamento industrial, comercialização e distribuição dos bens finais.

No contexto atual, a empresa produz, à partir da cana, o açúcar demerara⁴², destinado fundamentalmente ao mercado externo, o açúcar VHP, cuja produção é totalmente exportada, o açúcar cristal⁴³, que é comercializado no mercado interno em sua versão original e também triturado para utilização pela indústria de doces. A produção de álcool dividiu-se em álcool anidro, que é misturado à gasolina, e álcool

⁴⁰ As informações e dados apresentados neste item sobre o Grupo Tércio Wanderley foram obtidos por meio de consulta ao site da empresa em 15 de abril de 2009: <http://www.usinacoruripe.com.br>. Os dois links consultados estão especificados nas referências.

⁴¹ A empresa integra o Grupo Tércio Wanderley desde 1941

⁴² Não passa pelos processos de clarificação.

⁴³ É um açúcar mais elaborado, branco e mais sofisticado.

hidratado, que é utilizado puro como combustível. A empresa também produz melaço⁴⁴ e, por meio da queima da biomassa⁴⁵, a energia elétrica, utilizada na própria unidade industrial. Além desses produtos, existem também os subprodutos destinados inclusive a outros setores, como é o caso do óleo fúsel, empregado para fins farmacêuticos e em indústrias químicas; a levedura e bagaço hidrolisado, utilizados na alimentação animal; a vinhaça que serve como fertilizante para o cultivo da cana-de-açúcar.

Quanto às quantidades produzidas na safra 2002/2003, no computo geral da produção das unidades industriais da empresa, foram produzidos 9,6 milhões de sacos de açúcar de 50 kg e 162,1 milhões de litros de álcool anidro e hidratado. A safra 2003/2004 somou 11,38 milhões de sacos de açúcar de 50 kg e 257,3 milhões de litros de álcool, entre anidro e hidratado. Deste total, 5,26 milhões de sacos de açúcar e 71,1 milhões de litros de álcool foram produzidos na unidade industrial instalada no município de Iturama. Já na safra 2004/2005, a produção total foi de 13,02 milhões de sacos de 50 kg de açúcar e 176 milhões de litros de álcool. Na safra seguinte, de 2005/2006, a produção de anidro e hidratado cresceu para 230 milhões de litros e a de açúcar foi de 12,5 sacos, conforme apresentado no quadro 1 abaixo:

	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009
Açúcar (em milhões de sacos de 50 kg)	9,6	11,38	13,02	12,5	14,46	Dados não disponíveis	17,64
Álcool anidro e hidratado (milhões de litros)	162,1	257,3	176	230	300	Dados não disponíveis	485

Quadro 1: Volume total de produção de açúcar e álcool pelo Grupo Tércio Wanderley⁴⁶

⁴⁴ Mel com baixa concentração de açúcar, utilizado para destilação do álcool ou para alimentação animal.

⁴⁵ A partir do bagaço de cana, a Coruripe Energética abastece a empresa e comercializa a produção excedente com a Cemig, concessionária de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, no município de Iturama.

⁴⁶ A tabela foi elaborada pela própria autora com base em dados obtidos no site da empresa em 15 de abril de 2009

O quadro 1 mostra ainda o volume de produção para a safra 2006/2007, que foi de 14,46 milhões de sacos de açúcar de 50kg e quase 300 milhões de litros de álcool, por meio da utilização de 8,61 milhões de toneladas de cana, matéria-prima produzida pela própria empresa e por fornecedores. Em 2008/2009, foram moídas 11,83 milhões de toneladas de cana, que produziram 17,64 sacos de açúcar e 485 milhões de litros de álcool.

Por meio das informações apresentadas sobre a empresa, é possível perceber que o setor sucroalcooleiro conheceu grande dinamismo nas duas últimas décadas, o que gerou ocupação de mão-de-obra e uma demanda derivada por serviços de transporte, armazenamento, incorporação de máquinas, equipamentos e ainda gerando saldos positivos para a balança comercial brasileira.

2.2 Análise da dinâmica sócio-econômica e cultural do município de Iturama-MG, a partir dos anos 1990

Segundo Lima e Santos (2008), a economia do estado de Minas Gerais respondeu, em 2008, por cerca de 9% do PIB brasileiro. Sua produção industrial apresentou uma expansão de 7,3%, e o comércio um crescimento de 11,6%, em relação a 2007, o que deixa explícita a importância econômica do estado no contexto nacional. O estado possui 853 municípios divididos em 66 (sessenta e seis) microrregiões e 12 mesorregiões: Campo das Vertentes, Central Mineira, Vale do Jequitinhonha, região Metropolitana de Belo Horizonte, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Oeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Zona da Mata, que guardam entre si grandes diferenças geográficas, sócio-econômicas e culturais.

O município de Iturama localiza-se na microrregião de Frutal que, por sua vez, integra a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, composta também pelas microrregiões de Ituiutaba, Uberlândia, Patrocínio, Patos de Minas, Uberaba e Araxá.

A mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba têm cumprido, ao longo de sua história, importante papel no desenvolvimento econômico e social de Minas

Gerais e dos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo, ao quais se integrou ao longo de seu desenvolvimento. No que diz respeito à dinâmica migratória, sua importância cresceu significativamente no estado, visto que é uma das áreas que mais se expandiu economicamente.

De acordo com Ferreira (2000), o Triângulo Mineiro foi a terceira maior receptora de população migrante proveniente de outros estados no período 1980/91 (18%), ficando atrás somente da região Metropolitana de Belo Horizonte, que recebeu 23,5% de migrantes interestaduais, e do Sudoeste e Sul de Minas, que registrou 18,9%. Os fatores de atração fundamentam-se no desempenho econômico positivo verificado nos últimos anos da década de 1980, já que o PIB per capita⁴⁷ cresceu a taxas de 1,9% ao ano na Mesorregião, desempenho superior ao apresentado pelo Estado de Minas Gerais, que foi de 0,78% no mesmo período.

Da microrregião de Frutal fazem parte os municípios de Campina Verde, Carneirinho, Comendador Gomes, Fronteira, Frutal, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste, Pirajuba, Planura, São Francisco de Sales e União de Minas. O quadro 2 apresenta dados referentes à “esperança de vida ao nascer”, “mortalidade até um ano de idade”, “probabilidade de sobrevivência até 60 (sessenta) anos”, bem como o “percentual de crianças de 10 (dez) a 14(quatorze) anos que estão fora da escola” nos municípios da microrregião de Frutal e no município de Belo Horizonte, escolhido como parâmetro de comparação para entender a posição destes municípios em relação à capital do estado.

Não se pretende aqui realizar comparação minuciosa entre os municípios selecionados, tampouco com o município que sedia a capital do estado de Minas Gerais. De fato, o intuito é localizar a microrregião de Frutal no interior do estado de Minas Gerais. Uma análise dos dados revela que a esperança de vida ao nascer, à exceção de União de Minas, é maior nos municípios da microrregião de Frutal do que em Belo Horizonte, o que também ocorre com a mortalidade até um ano de idade, que chega a 27,25 a cada mil nascidos em Belo Horizonte, contra uma média de 20,16% para os municípios da microrregião de Frutal. O município de Belo Horizonte destaca-se à frente da maioria dos municípios da microrregião de Frutal na média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, 48% superior à Iturama, município com melhor desempenho na microrregião. No que se

⁴⁷ Produto Interno Bruto por habitante

refere ao percentual de crianças entre 10 a 14 anos fora da escola, Campina Verde e Iturama apresentam percentual inferior a Belo Horizonte. Os dados (quadro 2) deixam claro que os municípios da microrregião de Frutal não estão em desvantagem em relação a variáveis fundamentais a serem consideradas na análise das condições sócio-econômicas e culturais de uma região.

Município	Esperança de vida ao nascer	Mortalidade até um ano de idade	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade	Percentual de crianças de 10 a 14 anos fora da escola
Belo Horizonte(MG)	70,52	27,25	80,5	8,13	2,22
Campina Verde (MG)	74,8	15,91	87,73	4,63	2,19
Carneirinho (MG)	73,02	20,24	84,84	4,08	5,73
Comendador Gomes (MG)	73,73	18,47	86,01	4,68	4,21
Fronteira (MG)	73,93	17,97	86,34	5,34	3,28
Frutal (MG)	74,8	15,91	87,73	5,42	5,73
Itapagipe (MG)	73,97	17,88	86,4	5,01	2,94
Iturama (MG)	72,96	20,4	84,74	5,47	2,03
Limeira do Oeste (MG)	72,96	20,4	84,74	4	2,64
Pirajuba (MG)	73,35	19,41	85,39	4,8	3,76
Planura (MG)	72,83	20,73	84,52	4,99	3,87
São Francisco de Sales (MG)	73,9	18,05	86,28	4,33	5,84
União de Minas (MG)	67,54	36,62	75,26	3,86	3,89

Quadro 2: Indicadores dos municípios da microrregião de Frutal e do município de Belo Horizonte

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2000

Quanto ao município de Iturama, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE (2009) revelam que possuía, em 2007, cerca de 31.495 habitantes em seus 1.401km². A existência de muitas cachoeiras no município, em período anterior à construção da Usina Hidroelétrica de Água Vermelha, justifica o nome indígena⁴⁸ Iturama. Como reflexo da história do próprio Triângulo Mineiro, os primeiros habitantes da área, onde hoje está situado o município, foram os índios Caiapós, cuja aldeia desapareceu com barragem da hidrelétrica. Não existem

⁴⁸ Os primeiros habitantes na Região onde está situado o Município do Iturama foram os índios Caiapós, nas proximidades da Cachoeira dos Índio, a 20 Km da Sede do Município, onde atualmente funciona a Usina Hidroelétrica de Água Vermelha.

registros sobre o povoamento, mas a posição geográfica privilegiada é um indício de que sua ocupação é resultado do deslocamento de tropeiros entre os estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul. Consta dos registros do poder público municipal⁴⁹ que, no final do século XIX, uma senhora chamada Francisca Justiniana de Andrade, que possuía um latifúndio, resolveu formar um povoado na região e, para isso, doou 189 alqueires da terra à Diocese de Uberaba, em 24 de março de 1897. Como as terras foram doadas em honra ao Sagrado Coração de Jesus, em 1905 foi construída uma capela e iniciada a venda da área a terceiros, formando um povoado cuja população nomeou de Santa Rosa, em lembrança ao nome da sede do latifúndio. O povoado foi reconhecido como Distrito de Santa Rosa, em 17 de dezembro de 1938, pertencente ao Município de Campina Verde. Seu nome foi modificado para Camélia, em 31 de dezembro de 1943, e, em 1º de janeiro de 1949, instalou-se o município de Iturama.

No contexto atual, o município pertence à microrregião de Frutal e à mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, possuindo no ano de 2000 uma taxa de urbanização de 93,11%. A tabela 2, apresentada na sequência, traz dados do nível educacional da população adulta, para os anos de 1991 e 2000.

Tabela 2: Nível educacional da população adulta nos anos de 1991 e 2000

Nível de escolaridade	1991	2000
Taxa de analfabetismo	22,8	15,9
% da população com menos de 4 anos de estudo	50,0	35,1
% da população com menos de 8 anos de estudo	78,4	69,0
Média de anos de estudo	4,3	5,5

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2000

⁴⁹ As informações sobre o histórico de Iturama-MG foram obtidas na publicação Iturama Cidade das Cachoeiras de responsabilidade do Departamento Municipal de Educação e Cultural, editado no ano de 1998.

No período considerado, a taxa de analfabetismo caiu de 22,8% para 15,9%, queda ainda mais acentuada verifica-se na porcentagem de indivíduos com menos de 4 (quatro) anos de estudo, cerca de 14,9% no período. A média de anos de estudo no município é de 5,5 anos, sendo assim, nota-se que a maioria da população não concluiu o ensino fundamental.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro (2000), no ano de 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Iturama era 0,802, o que coloca o município entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano⁵⁰ e, em comparação com os demais municípios do Estado de Minas Gerais, ocupa a 33ª posição, atrás de 32 municípios, que estão em situação melhor, mas à frente de 820 municípios, cerca de 96,2%, que apresentam condições de maior fragilidade. Se comparado com o conjunto de municípios brasileiros, Iturama ocupa a 516ª posição, superando 9.991 municípios de diferentes estados.

No que se refere à porcentagem de renda apropriada por extratos da população no município, percebe-se, pelos dados da tabela 3, que os 20% mais ricos da população expandiram em 3,6% sua participação na apropriação da renda gerada entre os anos de 1991 e 2000:

Tabela 3: Porcentagem da renda apropriada por extratos da população, 1991 e 2000

Segmento de renda	Período	Período
	1991	2000
20% mais pobres	3,8	3,0
40% mais pobres	11,0	9,6
60% mais pobres	21,4	19,2
80% mais pobres	38,8	35,2
20% mais ricos	61,2	64,8

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2000

⁵⁰ IDH maior que 0,8

Quanto às principais culturas existentes no meio rural do município, destacam-se as 8 (oito) principais referenciadas na tabela 4. A cana-de-açúcar apresenta números infinitamente maiores em relação à quantidade produzida, área plantada e colhida e valor da produção. A título de comparação, a quantidade produzida de cana é 57.000% superior à quantidade produzida de milho que, segundo os dados do IBGE (2009), é a segunda cultura em quantidade produzida. Tais informações ilustram a importância assumida pelo complexo canavieiro em Iturama nas últimas décadas.

Tabela 4: Informações sobre lavouras permanentes do município de Iturama-MG - 2007

Tipo de cultura	Quantidade produzida (toneladas)	Valor da produção (em mil reais)	Área plantada e colhida (hectare)
Banana	110	33	11
Coco-da-baía	320	118	16
Manga	40	7	4
Amendoim (em casca)	480	384	200
Cana-de-açúcar	1.909.200	49.639	23.865
Mandioca	250	73	20
Milho (em grão)	3.325	918	950
Soja (em grão)	1.800	828	750

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2009

Campanhola e Silva (2004) afirmam que a importância dessa cultura no município ocorre em função dos empregos e impostos gerados, mas também graças à gradativa incorporação de inovações mecânicas, biológicas, que aumentaram o período de colheita, reduziram a ociosidade da indústria transformadora de açúcar e álcool, além da introdução de variedades que possibilitam períodos diferentes de maturação (precoce, normal e tardia), são mais resistentes a pragas e possuem maior teor de sacarose, garantindo aumento substancial da produtividade do setor. Dessa forma, é por meio desses ganhos, no processo de produção, que ocorre a expansão da quantidade disponível para os mercados interno e externo. O avanço

na qualidade dos produtos garante a preponderância da cultura da cana-de-açúcar expressa nos dados apresentados pela tabela 4.

Um conjunto de inovações mecânicas foi incorporado ao longo do tempo ao processo de produção, colheita e industrialização da cana-de-açúcar. A mecanização da colheita tem causado maior impacto já que esta implica, segundo Campanhola e Silva (2004), em 30% dos gastos envolvidos no processo de produção da cana-de-açúcar, além de mobilizar um grande volume de trabalhadores. De fato, as inovações mecânicas estão presentes em todas as fases dessa cultura, a começar pelo preparo do solo, realizado por arados e grades, passando pelos tratos culturais e capina química, para as quais são utilizados equipamentos específicos que reduzem o número de empregados ocupados temporariamente nessas atividades, o que tende a intensificar, na próxima década, o índice de trabalhadores desempregados egressos de atividades como o corte da cana-de-açúcar, uma vez que o município de Iturama recebeu, nos anos 1980, 1990 e atual década, grande contingente de migrantes, que se instalaram no meio urbano e integraram as atividades produtivas do complexo canavieiro.

Bertolucci Júnior (2001) afirma que o conceito de migração refere-se às mudanças permanentes de residência entre unidades espaciais predefinidas, excluindo-se os movimentos sazonais e temporários. Assim, o migrante constitui-se no indivíduo que mudou de seu local de residência habitual para outra, pelo menos uma vez durante o intervalo de migração considerado. Souza (1980, p. 33) destaca que “O processo migratório não é algo mecânico que ocorre entre um pólo de expulsão e outro de atração. Nasce e se desenvolve num contexto social historicamente determinado.” E, de fato, quando se verifica um grande número de indivíduos migrando numa determinada direção, torna-se necessário entender as mudanças estruturais que estão ocorrendo no contexto regional e nacional.

O município de Iturama-MG recebeu, desde a instalação da Destilaria Alexandre Balbo, no início dos anos 1980, vários fluxos sazonais de trabalhadores nordestinos, que foram inseridos nas atividades do complexo canavieiro, mas também tem recebido migrantes que se transferem juntamente com suas famílias, constituem residência e criam novos vínculos sócio-econômicos e culturais no município.

No que se refere à população residente em Minas Gerais, Bertolucci Júnior e outros (2006) afirma que, no ano 2000, esta constituía-se por 67% de pessoas

nascidas no próprio Estado e que permaneciam residindo nos municípios em que nasceram, enquanto 26% eram mineiros que migraram de outros municípios e 7% era composta por migrantes nascidos em outros Estados do Brasil. Já a região do Triângulo Mineiro, apresenta impactos distintos da migração na composição de sua população. De forma específica, os municípios de Iturama e Uberlândia contam com a participação de migrantes procedentes de outras regiões geográficas. No ano de 2000, Iturama contava com 24,5% de sua população residente formada por migrantes de outros estados; 17,1% proveniente de outros municípios de Minas Gerais e 58,4% da população natural. Uberlândia, por sua vez, distingue-se por contar com maior contingente populacional não natural de 53%, sendo 22% vindos de outros estados e 31% de outros municípios mineiros. O principal fator de atração para o migrante é o crescimento dos setores produtivos, como a indústria de transformação, que, em Iturama, cresceu entre 1985 e 2000, gerando empregos industriais, ocorrendo o mesmo com o comércio.

Quanto à origem dos trabalhadores migrantes⁵¹ que se deslocaram para Iturama, a maioria é proveniente do norte do estado de Minas Gerais e estados do Nordeste brasileiro, tanto de cidades do interior como do litoral, sendo que no âmbito desta pesquisa, as entrevistadas foram realizadas com migrantes de origem nordestina predominantemente. Merece destaque o estado de Alagoas, já que vários trabalhadores migraram para Iturama-MG quando da instalação do grupo alagoano Tércio Wanderley no município. Oriundos da cidade de Coruripe-AL, município em que está localizada a matriz do grupo, foram entrevistados 6 (seis) chefes de família. Outras 4 (quatro) entrevistas foram feitas com migrantes provenientes da cidade de Teotônio Vilela; entrevistou-se um chefe de família da cidade de Major Isidoro(AL) e um da cidade de Antas, cidade localizada no estado da Bahia. Apenas 1 (uma) dessas famílias habitava o meio rural em sua cidade de origem, apesar de atuarem em atividades típicas do meio rural. A metade dos 12 (doze) trabalhadores entrevistados inseriram-se em atividades ligadas ao setor sucroalcooleiro e migraram com a perspectiva de obterem melhor remuneração, uma vez que, realizando a mesma atividade em Iturama, obtêm melhores salários do que em suas regiões de origem.

⁵¹ Todas as informações apresentadas neste capítulo são originárias das resultadas obtidos a partir das entrevistas realizadas com os sujeitos desta pesquisa.

A fim de compreender os fatores que impulsionaram a migração dos trabalhadores alvo desse estudo, torna-se necessário analisar a dinâmica sócio-econômica de suas cidades de origem e, conforme destacado acima, são provenientes das cidades de Antas, município localizado no estado da Bahia; Coruripe, Teotônio Vilela e Major Isidoro, que fazem parte do estado de Alagoas.

A partir de dados pesquisados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2000), verificam-se modificações na taxa de urbanização dos municípios selecionados entre os anos 1990 e 2000. No município de Antas-BA, passou de 23,54%, em 1991 para 35,66%, em 2000, apresentando crescimento de 51,51%. Mudança parecida ocorre em Coruripe-AL, que apresentou um crescimento de sua taxa de urbanização da ordem de 60,13%, passando de 28,38%, em 1991, para 45,45%, em 2000. Em Teotônio Vilela, a taxa de urbanização cresceu menos, cerca de 9,94, passando de 73,59%, em 1991, para 80,90%, em 2000. Major Isidoro apresentou crescimento de 6,88%, passando de 45,27%, em 1991, para 48,39%, no ano de 2000. É possível concluir que, dos municípios selecionados, Antas e Coruripe conheceram significativo aumento em sua taxa de urbanização, o que implica a necessidade de atender a um conjunto de novas demandas que vão desde a montagem da infraestrutura urbana até a oferta de novos postos de trabalho. O fato de trabalhadores provenientes dessas regiões geográficas migrarem para Iturama, constitui-se em indicativo de que a atenção a essas novas demandas nem sempre foi possível.

Pochmann e outros (2005) aponta que o sistema educacional brasileiro, com 8,7 milhões de alunos matriculados no ensino médio, atende a 34,7% do total do segmento etário de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, o que é pouco. Mas o estado de Alagoas atende a cerca de 13,5% e a Bahia a 18%, configurando uma situação ainda pior, já que, além de estarem alijados do processo de escolarização, esses indivíduos inserem-se precocemente e sem qualificação no mercado de trabalho. No que se refere ao ensino superior, a situação é ainda mais grave: se a média nacional de indivíduos entre 18 e 24 anos, matriculados em cursos de graduação, é de 7,4%, em Alagoas, essa taxa cai para 3,5% e, na Bahia, para 3,1% do total. O quadro 3, apresentado na sequência, traz dados referentes ao acesso aos serviços de educação para o ano de 2000. Nos municípios de Major Isidoro e Teotônio Vilela, mais de 50% da população, com idade superior a 25 anos, é analfabeta. É esse o trabalhador que migra em direção a Iturama em busca de emprego.

Município	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de 8 anos de estudo	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade com 12 anos ou mais de estudo	Percentual de pessoas de 18 a 22 anos que freqüentam curso superior	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais freqüentando curso superior
Iturama (MG)	15,94	35,13	69,05	8,51	9,98	2,24
Antas (BA)	34,09	65,46	87,24	0,45	0,93	0,09
Coruripe (AL)	41,13	62,11	85,02	2,49	0,72	1,18
Major Isidoro (AL)	53,1	72	89,51	0,79	0	0
Teotônio Vilela (AL)	51,06	72,14	90,29	0,9	0,55	0,2

Quadro 3: O processo de escolarização para os municípios selecionados

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2000

É possível concluir que as condições de empregabilidade desses trabalhadores são precárias, já que possuem baixa qualificação e provável dificuldade em se capacitar para o mercado de trabalho, sobretudo em ocupações de maior responsabilidade e que exigem o domínio da língua falada e escrita. Em Antas e Coruripe, mais de 60% da população adulta não teve a oportunidade de concluir a 4ª série do ensino fundamental, dado que sobe para mais de 70% em Major Isidoro e Teotônio Vilela. E mais, o quadro 3 deixa claro que não menos de 85% e até cerca de 90% da população adulta dos municípios selecionados dos estados de Alagoas e Bahia não concluíram o ensino fundamental, não conseguindo completar 8 (oito) anos de estudo regular. Em Antas, Major Isidoro e Teotônio Vilela, menos de 1% da população, que integra o segmento de 25 anos ou mais de idade, conseguiu concluir o ensino médio.

Em Major Isidoro, o índice de frequência ao ensino superior dos indivíduos com idade entre 18 a 22 anos ou com mais 25 anos de idade é 0% e apresenta taxas que oscilam entre 0,2% e 1,18%, nos demais municípios.

Comparando-se esses dados aos apresentados para o município de Iturama, percebe-se que há uma vantagem comparativa deste município em relação aos municípios de origem destes trabalhadores migrantes. Em Iturama, o percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas é de 15,94%, valor consideravelmente baixo, se comparado aos municípios selecionados que integram os estados de Alagoas e Bahia. Tais dados são indicativos de que o trabalhador migrante

nordestino, inserido no mercado de trabalho de Iturama, encontra vantagens comparativas, se considerado o contexto do qual migrou, mas não significa, na prática, que conseguirá acesso à educação, à saúde e à habitação. Esperam, na realidade, que seus filhos possam contar com um conjunto de possibilidades de formação profissional e condições sócio-econômicas e culturais mais adequadas do que as que deixam, quando da transferência de sua região de origem geográfica a nova cidade.

Existem outros dados relevantes para a compreensão dos problemas das cidades nordestinas e, para Pochmann e outros (2005), é representativo o esgotamento sanitário, aspecto em que o Nordeste constitui-se na região brasileira com pior índice, cerca de 79,7%, contra 98,66%, da região Sudeste; 97,71%, da região Centro-oeste; 97,04% da região Centro-Oeste e 92,47%, da região Norte. Deve-se considerar que a garantia da saúde da população urbana está relacionada, também, com o adequado escoamento sanitário do domicílio.

No que se refere ao abastecimento de água tratada, apenas 69,7% da população nordestina tem essa condição garantida, em contraposição aos 97,3% da população do Sudeste, que tem acesso à água em condições de atender às suas necessidades de preparo de alimento, higiene pessoal e limpeza de residências. Dos 6,1 milhões de indivíduos que não têm acesso à energia elétrica no Brasil, 63,9% estão no Nordeste. A relação de leitos hospitalares por mil habitantes é, segundo Pochmann e outros (2005), 10% menor no Nordeste em relação à média nacional. No que se refere à proporção de pobres nas regiões brasileiras, apesar dos problemas verificados nos estados do Sudeste, São Paulo possui 13,9% e Minas Gerais, 11% do total de pobres, a situação do Nordeste é mais grave, uma vez que, em Alagoas, 78,1% da população está abaixo da linha de pobreza nacional⁵² e, na Bahia, a porcentagem da população nessas condições soma 11,5% do total de habitantes do estado.

Diante dessas dificuldades, torna-se fundamental analisar indicadores específicos para os municípios selecionados dos estados de Alagoas e Bahia, com base nos dados estatísticos apresentados no quadro 4 e pesquisados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2000). O

⁵² Pochmann et al (2005) entende que estão abaixo da linha da pobreza relativa os indivíduos que, ainda que tenham superado as necessidades básicas, vivem com um nível de renda inferior a um determinado parâmetro definido a partir da renda média de um país. A pobreza relativa incorpora a dimensão da desigualdade, pois utiliza como referência o padrão de riqueza alcançado.

município de Antas apresentou, no ano de 2000, uma mortalidade infantil de 53,13 (por mil nascidos vivos) e a esperança de vida ao nascer, foi de 62,05. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, era de 0,632 no ano de 2000, sendo que o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano, com IDH entre 0,5 e 0,8 e apresenta uma situação ruim, se comparado aos municípios brasileiros, já que ocupa a 4074^a posição, com 4073 municípios (74,0%) à sua frente. No comparativo com o estado de Alagoas, apresenta uma situação intermediária, classificando-se na 171^a posição.

Quanto ao município de Coruripe, a esperança de vida ao nascer, era de 63,28 anos, em 2000 e a taxa de mortalidade registrou 63,28 por mil nascidos vivos. Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Coruripe era de 0,615 e o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8), apresentando situação ruim em relação aos outros municípios do Brasil, ocupando a 4383^a posição, mas ao mesmo tempo ocupa a 19^a posição em relação aos demais municípios do estado.

Em Teotônio Vilela, a taxa de mortalidade infantil, no período considerado, foi de 76,84 (por mil nascidos vivos). No mesmo período, a esperança de vida ao nascer, foi de 57,46 anos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) de Teotônio Vilela, em 2000, registrou 0,567, o que coloca o município entre as áreas consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Isso não evita que o município apresente situação ruim em relação ao contexto nacional, já que ocupa a 5146^a. Ao se comparar com os demais municípios do estado, verifica-se que Teotônio Vilela apresenta uma situação intermediária, classificando-se na 64^a posição.

O município de Major Isidoro registrou, no período, taxa de mortalidade infantil de 81,72 (por mil nascidos vivos) e esperança de vida ao nascer de 56,53 anos. Além disso, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal foi de 0,524 e também está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano, apesar de apresentar situação ruim em relação ao contexto nacional, ocupando a 5444^a e também em relação aos demais municípios do Estado, ao ocupar a 93^a posição.

Município	Esperança de vida ao nascer	Mortalidade até um ano de idade	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade	Percentual de crianças de 10 a 14 anos fora da escola
Iturama (MG)	72,96	20,4	84,74	5,47	2,03
Antas (BA)	62,05	53,13	66,49	3,08	7,74
Major Isidoro (AL)	56,53	81,72	55,68	2,35	9,38
Coruripe (AL)	63,28	50,26	67,87	3,22	9,53
Teotônio Vilela (AL)	57,46	76,84	57,33	2,48	7,82

Quadro 4: Análise comparativa de indicadores dos municípios de origem e do município de destino em 2000

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2000

O quadro 4, apresentado anteriormente, destaca informações dos municípios de origem dos trabalhadores migrantes e do município de Iturama. A comparação das variações verificadas mostra que Iturama supera os 4 (quatro) municípios de origem, cabendo destacar a distância que existe entre eles. A esperança de vida ao nascer, é 9,68% maior em Iturama do que em Coruripe, o melhor posicionado entre os 4 (quatro). A diferença torna-se mais acentuada, quando se compara a mortalidade infantil até um ano de idade. Em Major Isidoro, esta soma é de 81,72 a cada mil nascidos, enquanto Iturama registra 20,4. Quanto à probabilidade de sobrevivência até 60 anos, é 25% maior em Iturama do que em Coruripe, que apresenta a maior probabilidade entre os municípios de origem selecionados. O quadro 4 também mostra, que em Iturama, os indivíduos com 25 anos ou mais de idade estudam cerca 2,25 anos a mais que em Coruripe e 3,12 anos a mais que em Major Isidoro.

Em Antas, 7,74% das crianças entre 10 (dez) a 14 (quatorze) anos estão fora das unidades escolares. Em Major Isidoro, esse valor sobe para 9,38%, intensificando-se em Coruripe para 9,53%, com taxa de 7,82% em Teotônio Vilela, contra um percentual de 2,03% no município de Iturama. De modo geral, esses dados mostram que existe uma diferença substancial em relação às condições sócio-econômicas verificadas entre Iturama, que recebe os trabalhadores migrantes nordestinos, e suas regiões de origem geográfica. O que constitui um indicativo dos fatores de expulsão e atração exercidos sobre esses trabalhadores. A ausência de

empregos nos mercados de trabalhos de origem e a forte espiral de crescimento que se verifica no complexo canavieiro no Triângulo Mineiro, a partir dos anos 1990, intensificam esses fatores e, conseqüentemente o processo migratório.

2.3 O bairro Antônio Bráulio: origem, características e forma de organização sócio-econômica e cultural de famílias de migrantes empregados em atividades produtivas do setor sucroalcooleiro.

O bairro Antônio Bráulio foi criado em 8 de setembro de 1994, na gestão do prefeito Aelton José de Freitas⁵³, por meio do loteamento de área periférica da cidade de Iturama. Na ocasião, distribuíram-se quinhentos lotes ocupados por moradores antigos da cidade, que até então habitavam em casas alugadas em diferentes bairros, e por migrantes nordestinos inseridos no plantio, corte e beneficiamento de cana-de-açúcar, matéria-prima da agroindústria do setor sucroalcooleiro, produzida no município e, na ocasião, em processo de expansão.

De fato, parte dos migrantes beneficiados pelo loteamento já habitavam a área, de forma precária e insalubre, em barracos de lona, madeira e placas de muro, situação social que acabou por pressionar o poder público do município a lotear a área. Loteada, demandou instalação de infraestrutura básica, como rede de esgoto, energia elétrica e asfaltamento, necessidades contempladas de forma gradativa, em um período que se estendeu por mais de uma década. Atualmente a totalidade do bairro conta com energia elétrica, rede de esgoto e água tratada e 90% das ruas são asfaltadas.

Limita-se com área de pastagens, já na zona rural do município e com bairros Bom Sucesso e Morumbi⁵⁴. Suas populações compartilham os serviços de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), com atendimento médico e odontológico diário, mas insuficiente para atender o conjunto da população desses três bairros. Não conta com posto policial, biblioteca pública, centro de lazer e a associação de bairro

⁵³ O bairro leva o nome do pai do então prefeito e atualmente deputado federal Aelton José de Freitas

⁵⁴ Dois bairros populosos

existente é inoperante⁵⁵. Para frequentarem a escola, as crianças residentes no bairro Antônio Bráulio são obrigadas a deslocar-se para o bairro Bom Sucesso.

Entretanto, conforme relato dos trabalhadores migrantes, as suas áreas de origem geográfica apresentam precariedades bem mais acentuadas, além da baixa remuneração dos adultos.

A população não é organizada, não faz reivindicações em benefício do bairro e tampouco para realização de atividades culturais e sócio-educativas. Não existem opções coletivas de lazer para crianças, adolescentes e adultos, o que os leva a perambular pelas ruas do bairro. No período da entressafra do setor sucroalcooleiro, que coincide, em parte, com as férias escolares, crianças e adultos aglomeram-se em esquinas, onde se localizam bares e pequenas mercearias, o que não significa necessariamente o aumento do consumo nestes estabelecimentos, apenas um ponto de encontro para a conversa e para jogos de baralho. Na verdade, estes locais suprem a ausência de praças, parques, centros de cultura e demais áreas de convivência para a população.

O bairro está dividido em função das características das habitações e vínculo empregatício dos trabalhadores em duas áreas: a parte que se limita com o bairro Morumbi, aqui chamada de “área central”, e a parte que se limita com a zona rural, denominada de “área periférica”, a fim de facilitar a análise em questão.

A “área central” do bairro concentra os moradores originários da própria cidade de Iturama e os migrantes que trabalham nas atividades do setor sucroalcooleiro, em ocupações fixas, e que não estão submetidos a empregos condicionados às safras. A foto 1, apresenta, na página seguinte, as habitações típicas desses trabalhadores.

⁵⁵ Segundo relato dos próprios migrantes foi criada, mas, até hoje, não cumpre nenhuma função social ou que garanta representatividade dos moradores junto ao poder público local.



Foto 1: Casas típicas da “área central” do bairro

As habitações são de alvenaria, com uma média de 6 (seis) cômodos, em sua maioria protegidas por muros e grades. Apresentam energia elétrica, rede de esgoto, água tratada e estão localizadas em ruas asfaltadas.

A “área periférica” do bairro aglutina os trabalhadores ocupados no corte e queima da cana-de-açúcar, de menor remuneração e que, em sua maioria, ocupam cargos condicionados à safra. Essas residências apresentam uma média de 3 (três) a 4 (quatro) cômodos, a maioria inacabadas. Vale ressaltar que muitos deles foram anexados ao longo do tempo, possivelmente em função do aumento do número de filhos e agregados. Uns feitos de alvenaria e outros de madeira, placas⁵⁶ e lonas plásticas, como mostra a foto 2.

⁵⁶ Usualmente utilizadas para a construção de muros e que no bairro são utilizadas para expandir os cômodos das moradias.



Foto 2: Casas típicas da “área periférica” do bairro

É possível perceber diferenças entre as habitações das duas áreas. A foto 1 apresenta habitações típicas da “área central”, que são preponderantemente de alvenaria, cercadas por muros e calçadas de cimento. Na figura 2, por sua vez, verifica-se a presença de uma área principal da casa, feita de alvenaria, e de um “cômodo anexo”, que também é utilizado pela família, mas construído de forma precária. As duas figuras representam as condições da maioria das habitações das duas áreas em estudo. São exemplos significativos da forma de organização das habitações no bairro, não se constituindo em situações isoladas, mas em reflexo da modalidade de vínculo empregatício e nível de renda dos trabalhadores migrantes nordestinos inseridos no setor sucroalcooleiro no município de Iturama-MG. São migrantes, deslocaram-se da região Nordeste para Iturama, no mesmo período, meados dos anos 1990, em busca de trabalho no setor sucroalcooleiro, moram no mesmo bairro. Em suas “falas”, expressam que se sentem discriminados pela população local, mas também estão claramente divididos em dois grupos. Mais que isso, o bairro Antônio Bráulio localiza-se na periferia da zona urbana do município de Iturama e apresenta sua própria periferia, ocupada pelos migrantes vindos recentemente.

A foto 3, a seguir, mostra duas destas residências:



Foto 3: Casas construídas na periferia do Bairro Antônio Bráulio

Descata-se, nesta figura, a precariedade das habitações, que visivelmente são construídas de forma rudimentar e sem condições de segurança contra a chuva, o calor e animais, mas que contam com energia elétrica, asfaltamento, antena parabólica, televisão e aparelho de som. As respostas das entrevistas expressam preocupação com a compra de bens de consumo oferecidos no comércio local, como forma de inserir-se na sociedade de consumo e, apenas posteriormente, construir uma habitação de alvenaria⁵⁷. Os eletroeletrônicos adquiridos, mediante parcelamento, são expostos em móveis muito bem cuidados, em espaço de destaque no cômodo principal da casa, de forma a serem visualizados pelos visitantes. Essa situação é quase uma regra, seja na “área central”, seja na “área periférica” ou nas habitações dos trabalhadores de migração, recente apresentadas na figura 3.

Dupas (2001, p. 102) afirma que “[...] o consumo alienado torna-se para as massas um dever suplementar, um verdadeiro instrumento de busca da felicidade, um fim em si mesmo.” De fato, a percepção que se tem é que os bens mencionados

⁵⁷ No interior de todas as habitações visitadas verificou-se a presença de aparelhos de televisão e aparelhos de som.

são adquiridos com o intuito principal de “demonstrar” capacidade de consumo. Esses indivíduos provenientes da periferia do mundo moderno e que têm acesso fácil a toda sorte de mercadorias, enxergam na aquisição dos bens de consumo garantia de inserção na sociedade local. Martins (2008, p. 33), ao tratar da relação estabelecida entre indivíduos alijados de capacidade de consumo e seus bens, afirma que “É como se a mercadoria não se destinasse ao consumo, mas ao simples uso, o que nega a própria essência da mercadoria.” Ou seja, os bens não são adquiridos, prioritariamente, para satisfazer uma necessidade de consumo, ou para simplificar a vida cotidiana ou proporcionar conforto e lazer à família, apesar de algum momento também cumprirem essa função, mas para serem utilizados como instrumento de legitimação do indivíduo no novo contexto social:

A dominação do econômico sobre o social operou sucessivas degradações, primeiro do “ser” para o “ter”, em seguida o “ter” para o “parecer-ter”. Às atuais massas excluídas resta apenas o “identificar-se-com-quem-parece-ser-ou-ter” através do espetáculo a distância, um virtual feito real pelas mídias globais”. O espetáculo é a reconstrução material da ilusão religiosa, a realização técnica do exílio, a cisão consumada do interior do homem. (DUPAS, 2001, p.102).

Os bens não são guardados como mercadorias comuns, mas expostos em lugares de honra no domicílio, como símbolos de uma conquista. Uma forma de estabelecer sua identidade, um ponto de referência que contribua para o seu reconhecimento como membro daquela sociedade. Uma forma de articular as experiências vivenciadas anteriormente, e que o representam, e as novas vivências em que está envolvido concretamente as quais constituem o seu cotidiano.

O hábito de ouvir música é preservado por meio de aparelhos de som potentes, largamente utilizados como forma de diversão durante a semana, no início da tarde, e também, aos finais de semana, quando família e vizinhos juntam-se em grupos em frente às residências.

A partir do que foi exposto acima, é possível apontar que esses trabalhadores migrantes perderam a capacidade de se realizarem como homens livres, capazes de organizar suas próprias expectativas quanto ao seu futuro e agir de forma consciente para atingir suas metas. Segundo Barroco (2001, p. 57) “[...] o trabalho põe em movimento as capacidades essenciais do gênero: a sociabilidade, a

consciência, a universalidade e a liberdade; categorias ontológico-sociais que operam dialeticamente.” Neste caso, o trabalho e seu resultado, servem muito mais para legitimar a posição dos trabalhadores migrantes na sociedade do que como um instrumento capaz de garantir uma verdadeira transformação social.

Não existe uma sociabilidade, já que os vínculos estabelecidos com os membros da sociedade de Iturama pautam-se no “ter” e não no “ser”, não há liberdade de escolha quanto aos valores sócio-econômicos e culturais a serem vivenciados e, tampouco, existe consciência em relação à própria condição e, sobretudo, a cerca do seu papel no circuito econômico local, seja como trabalhador, seja como consumidor. Ao contrário, parecem introjetar o estereótipo de que o nordestino possui menor capacidade intelectual do que a população do Sudeste. Efetivamente, a maior parte desses trabalhadores migrantes são acostumados a atividades agrícolas, possuem baixa escolarização, são originários de pesadas rotinas de trabalho, constantemente submetidos a privações, mas, ao integrar o mercado de trabalho e o contexto social das cidades que os recebem, enxergam a possibilidade de ter respeitada a sua individualidade.

CAPÍTULO 3 O TRABALHADOR MIGRANTE NORDESTINO E SUA INSERÇÃO NO BAIRRO ANTÔNIO BRAÚLIO: ESPAÇO DE VIDA OU ESPAÇO DE SEGREGAÇÃO?

3.1 Caracterização socio-econômica e cultural das famílias de migrantes nordestinos residentes no bairro Antônio Bráulio

O indivíduo é formado por meio das interações sociais concebidas ao longo dos anos e, mesmo quando sozinho, mantém o “habitus” de sua sociedade de origem. “A vida social supõe entrelaçamento entre necessidades e desejos em uma alternância entre dar e receber. A razão e a mente não são substâncias, mas produtos de relações em constantes transformações.” (BONIN, 2007, p. 60). O ato de viver em grupo mostra-se uma tarefa difícil; entretanto, a convivência entre os que possuem distintas regras de relação e também de poder, representa um obstáculo ainda maior, sobretudo, para novos grupos que intentam uma aproximação com antigos. Dessa forma, indivíduos provenientes de outras sociedades, que migram, estão obrigados a conviver, em seu espaço de trabalho e em várias situações sociais, com pessoas que nem sempre os aceitam como iguais e, não raro, tornam-se alvo de preconceito. Em seu espaço pessoal de vida, quando lhes é facultada a possibilidade de escolha, costumam passar as horas de folga com membros da família ou vizinhos e ainda, os membros de mais de uma família procuram realizar juntos um conjunto de atividades de lazer, religiosas ou tradicionais.

A necessidade de configuração dessa modalidade de vínculos levou os migrantes nordestinos a deslocarem também suas famílias para Iturama. De fato, todos os chefes de família que cooperaram com essa pesquisa de campo migraram a partir dos anos 1990, 4 (quatro) deles já com todos os familiares, outros 6 (seis) migraram inicialmente sozinhos e entre o ano de migração e o ano de 2001, trouxeram esposa e filhos. Dois trabalhadores que, em princípio deslocaram-se solteiros para Iturama, retornaram às suas regiões de origem para constituir família e deslocaram-se, em definitivo, para Iturama. Dentre os entrevistados, 10 (dez) famílias habitam em imóveis próprios e apenas 2 (duas) alugam os imóveis em que habitam. Conforme será destacado na sequência, as famílias costumam visitar-se e é visível o hábito de conversar e ouvir música nas calçadas das habitações.

Quanto à constituição e tamanho das famílias, os entrevistados afirmam a necessidade de redução do número de filhos, o que se somou ao acesso a práticas de controle de natalidade, configurando núcleos familiares, que em sua maior parte, (cerca de 67% do total), constitui-se do casal e dos filhos, numa média de 4 (quatro) a 6 (seis) pessoas. Famílias constituídas por uma média de 1 (uma) a 3 (três) pessoas representam 25% do universo entrevistado e apenas 8% têm entre 7 (sete) e 10 (dez) pessoas. São raras as famílias compostas por mais de 10 (dez) pessoas, o que ocorre quando agregam-se sobrinhos, primos, irmãos e pais do casal, que migram em busca de trabalho. Os idosos, quando deslocam-se para morar com as famílias dos filhos, o fazem em virtude do falecimento do cônjuge, doenças e da inexistência de parentes próximos em suas cidades de origem. Os irmãos, primos e sobrinhos, quando migram, normalmente buscam ocupação no setor sucroalcooleiro. Há o relato de um trabalhador migrante que buscou a mãe em dezembro de 2008, em função da inexistência de parentes próximos em sua cidade de origem, uma vez que todos migraram para o Sudeste:

Minha mãe mora comigo aqui. Fui buscar em dezembro passado, porque meus irmãos vieram embora, meu pai já morreu e não tem ninguém pra cuidar dela. Então trouxe ela. (João)

O relato mostra que não existe para essa idosa a possibilidade de permanecer em sua cidade de origem. Todos os filhos e parentes próximos migraram para outras regiões em busca de trabalho e lhe é imposta a condição de migrar para, na velhice, receber o amparo da família.

O gráfico 1, em destaque na sequência possibilita a visualização do tamanho médio das famílias migrantes.

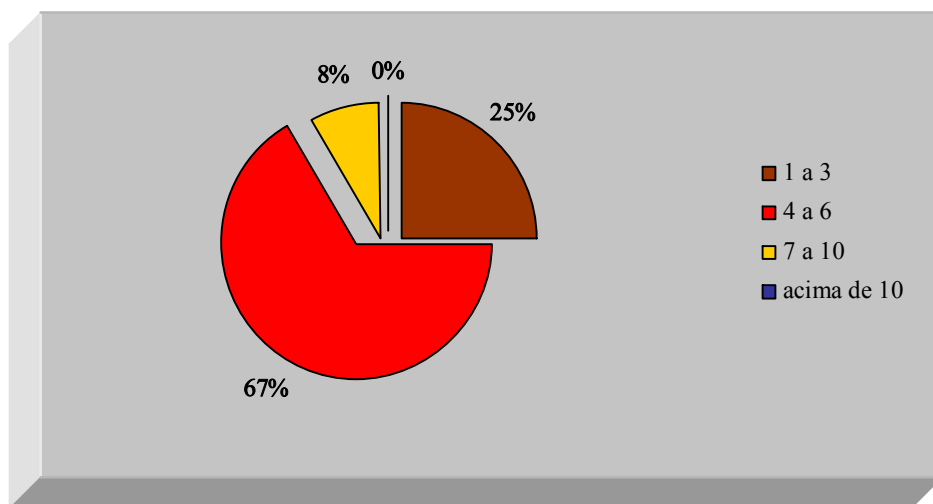


Gráfico 1: Tamanho médio das famílias de migrantes

Os dados confirmam a colocação anterior: a maior parte das famílias entrevistadas é composta por até 6 (seis) pessoas, o que leva à conclusão de que cada casal tem uma média de 4 (quatro) filhos e relatam uma clara preocupação em reduzir o número de descendentes:

Não dá mais pra ter muitos filhos, porque as crianças precisam estudar e quando crescem arrumar emprego e tudo tá muito difícil.
(Marcos)

Há uma clara consciência de que o processo de escolarização e a formação profissional são determinantes para a inserção de seus filhos no mercado de trabalho e que o nível de renda da família impossibilita o acesso a esses recursos quando as famílias são muito numerosas.

Percebe-se que os casais de trabalhadores migrantes nordestinos valorizam as tradições religiosas e ressentem-se da inexistência, em Iturama, de festas e comemorações ligadas à religião católica. Entretanto, a maioria, um total de 7 (sete) entrevistados, são amasiados, em desacordo com os preceitos religiosos. Em contraposição, 5 (cinco) são casados legalmente. De fato, percebe-se a restrita atuação exercida pela religião católica no bairro e a emergência recente de

denominações religiosas protestantes, que se proliferam, o que deve diminuir, nos próximos anos, a preponderância de católicos entre os migrantes.

Entre 1994 e 2009, uma década e meia, algumas das famílias que migraram apresentavam, em sua composição, adolescentes que, agora adultos, formaram novas unidades familiares, cujos chefes também empregam-se no setor sucroalcooleiro, perpetuando a dinâmica estabelecida pelos pais. No universo das famílias entrevistadas, que originalmente migraram para Iturama e, possivelmente, cresceram em número de componentes, existem 9 (nove) crianças menores de 7 (sete) anos; 12 (doze) crianças com idade entre 7 (sete) e 14 (quatorze) anos e 7 (sete) indivíduos com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos.

A totalidade das crianças em idade escolar está matriculada e frequente às aulas. Os adolescentes e adultos, que abandonaram o processo de escolarização e moram com os pais e os irmãos, não fazem nenhum curso de formação profissional ou supletivo. Alegam estar desempregados e, portanto, com renda insuficiente para arcar com os custos de sua educação ou ocupados no setor sucroalcooleiro, submetidos a baixa remuneração, jornada exaustiva e horários incompatíveis com os das escolas regulares e faculdades. Isso se traduz na fala de um cortador de cana-de-açúcar, de aproximadamente 25 anos, analfabeto:

Como eu trabalho o dia inteiro, chego em casa muito cansado e não tenho ânimo pra estudar. (Lucas)

É possível perceber também que se constroem com o fato de chegarem à idade adulta analfabetos ou com baixa escolarização, o que também representa uma barreira ao retorno à escola. Inseridos em uma sociedade que valoriza o rápido trânsito da informação por meio de jornais, revistas, televisão, internet, torna-se constrangedor admitir-se excluído e, como não são incentivados a mudar essa condição, permanecem analfabetos.

Biarnés (1998, p. 12)⁵⁸ apresenta o relato de um homem que migrou analfabeto para o Norte da França e que termina sua carreira alfabetizado, como

⁵⁸Jean Biarnés publicou em 1998 na Revista da Faculdade de Educação da USP o artigo "O ser e as Letras: da voz à letra, um caminho que construímos todos", que traz um conjunto de reflexões acerca do acesso à leitura e a escrita e a forma como cada indivíduo se apropria do conhecimento.

diretor de uma grande fábrica, e faz ao neto a seguinte colocação “[...] o conhecimento ninguém lhe dará, você precisa ir roubá-lo.” Ao analisar a frase, o autor afirma que as palavras são capazes de traçar o destino de um homem porque desencadeiam infalivelmente os processos do “vir-a-ser” no seu destinatário. Ao proferir aquelas palavras ao seu neto, o avô o leva a crer que é capaz de adquirir o saber. A valorização de si mesmo e de sua capacidade de se aventurar no caminho das transformações, por meio do acesso ao conhecimento, conduzem o homem à emancipação. Mas deve haver um comprometimento do indivíduo com o caminho da transformação. É preciso não apenas ir à escola, mas roubar o saber. Transgredir o que vê, não pelo acúmulo de informações prontas, mas mediante o questionamento. Legitimar o conhecimento adquirido, fazendo a leitura correta, clara do que enxerga no mundo, no trabalho, no contexto social e nas relações interpessoais em que está inserido.

A constatação de que os adolescentes e jovens que migraram para Iturama, ainda na infância, com seus pais e empregam-se hoje em atividades muito semelhantes a dos pais, o fato de expressarem conformismo e aceitação de sua condição de eternos migrantes, conduz à compreensão de que não são levados no processo de escolarização a refletir sobre seus direitos, necessidades e possibilidades de reconhecer como legítima sua inserção neste novo contexto sócio-econômico e cultural, tendo preservada sua individualidade e respeitada a sua cidadania.

As crianças menores de 14 (quatorze) anos são alvo de brincadeiras por parte dos colegas, devido às especificidades de linguagem e costumes, mas alegam que não são discriminados por professores e funcionários da escola. Ao procurar a escola para matrícula ou para solução de problemas dos filhos já matriculados, os pais afirmam que são recebidos com educação e respeito, sem perceberem diferenças na forma de tratamento dispensado a famílias originárias do próprio município, o que se justifica pelo fato de a escola que frequentam localizar-se em área periférica e atender grande quantidade de migrantes e de trabalhadores locais de baixa remuneração, gerando uma lógica de identificação entre pares. Afirmam, de forma categórica, que a qualidade do ensino em Iturama é melhor do que em suas cidades de origem e usaram expressões como “mais puxado”, “melhor”, “o

professor cobra mais” para diferenciar o processo de ensino-aprendizagem na escola de Iturama e em suas cidades de origem⁵⁹:

Lá a escola vive em greve, aqui é mais puxado e as criança estuda mais. E tem a merenda que lá não tem. (Francisco)

O relato apresenta um dado importante: a possibilidade de acesso à merenda escolar que, para várias famílias, serve como complementação alimentar das crianças.

No momento atual⁶⁰, a escola do bairro Bom Sucesso recebe tanto os filhos de migrantes nordestinos estabelecidos em definitivo no bairro Antônio Bráulio, quanto as crianças que acompanham seus pais, que migram sazonalmente para trabalhar no início da safra, e retornam para as cidades de origem geográfica no final. Do total de 900 (novecentas) crianças matriculadas, cerca de 300 (trezentas) são de origem nordestina.

As crianças, cujas famílias migraram nos anos 1990 e, cuja maioria nasceu em Iturama, já estão integradas à realidade escolar. As que se deslocam sazonalmente para a cidade com seus pais, apresentam dificuldades de aprendizagem, carência de materiais diversos (roupas, calçados, material escolar e alimentação), reproduzindo a dinâmica vivenciada nos anos 1990 pelos migrantes hoje estabelecidos no bairro Antônio Bráulio, conforme apontam os relatos dos mesmos.

A observação do cotidiano das famílias entrevistadas mostra que as condições sócio-econômicas e culturais não são adequadas, uma vez que dividem a escola e a unidade de saúde com outros 3 (três) bairros, não tem um posto policial, biblioteca, centro de lazer ou o prédio de uma associação de bairro que oferte opções de lazer, o que limita as possibilidades de práticas de esportes, manifestações culturais expressas em festas típicas ou brincadeiras educativas para as crianças. Mas uma reflexão sobre o contexto a partir do qual migram, mostra, por meio dos relatos dos próprios migrantes, que em suas regiões de origem geográfica

⁵⁹ Um entrevistado mencionou a ocorrência de greves que atrapalham o funcionamento da escola no Nordeste.

⁶⁰ Estas informações resultam de entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2009 com a diretora da escola que atende às crianças em idade escolar do bairro Antônio Bráulio

as escolas são piores, não há acesso a saúde e a remuneração é menor para as mesmas ocupações. Esses são os argumentos que utilizam para justificar a migração e a necessidade de permanecer em Iturama, definitivamente, ou, pelo menos, até a aposentadoria.

Em seu livro “Uma história íntima da humanidade”, Zeldin (1994) narra a história de uma empregada doméstica, criada pela mãe, que trabalhava durante todo o dia para sustentar a ela e aos irmãos, e não a estimulou a filha a estudar. Aos 16 (dezesesseis) anos, a menina engravidou, casou-se, foi espancada pelo marido ao longo de anos, perdeu contato com a mãe e os irmãos. Seus filhos foram recolhidos a lares adotivos. Como o tempo, abandonou o marido, estabeleceu como objetivo de vida a compra de um apartamento e conseguiu. Quando questionada sobre o que pensava em seu trabalho, afirmou que “nada”, que preferia trabalhar sozinha e que era preciso manter vigilância constante em relação às pessoas. Cogitou que poderia ter conseguido um emprego com melhor remuneração, mas preferiu patrões menos cultos, de menor renda para manter-se em situação intelectual mais próxima a deles. Acrescentou que as pessoas influentes para as quais trabalhou ao longo da vida, nunca se preocuparam em ajudá-la a qualificar-se para o mercado de trabalho e termina afirmando que sua vida estava liquidada, que não havia mais possibilidades. Zeldin (1994) apresenta a história como metáfora para todos os que se julgam ou são tratados como fracassados e que talvez não foram vistos como seres humanos independentes, mas como bens móveis, tal qual aconteceu com os escravos. Apesar de a escravidão ter sido abolida, esta:

[...] encerra um significado metafórico e mais amplo: é possível ser um escravo das paixões, do trabalho, de certos hábitos [...] O mundo ainda está cheio de pessoas que, embora não sejam escravos reconhecidos, veem a si mesmas presas a grilhões sem liberdade, pessoas que se sentem à mercê de forças sociais e econômicas incontroláveis e anônimas, ou de suas circunstâncias, ou da sua própria estupidez, e cujas ambições pessoais ficam permanentemente embotadas. (ZELDIN, 1994, p. 16-17).

A história pessoal dos migrantes nordestinos não é muito diferente. Existe um conjunto de situações pessoais e profissionais que os fazem se retirar de suas regiões de origem geográfica em busca de trabalho e de infraestrutura básica,

sobretudo, mais fácil acesso à saúde, à habitação e à educação para os filhos. Migram e, na maioria das vezes, conseguem elevar seu nível médio de renda, o que não significa acesso a uma parcela significativa do capital gerado no setor da atividade produtiva em que atuam, mas que lhes garante a sobrevivência:

Aqui é bom porque paga mais. E eu vou ficar aqui mesmo. Depois que aposentar às vezes volto. Agora não volto não. (Isaías)

Demonstram uma atitude fatalista diante do trabalho e não acreditam na possibilidade de ascensão profissional. Verifica-se que as atividades profissionais desenvolvidas pelos trabalhadores entrevistados predominantes são as de baixa qualificação. De fato, não existem muitas opções, além dos cargos de operador de máquinas e equipamentos agrícolas, montagem das máquinas da indústria, motorista, soldador, tratorista, sendo que 51% desses trabalhadores estão ocupados na queima e corte da cana-de-açúcar.

Além disso, existem duas modalidades de inserção no setor sucroalcooleiro: os trabalhadores com vínculo efetivo e os contratados para o período da safra. Os primeiros estão inseridos, predominantemente, nas atividades de operador de máquinas industriais, na montagem e desmontagem (manutenção) das máquinas e equipamentos utilizados no processo industrial e no trabalho nas caldeiras. Já os contratados por safra dividem-se em trabalhadores incumbidos do plantio, queima e corte da cana-de-açúcar, os motoristas e tratoristas, contratados pela usina e por fornecedores⁶¹. Os trabalhadores contratados de forma permanente, além de não serem demitidos no período da entressafra, contam com salário durante os doze meses do ano, recebem 13º salário e o chamado “prêmio”, que se constitui em uma gratificação obtida com base na maior ou menor produtividade da empresa, durante o período produtivo. Também são beneficiados com plano de saúde e transporte.

Os trabalhadores contratados para o período da safra, pela Usina ou por fornecedores particulares, são pagos durante esse período, que dura em torno de 9

⁶¹ Os fornecedores são proprietários ou arrendatários de terras que plantam cana-de-açúcar e tem contratos de fornecimento desta para a usina. Estão organizados em uma associação e há uma grande proporção deles que migrou para Iturama a convite dos proprietários da usina em função de já dominarem as técnicas de plantio e corte da matéria-prima.

(nove) meses, recebem seus direitos trabalhistas proporcionalmente, mas ficam sem trabalho durante o período da entressafra. Não são beneficiados por plano de saúde, são responsáveis pela própria alimentação e não têm direito a benefícios como o “prêmio⁶²”.

Verifica-se grande semelhança entre a história relatada por Zeldin (1994) e os sujeitos de pesquisa deste trabalho, ambos foram excluídos do processo de escolarização, são provenientes de uma realidade social em que se verifica baixo acesso à renda, ambos não enxergam perspectivas de mudança para suas vidas e se conformam com a renda, o emprego e com o processo de exclusão sócio-econômica e cultural a que estão submetidos. De fato, percebe-se que não há consciência em relação a essa condição por parte do trabalhador migrante nordestino.

O gráfico 2, abaixo, mostra a distribuição dos trabalhadores por atividade profissional, no setor sucroalcooleiro, do município de Iturama-MG:

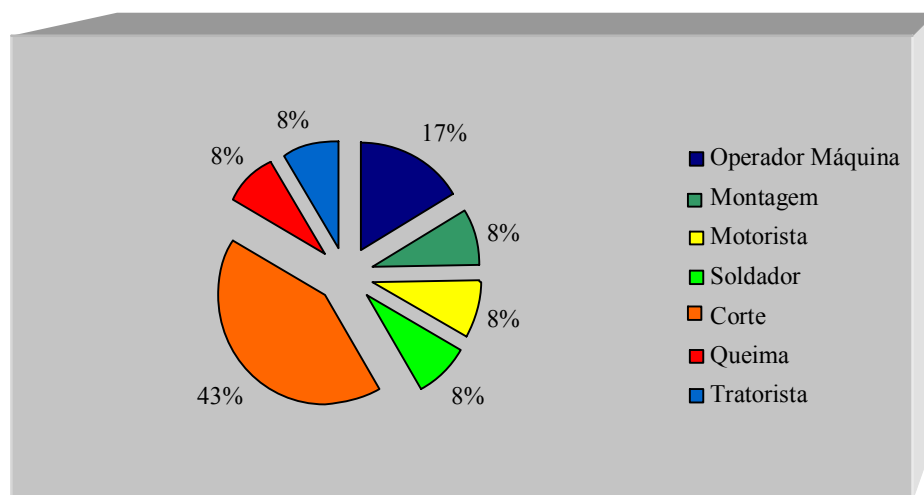


Gráfico 2: Ocupação dos trabalhadores migrantes no setor sucroalcooleiro

É possível observar que 43% dos entrevistados estão ocupados no corte da cana-de-açúcar e 8%, na queima, atividade que precede o corte. Tem-se, então, cerca de 51% de trabalhadores envolvidos, diretamente nessas duas atividades, as

⁶² A empresa estabelece a cada ano uma meta de resultados, que se alcançada gera para os funcionários uma remuneração extra, como que um 14º salário.

de mais baixo rendimento e sujeitas a situações como o processo de mecanização do corte e a restrição da queima. O histórico desses trabalhadores migrantes mostra que sempre estiveram envolvidos em atividades do setor agrícola, apresentam baixa escolaridade e desempenham funções que não apresentam perspectiva de expansão do número de vagas. Mas o referencial de comparação é a situação em que viviam anteriormente, a qual incluía privações de toda natureza, em intensidade maior que a atual. Talvez a possibilidade de escapar da condição anterior e sobreviver na sociedade de consumo em que estão inseridos, impeça-os de refletir sobre sua condição, sobre os limites de sua inserção na sociedade, no mercado de trabalho e sobre as perspectivas profissionais advindas da incorporação do progresso tecnológico no setor sucroalcooleiro.

É possível creditar à necessidade de obtenção de trabalho com remuneração superior à obtida em sua região de origem, a inserção no setor sucroalcooleiro e, sobretudo, a sujeição a um ritmo e carga horária⁶³ que podem tornar o trabalho nocivo ou perigoso. Marx (1985, p. 105) afirma que “O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.” Nesse processo, considera-se apenas a capacidade de o trabalhador executar as tarefas que lhe são atribuídas em detrimento de sua satisfação pessoal com o trabalho ou da garantia de que sua saúde física e psíquica não serão afetadas.

Para Mendes (2005) isso ocorre quando o trabalho induz ou obriga os que o realizam, que o façam em condições que se tornam adversas, nocivas ou perigosas, não necessariamente pela sua qualidade, mas pela quantidade que, se for excessivamente elevada, pode acarretar dano à saúde. A foto 4, na sequência, é representativa do trabalhador que executa atividades de corte manual de cana-de-açúcar e que deve cumprir 8 (oito) horas de trabalho, com direito a intervalo para almoço e descanso. Como os rendimentos são obtidos com base na produtividade alcançada, o ritmo de trabalho é acelerado e o intervalo para almoço é desrespeitado pelos próprios trabalhadores, que preferem almoçar rapidamente,

⁶³Mendes (2005) afirma que a carga global de trabalho é resultante de diversos fatores do meio ambiente de trabalho: riscos químicos, físicos, biológicos, tecnológicos e de segurança, além do tempo de trabalho, o sistema de remuneração e gestão da força de trabalho, os serviços prestados ao trabalhador e sua família e a possibilidade ou impossibilidade de participação no processo decisório diretamente ligado à atividade desenvolvida pelos mesmos no interior da empresa.

num período de não mais que 15 (quinze) minutos, e utilizar o tempo restante para aumentar a quantidade de cana-de-açúcar cortada. Conseqüentemente, não concedem ao organismo o tempo necessário para a realização da digestão dos alimentos ingeridos. Alegam que a utilização dos equipamentos de segurança aumenta a já excessiva temperatura ambiente.



Foto 4: Trabalhador ocupado no corte da cana-de-açúcar

Algumas atividades podem tornar-se nocivas, se realizadas de forma intensa (ritmo, velocidade) e/ou por tempo demasiadamente longo, cruzando a fronteira do prazeroso ou agradável, para entrar no território do francamente prejudicial ou lesivo ao corpo e ou à mente do trabalhador. Sabe-se que essa não é uma escolha pessoal dos trabalhadores, os quais, por não deterem o controle dos meios de produção, sujeitam-se a ritmos e exigências que lhes são impostos pelo processo de produção capitalista:

Não necessariamente nocivos ou perigosos por sua natureza em si, inúmeros processos de trabalho podem tornar-se prejudiciais à saúde, graças à intensidade dos gestos de trabalho ou da utilização dos meios de trabalho, e ou de sua duração nas jornadas diárias, semanais, mensais, anuais, e, às vezes, na vida inteira. (MENDES, 2005, p. 104)

De forma geral, as principais condições psicossociais do trabalho são: o alto desgaste ativo, o alto desgaste passivo e o baixo desgaste⁶⁴, que resultam da interação de altas ou baixas demandas, e de altos níveis de autonomia ou poder de decisão, ou de baixos níveis de autonomia ou poder de decisão. No âmbito dessa pesquisa, cabe caracterizar os ambientes de trabalho de elevado desgaste, aqueles com altas demandas psicológicas e baixo poder de decisão, em que são esperadas manifestações acima da média de desgaste mental, tais como fadiga, ansiedade, depressão, além de manifestações de desgaste físico que, com o tempo, impactam negativamente tanto no desempenho do trabalhador no ambiente de trabalho quanto nas atividades típicas da vida cotidiana como o relacionamento com a família e os amigos; a disposição para participar do processo de escolarização ou ainda, para cursos de capacitação profissional ou, ainda, para atividades de lazer, como festas, esportes, além do sentimento de inadequação à aquele espaço de trabalho e à sua vida pessoal. Em decorrência das dificuldades encontradas, o consumo de bebidas alcoólicas e tabaco é uma forma de buscar alívio para o desgaste físico e psicológico proveniente da carga horária global executada. A observação das características físicas dos trabalhadores migrantes aponta para uma idade cronológica superior à que possuem de fato.

Os chefes de família entrevistados no âmbito desta pesquisa são todos do sexo masculino e verifica-se uma distribuição etária, conforme destacado no quadro 5 apresentado na sequência, cuja maioria (5 entrevistados) tem entre 30 e 35 anos:

Idade	Quantidade
18 a 23 anos	zero
24 a 29 anos	2
30 a 35 anos	5
36 a 41 anos	0
42 a 47 anos	2
48 a 52 anos	0
53 a 58 anos	2
Acima de 59 anos	1

Quadro 5: Idade média do chefe de família

⁶⁴ São ambientes com baixas demandas e alto poder de decisão, caracterizando um ambiente de trabalho mais prazeroso e baixa incidência de patologias do trabalho.

Apenas 1 (um) trabalhador migrante tem acima de 59 anos, o que se justifica pelo fato de a grande maioria dos trabalhadores desempenhar atividades de queima e corte de cana-de-açúcar, que são exaustivas e implicam em carga horária intensa. Considerando-se que migraram a cerca de uma década, conclui-se que a maioria dos trabalhadores migrantes do bairro Antônio Bráulio, preponderantemente indivíduos brancos e pardos⁶⁵, deslocou-se para Iturama com idade média de 25 (vinte e cinco) anos. Trabalham a cerca de uma década nas mesmas atividades, já que a mobilidade nas atividades desempenhadas é pequena. Não são alvo de cursos de profissionalização por parte do poder público ou da organização empresarial, não estão inseridos no sistema educacional, muitos se mantêm na condição de analfabetos e, no final da próxima década, já serão considerados “velhos” para o setor sucroalcooleiro.

Conforme destacado anteriormente, a questão da escolarização apresenta-se como um problema para esses trabalhadores, já que 7 (sete) declararam não terem aprendido a ler ou a escrever. Os próprios trabalhadores colocam a baixa escolaridade e a falta de perspectiva de retornar à escola como uma barreira para ocupar melhores cargos no setor sucroalcooleiro ou conseguirem ocupação em outro setor da atividade produtiva. O quadro 6 mostra que, dos 5 (cinco) que declararam ter aprendido a ler e a escrever, apenas 1 (um) chegou ao ensino médio, mas sem completá-lo. Apenas 1 (um) trabalhador migrante estudou em 2008. Os que não estudam, apresentam como justificativa o cansaço, a falta de tempo e a carga horária extensa.

Escolaridade	Total
Analfabeto	7
1ª a 4ª série	3
E F Completo	1
E F Incompleto	0
E.M. Completo	0
E. M. Incompleto	1
E.S. Completo	0
E. S. Incompleto	0

Quadro 6: Nível de escolaridade do chefe de família

⁶⁵ Os dados obtidos apontam para a existência de 41,5% de pardos, 41,5% de brancos, 17% de negros e nenhum indígena ou oriental.

Biarnés (1998) afirma que a partir do momento em que a Reforma idealizada por Lutero e Calvino estabeleceu que não era necessário um mediador entre o texto de um livro sagrado e seu destinatário, a letra passou a associar-se a todos os atos da vida dos indivíduos, em momentos distintos. Segundo o autor, cada homem deve estabelecer uma relação com a letra e, nesse processo, ocorre parte da construção do próprio ser. A palavra preenche o vazio entre “mim” e o “outro”, criando possibilidades de encontro entre os sujeitos e, de fato, a letra possibilita a um indivíduo encontrar o outro e encontrar a alteridade. É através do contato com o conhecimento já produzido e por meio da permuta de experiências vivenciadas pelos indivíduos e grupos que são criadas as condições propícias para a aprendizagem e para a produção de novo conhecimento:

A letra, objeto do outro se a leio, objeto para o outro se a escrevo, é um espelho mágico que me permite reconhecer-me, descobrindo-me outro. O problema do acesso à leitura, como o da iniciação à escrita, está aí. Para que, pela letra, eu possa conhecer-me outro, é necessário que eu possa antes reconhecer-me nela. Se sou obrigado a reconhecer nela o outro que eu deveria ser, antes de me reconhecer a mim próprio, encontro-me mergulhado num *non-sens*, num delírio. (BIARNÉS, 1998, p.3)

Ao se declararem analfabetos ou com baixa escolaridade, os trabalhadores migrantes também levantam a questão da barreira que essa condição interpõe entre eles e melhores ocupações no mercado de trabalho. Cabe lembrar, que o trabalho tem um significado fundamental para eles, na medida em que representa a dimensão concreta de seu existir na sociedade, a renda para subsistência da família, a casa própria e o acesso aos bens de consumo (aparelhos de som, geladeira, televisão, celular e motos) tal qual os demais moradores da cidade, garantindo que, por meio da expansão da capacidade de comprar, adquiram um mínimo de dignidade e respeito. A baixa escolaridade, uma formação profissional precária, o fato de ocuparem postos de trabalho usualmente rejeitados pelos moradores locais, o estigma de serem migrantes, que falam e se alimentam de forma distinta, estabelecem fortes fatores de exclusão, o que torna o trabalho e a renda obtida um importante elemento de inclusão.

Pode-se visualizar, no gráfico 3, a barra vermelha, que representa os analfabetos presentes no universo pesquisado

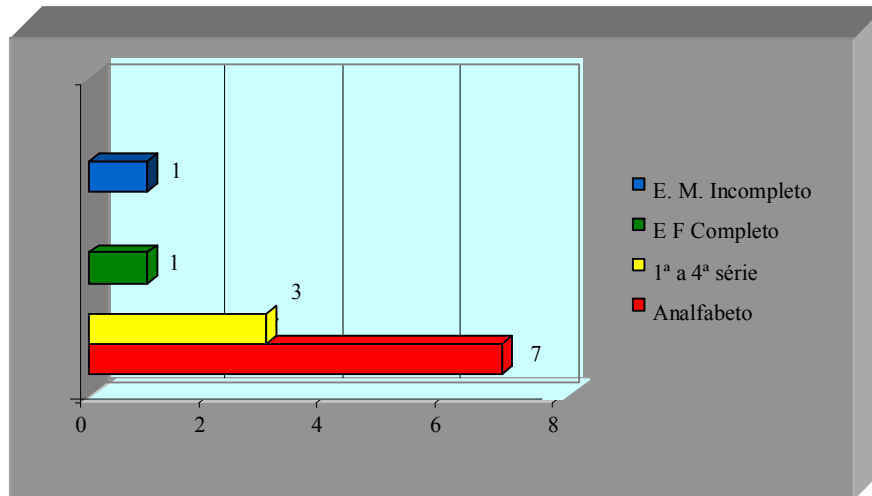


Gráfico 3: Nível de escolaridade do chefe de família

Como reflexo dos dados expressos no gráfico acima, verifica-se que o hábito da leitura, da escrita e da utilização da internet não faz parte dos momentos de lazer, não existem livros nos móveis da sala, os quais cedem lugar aos aparelhos de televisão. Sem acesso à leitura ou à escrita, não são capazes de se reconhecer em suas assinaturas, copiadas com dificuldade e zelo, mas são enfáticos em afirmar que não sabem ler ou escrever, mas aprenderam a copiar o nome:

Nunca aprendi a lê e escrever, mas sei copia meu nome. (Elias)

Percebe-se que não se reconhecem no processo de escolarização ou não reconhecem neste a possibilidade de modificar seu contexto social, sua inserção na sociedade e nas instâncias de decisão da sociedade civil. Apenas entendem o analfabetismo como uma barreira imposta entre sua ocupação atual e a possibilidade de melhorar de cargo e, conseqüentemente, incrementar seus rendimentos.

A observação e o contato com a realidade cotidiana dessas famílias de trabalhadores migrantes mostra que estão confinadas socialmente ao espaço do bairro Antônio Bráulio. Está presente entre eles, em maior ou menor medida, um sentimento de que não são bem aceitos na sociedade local, o que restringe as opções de lazer da família aos programas de televisão e à convivência com amigos e vizinhos nas residências e calçadas das ruas. A manutenção de hábitos alimentares é uma das formas de preservar a cultura original, o que contribui para a comercialização dos produtos oferecidos na “Mercearia do Norte”⁶⁶, um pequeno estabelecimento comercial, que vende produtos provenientes de estados do Nordeste e que não são encontrados em mercearias e supermercados convencionais da cidade de Iturama. A foto 5 apresenta o estabelecimento:



Foto 5: Mercearia do Norte

Os produtos são provenientes dos estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Paraíba e Alagoas e destacam-se várias marcas de aguardante, além de azeite de dendê, farinha, rapadura, doces regionais, camarão, “manjubinha”⁶⁷, charque

⁶⁶ É interessante observar que a mercearia comercializa produtos do Nordeste, mas é chamada mercearia do Norte, reproduzindo o que é comum na fala da maioria dos migrantes, para os quais existe o Norte e o Sul apenas. O que não é o norte do país (Norte e Nordeste), é Sul.

⁶⁷ Peixe seco.

“prensado”, fígado “prensado”, bolachas diferenciadas, marmelada, além de chapéu e outros artefatos típicos. As figuras apresentadas na sequência destacam alguns dos produtos mencionados:



Foto 6: Bebidas alcoólicas comercializadas na mercearia

A foto 6, mostra grande variedade de bebidas alcoólicas, provenientes de vários estados e chama a atenção, na foto 7 abaixo, a grande proporção de bebidas alcoólicas em relação à quantidade dos demais produtos típicos oferecidos na mercearia. O estabelecimento comercial possui 3 (três) prateleiras para armazenar todos os produtos comercializados, sendo que uma delas é quase que totalmente preenchida pelas bebidas alcoólicas de diferentes espécies, apesar de os trabalhadores afirmarem, em suas entrevistas, que não consomem bebidas alcoólicas ou que as consomem apenas em dias de folga e em pequena quantidade. A foto 7 mostra também potes de barro e esteiras de fibra, também oferecidos no estabelecimento comercial.



Foto 7: Panorama geral das mercadorias comercializadas

Os cidadãos que nascem, crescem, trabalham na mesma cidade ou em realidades sociais semelhantes, com os mesmos hábitos, costumes, especificidades de linguagem e longa vivência cotidiana com seus pares, atravessam as décadas de forma mais tranquila. Estão de alguma forma, adaptados. Aqueles que migram ou deslocam-se sazonalmente para trabalhar, acabam obrigados a lidar com a adversidade. Nem sempre conseguem integrar-se ao contexto social em que vivem e, comumente, não se reconhecem nas novas vivências sociais. Perdem suas raízes e recorrem à memória, ao paladar, aos sons e às cores, de sua sociedade de origem, tentando reproduzi-las, ainda que de forma fragmentada. Ao observar a realidade dos trabalhadores migrantes nordestinos que fixaram residência em Iturama, torna-se perceptível que se esforçam em garantir o contato entre as famílias em momentos de descanso ou lazer, os amigos e familiares frequentam as respectivas residências, mantêm o hábito de ouvir música em alto volume e consomem produtos típicos de seus estados de origem.

Os trabalhadores migrantes do bairro Antônio Bráulio manifestam, nas entrevistas, que sentiram grande diferença na alimentação (cerca de 10 entrevistados) e que a mudança lhes causou incômodo. Lembram diferenças como o modo de preparar o alimento; o constante uso da pimenta no preparo de vários pratos em Iturama, prática incomum em suas regiões de origem, visto que esse tempero é utilizado em apenas pratos específicos no Nordeste. Ressaltam também sentir falta do uso cotidiano do coco e do consumo de peixes e frutos do mar. A

grande maioria das famílias já incorporou os hábitos alimentares da cidade de Iturama, modificando o modo de preparo dos alimentos e introduzindo pratos como a “galinhada⁶⁸”. Apenas 3 (três) dos entrevistados afirmaram que continuam cozinhando como antes de migrar. O processo de assimilação da cultura foi tão efetivo que, duas famílias acrescentaram que, quando vão a passeio ao Nordeste estranham a comida típica nordestina:

Quando visito a família estranho a comida lá do Norte. Eu já acostumei com a maneira de cozinhar daqui. (Jonas)

Buscam na “Mercearia do Norte” o consumo de alguns produtos típicos como explicitado nas fotos 8 e 9, que mostram dois dos produtos mais comercializados, o charque “prensado” e o fígado “prensado”:



Foto 8: Charque prensado

O charque “prensado” é produto típico da região Nordeste e apresenta facilidade de transporte e armazenamento. É encontrado em outros supermercados da cidade, industrializado por grandes empresas de alimentos. Segundo o atendente

⁶⁸ A galinhada, prato típico da cidade de Iturama-MG, é preparado com arroz, galinha e temperos diversos.

da “Mercearia do Norte”, o produto é muito consumido, sobretudo no período da safra, quando vários trabalhadores sazonais deslocam-se para Iturama. Dentre os migrantes estabelecidos no bairro, há os que continuam se alimentando como em suas regiões de origem geográfica:

Aqui em casa cozinhamos como lá em Alagoas, não acostumamos com a comida daqui. (Jacó)

Percebe-se que a preservação de hábitos alimentares é uma das formas mais fáceis de preservar aspectos da cultura original, já que depende apenas das necessidades e desejos dos integrantes da própria família.



Foto 9: Fígado prensado

O fígado “prensado” (foto 9) não é um produto conhecido, ofertado e consumido nos demais estabelecimentos comerciais da cidade de Iturama, mas muito procurado na “Mercearia do Norte”, sendo ofertado para atender a demanda dos nordestinos estabelecidos na cidade de Iturama. Segundo o atendente do estabelecimento, o produto é “escaldado” e frito para ser consumido, guardando uma especificidade de sabor muito apreciada pelos frequentadores do local.

A foto 10 apresenta as diferentes marcas de rapadura provenientes do Nordeste, produto que também faz parte da alimentação do trabalhador migrante.



Foto 10: Diversas marcas de rapadura

As rapaduras, em destaque na foto 10, apresentam-se sob as modalidades tradicional (pura) ou temperada com ingredientes diversos como erva-doce, coco e abacaxi. Há de se acrescentar ao conjunto de produtos ofertados no estabelecimento comercial, as bolachas e biscoitos provenientes dos estados do Nordeste, encontradas apenas na referida mercearia, representadas na foto 11, a seguir:



Foto 11: Diferentes marcas de “bolachas”

Na foto 12, estão expostos, na parte dianteira da mercearia, vários produtos como: chapéu, recipiente artesanal para água, “berrantes⁶⁹”, sinos, utilizados no Nordeste nas atividades com o rebanho bovino. É importante destacar que, em nenhuma atividade desenvolvida na cidade, os trabalhadores migrantes fazem uso desses instrumentos de trabalho, servem apenas como objetos que os levam a rememorar a região de origem geográfica.



Foto 12: Artigos diversos

⁶⁹ Instrumentos sonoros, utilizados em propriedades rurais para atrair bovinos.

Um local como esse, capaz de criar alguma forma de identificação com as origens geográficas dos trabalhadores e suas famílias, apresenta um significado maior do que apenas em um lócus de comercialização de produtos. A “Mercearia do Norte” encerra, para o trabalhador migrante nordestino, a memória de sua cultura, de seu cotidiano, de seu espaço de vida e reprodução social individual e coletiva. Migram e a nova realidade sócio-cultural impõe o abandono de usos, costumes, tradições, crenças, hábitos alimentares e práticas cotidianas, mas lhes garante o “consumo”, já que antes de serem atraídos pelas possibilidades de trabalho em Iturama, são expulsos pela precariedade das condições sócio-econômicas e culturais das quais são originários.

À frente de qualquer outra condição, coloca-se o fato de terem uma origem geográfica e não apresentarem propensão natural a abandonar seus laços originais. São trabalhadores que migram atraídos pelo que a sociedade convencionou chamar “progresso” e pela promessa de emprego e renda dele advindas.

Em Iturama, a ideia de progresso passa pelos interesses da “burguesia local”, formada, até os anos 1990 por grandes criadores de bovinos, destinados ao corte e que hoje voltam-se para a produção, direta ou indireta,⁷⁰ de cana-de-açúcar, numa sociedade que almeja o progresso rápido, o enriquecimento e que, para isso, precisou de uma população operosa propensa ao trabalho árduo, na qual incluem-se os migrantes, ligados a atividades de baixa remuneração, e profissionais liberais, que também deslocam-se de centros regionais e nacionais para a montagem e avanço do setor sucroalcooleiro no município. De fato, quando da instalação da atividade sucroalcooleira no ano de 1984, as tarefas ligadas ao plantio, queima, corte da cana-de-açúcar foram rejeitadas pelo trabalhador local, o que condicionou a expansão do setor sucroalcooleiro à atração de migrantes nordestinos, que ampliaram o número de trabalhadores à disposição do capital.

Verdadeiro corredor que conduzia ao Planalto Central, a Região do Triângulo Mineiro começou a ser explorada, segundo Brandão (1989) nas primeiras décadas do século XVII, sendo transposta por bandeirantes e sertanistas paulistas, que buscavam, com certa frequência, os rios Grande e Paranaíba e que se dedicavam à procura de índios e de metais preciosos. A predominância da vegetação rarefeita do

⁷⁰ Produzem em suas terras a cana-de-açúcar que é vendida como matéria-prima para o setor sucroalcooleiro, individual, em associações de fornecedores ou por meio do arrendamento de suas terras.

cerrado, provavelmente facilitou a penetração e colocou à disposição das famílias dispostas a adentrar o “sertão da farinha podre”, grande abundância de terras, trabalho para médicos, farmacêuticos, professores e a criação de grande número de trabalhos rústicos, destinadas aos menos abastados ou mais incultos.

Tudo isso gerou a ideia, difundida entre a população e que prevalece até hoje, de que sempre há trabalho para os que se dispõem a trabalhar e que só pessoas predispostas à vadiagem não conseguem se empregar. Além da lógica de que algumas ocupações não são dignas da população local. De fato, os cortadores de cana-de-açúcar oriundos do Nordeste brasileiro são necessários ao processo produtivo. Criou-se um bairro para acolher o grande número de famílias desabrigadas e acusadas de vadiagem⁷¹, mas não fazem parte da sociedade local. Ainda que, de forma velada, são segregadas a alguns bairros e apresentam seus problemas coletivos e individuais no período de eleições, mas sem acreditar que serão ouvidos.

Tal qual se observou no contexto nacional, o processo de configuração da sociedade local volta-se para a produção material e dissemina-se o discurso da diferença. O migrante não é um nativo, seu trabalho é necessário e já foi urgente nos anos 1990, mas é um favor que a sociedade local lhe presta, ao deixar que supra essa necessidade. A manutenção da realidade posta, a lógica da obediência e da harmonia, são fatores fundamentais para que o desenvolvimento ocorra e a desigual distribuição de renda mantenha-se na realidade local.

Da mesma forma que o mercado de trabalho brasileiro se organizou, num primeiro momento, através da exploração da força de trabalho, baseada na escravidão negra e do quase extermínio da população nativa, que emperrava o avanço da civilização, além do domínio social e político exercido sobre os homens livres, que gravitavam em torno da unidade produtiva, também em Iturama, prevaleceu a ótica do capital, na formação do mercado de trabalho. O trabalhador, sobretudo o migrante, foi destituído do acesso aos instrumentos de trabalho e submetido à esfera da dominação capitalista, para servir aos interesses do capital.

⁷¹ Kowarick (1987) afirma que o fato de trabalhadores livres pobres não conseguirem empregar-se em atividades formais e viverem de “bicos” ou perambulando entre regiões nem sempre é uma opção do trabalhador. Ao longo da formação econômica brasileira, os proprietários de terra, e, posteriormente os empresários de distintos setores produtivos sempre priorizaram uma mão-de-obra de mais baixo custo. Por exemplo, o escravo em detrimento do trabalhador livre pobre. Em Iturama, o fato de existirem muitos trabalhadores migrantes desocupados durante a entressafra garante o baixo custo de sua remuneração no período da safra.

Pode-se afirmar que a constituição da força de trabalho livre e assalariada, em Iturama, trouxe consigo a manutenção de um exército industrial de reserva, que inclui grande número de migrantes, baixos níveis salariais e expropriação do trabalhador condicionado a uma rígida disciplina de trabalho.

O ato de consumir produtos provenientes de suas regiões de origem geográfica, que remetem às suas raízes e a sua cultura, é sintomático de indivíduos que guardam a memória de seu passado. Segundo Golgher (2004), a mudança de região de origem geográfica pode representar consequências importantes para o cotidiano e para os aspectos psicológicos de um indivíduo. Ao migrar, o trabalhador busca a possibilidade de vivenciar uma nova realidade em que estejam presentes condições sociais, econômicas e, até mesmo, políticas, que favoreçam a ele e sua família. O migrante demanda trabalho, participação no processo de escolarização e formação profissional, lazer, ou seja, demanda uma vivência que inclua emprego, renda, moradia e possibilidades de participação na sociedade. De fato, um conjunto de novas relações de troca, dificilmente concretizadas em suas regiões de origem geográfica, são criadas e necessidades básicas de sobrevivência, satisfeitas.

A migração guarda resultados positivos:

Em muitos casos, os migrantes conseguem obter rendas superiores do que teriam em seu local de origem e novas oportunidades educacionais e profissionais são vivenciadas. São muitas as possibilidades de se obter uma vida melhor em um novo local de moradia. (GOLGHER, 2004, p. 39).

Mas o processo de adaptação normalmente é difícil e determina um grande custo pessoal, uma vez que as relações pessoais anteriores são rompidas e a configuração de novos vínculos sociais mostra-se uma questão complexa, em função do preconceito. Além disso, o trabalhador recém-chegado, quando migra sem prévio contrato de trabalho, pode ficar um período desempregado e, mesmo os previamente contratados, precisam sobreviver até que o primeiro salário seja pago e acabam em condições adversas.

Campregher (2001), ao tratar do que denominou “emancipação que surge com o trabalho”, afirma que a concepção idealista da emancipação se funda numa compreensão reduzida da racionalidade econômica e do trabalho, o que se exemplifica na ênfase no indivíduo (e não no coletivo) e no consumo, ao invés da

produção. O interesse fundamental, no contexto econômico em que estão inseridos esses trabalhadores, é garantir o desenvolvimento de um setor produtivo e a inserção de seus produtos no circuito econômico nacional e internacional e “[...] o trabalho é reduzido à ‘atividade heterônoma⁷², produtora, mas não formadora.” (CAMPREGHER, 2001, p. 137). Formadora de caráter e emancipatória, é somente a atividade autônoma que se realiza na sociedade da cultura e não na sociedade do trabalho, já que somente nesta existe espaço para o livre desenvolvimento da individualidade.

No âmbito dessa discussão, é importante destacar que o abandono dos laços afetivos, dos vínculos de amizade, dos usos e costumes de sua região de origem têm o claro propósito de garantir a esse migrante e sua família a inserção na sociedade de consumo. Há um preço a ser pago: a garantia dessa possibilidade de “pertencer” vem com o trabalho, que é executado à custa de uma carga horária global exaustiva, ficando o trabalhador propenso a patologias. Ainda há o fato de não ser imprescindível para o processo de produção, visto que, facilmente substituído por máquinas ou por novos trabalhadores, que podem migrar aos montes caso demandados pela empresa.

Nos momentos de convívio familiar e afetivo com os amigos, o grupo não encontra grandes possibilidades de lazer longe de sua própria vizinhança. Além disso, há o constrangimento de não serem aceitos como membros da sociedade local, o que os condiciona a um “confinamento oculto” ao bairro Antônio Bráulio. Não se adaptam às festas típicas da cidade de Iturama e não frequentam os clubes ou eventos culturais. O trabalho garante a possibilidade de sobrevivência e de acesso a bens de consumo, mas não lhes propicia uma emancipação de fato.

Inseriram-se, em sua totalidade, antes da vida adulta, nas atividades do setor agrícola nordestino e hoje integram o complexo canavieiro em Iturama-MG, reproduzindo a lógica estabelecida na região do Triângulo Mineiro, ocupada com fins mercantis, na qual a exploração do escravo negro, do índio e de trabalhadores livres pobres sustentou o avanço econômico e a emergência de uma das mais importantes regiões econômicas e políticas do país.

⁷² O termo aqui é emprego pela autora para referir-se à heteronomia, à condição de indivíduos ou grupos de indivíduos que recebem de outrem as regras ou leis que devem seguir ou se submeter.

3.2 A dimensão do trabalho no cotidiano do migrante proveniente do Nordeste brasileiro: reflexões a cerca da inserção no mercado de trabalho

Conforme descrito no percurso metodológico, o objetivo deste trabalho é compreender como ocorre, nos anos 1990, a inserção do trabalhador migrante nordestino e de sua família, no setor sucroalcooleiro do município de Iturama e na sociedade local. Para isso, é importante entender os fatores de expulsão desses trabalhadores de suas regiões de origem geográfica.

O ingresso no mercado de trabalho no Nordeste ocorreu, para 50% dos chefes de família entrevistados, numa idade que variou entre 7 (sete) e 10 (dez) anos. Levados pelos pais para atuar, preponderantemente, em atividades rurais⁷³, numa idade em que deveriam frequentar o ensino fundamental, tinham a necessidade de auxiliar na manutenção da casa. Os entrevistados não consideram essa situação incomum e justificam a atitude dos pais, por reconhecerem a precária condição familiar. Cerca de 33% dos entrevistados informaram que começaram a trabalhar com idade entre 11(onze) e 14 (quatorze) anos e os 17% restantes, com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos, conforme expresso no gráfico 4, abaixo:

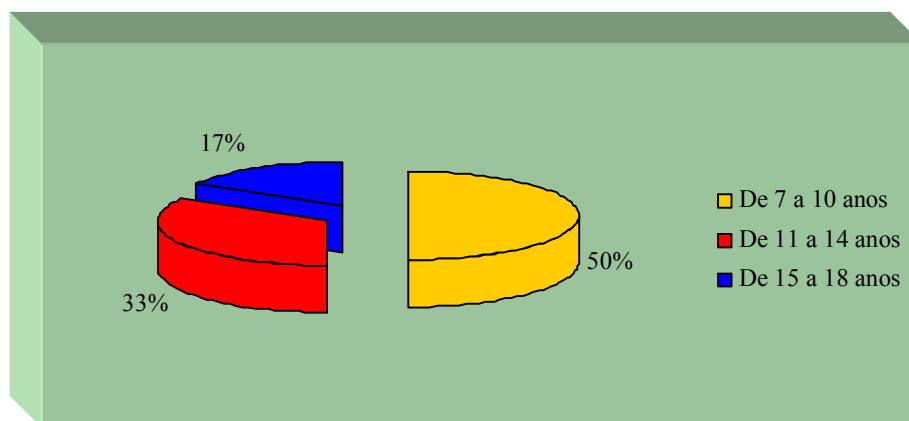


Gráfico 4: Idade de ingresso do trabalhador no mercado de trabalho

Todos os trabalhadores entrevistados ingressaram no mercado de trabalho com idade entre 7 (sete) e 18 (dezoito) anos, predominantemente em atividades do setor agrícola, nas quais permanecem inseridos, até o presente momento. A

⁷³ Do total de 12(doze) entrevistados, 11(onze) informaram terem iniciado sua atividade profissional em atividades agrícolas.

motivação fundamental para a migração não é apenas o desemprego, que atingia cerca de 17% deles, mas, sobretudo a baixa remuneração. Um dos vínculos empregatícios relatados pelos trabalhadores é a prestação de serviços para prefeituras de suas cidades de origem, por intermédio de empresa terceirizada, recebendo menos de um salário mínimo por mês pelo serviço prestado:

Eu trabalhava na prefeitura, mas era uma empresa lá que pagava o salário, que era metade do salário mínimo. (Francisco)

A comparação da atual renda mensal da unidade familiar⁷⁴ com a renda obtida antes da migração, explicita que esta também é um fator de expulsão. O resultado atual comparado com a renda obtida nas cidades de origem mostra grande disparidade⁷⁵. Cabe ressaltar que, à exceção de três das famílias entrevistadas, a renda total é constituída apenas pela renda do chefe de família. Nessas três famílias, duas contam com a renda de um aposentado e, na outra, a esposa trabalha em um supermercado.

<i>Renda em salários mínimos</i>	<i>Renda anterior</i>	<i>Renda atual</i>
Menos de ½ salário mínimo	5	0
Mais de ½ até 1 salário mínimo	5	0
Mais de 1 até 2 salários mínimos	2	3
Mais de 2 até 3 salários mínimos	0	3
Mais de 3 até 5 salários mínimos	0	5
Mais de 5 até 7 salários mínimos	0	1

Quadro 7: Renda mensal da unidade familiar – em salários mínimos

⁷⁴ De todos que trabalham na família ou recebem aposentadoria.

⁷⁵ Os entrevistados foram questionados sobre a renda que a família obtinha na cidade de origem e posteriormente sobre a renda obtida atualmente. Das respostas constam informações em unidade monetária nacional (Real) e quantidade de salários mínimos, sendo que todas as respostas fornecidas foram convertidas em salários mínimos, tendo como referência o mês de janeiro de 2009 (R\$415,00).

O quadro 7, mostra que 5 (cinco) dos 12 (doze) entrevistados afirmaram ser a renda da família, na cidade de origem, menor de $\frac{1}{2}$ salário; outros 5 (cinco) entrevistados recebiam entre $\frac{1}{2}$ e 1 (um) salário mínimo. Dessa forma, pode-se concluir que 10 (dez) dos 12 (doze) entrevistados supriam as necessidades familiares com, no máximo, 1 (um) salário mínimo. Apenas 2 (dois) entrevistados obtinham renda mensal entre 1(um) e 2 (dois) salários mínimos. A mudança qualitativa na realidade dessas famílias é significativa, se comparada à sua condição atual a capacidade de consumo proporcionada pela renda anterior. A partir da migração, a família tem acesso à alimentação, a bens de consumo duráveis e leves, tornam-se donos ou com capacidade para pagar aluguel de uma moradia em local com infraestrutura (energia elétrica, sistema de esgoto, escola e unidade de saúde), contidas atualmente, no bairro Antônio Bráulio. O que não significa, na prática, que agora têm acesso a uma parcela substantiva da renda que geram ou que deixaram de trabalhar em atividades precárias, com uma carga horária intensa e exaustiva. Cabe ressaltar que a elevação da renda familiar não significa necessariamente que essas famílias de trabalhadores foram incluídas na sociedade local.

Quando questionados sobre a possibilidade de permanecerem em suas regiões de origem, caso tivessem trabalho nas mesmas condições encontradas em Iturama, a maioria (sete entrevistados) afirmou que não teria migrado e os demais mencionaram que, de qualquer forma, migrariam. Devido à série de dificuldades elencadas anteriormente, 11 (onze) entrevistados, asseguram que não têm intenção de voltar, induzindo-os a permanecer em Iturama. Os trabalhadores migrantes asseveram que preferiam ficar em suas regiões de origem e que poderiam tê-lo feito, caso tivessem condições de emprego e renda parecidas com as atuais, mas como não as têm, transferem-se para outras regiões. Em seu processo migratório, esses trabalhadores, fundamentalmente, são motivados pela necessidade de trabalho melhor remunerado, já que todos os entrevistados declararam que a migração advém da necessidade de emprego e renda e afirmam que o trabalho em Iturama é melhor remunerado:

Em Iturama eu ganho mais do que na minha cidade. Compro as coisas que a família precisa. E tem a escola para os meninos.
(David)

Um dos entrevistados acrescentou uma informação interessante, ao responder que, apesar de desempenhar a mesma função para empresas de mesmo dono, recebe remuneração maior em Iturama do que recebia em sua região de origem geográfica:

Eu faço a mesma coisa aqui que fazia no Norte, mas aqui eu ganho mais. (Marcos)

A opção pelo setor sucroalcooleiro, seja em Iturama, seja em suas regiões de origem geográfica é justificada, além do desemprego e da renda anterior insuficiente⁷⁶, pela necessidade de inserção no mercado de trabalho para os mais jovens. Em seus relatos, os trabalhadores migrantes afirmam que atividades executadas em suas regiões de origem são limitadas pela baixa escolaridade e propiciam renda insuficiente para o sustento da família, o que se agrava em função do alto custo dos bens de consumo leves e duráveis. De fato, ao migrarem, continuam limitados pela baixa escolaridade, mas conseguem uma melhor remuneração, o que os induz à conclusão de que é melhor ficarem na cidade de Iturama.

Constituem-se em indivíduos marcados por toda sorte de carências anteriores e atuais. Cabe ressaltar o importante relato de um trabalhador migrante que, ao ser questionado sobre o desejo de retornar à sua região de origem, afirmou que abandonou tudo o que possuía em sua cidade, inclusive os familiares (pai, mãe e parentes) e que não tinha intenção de retornar, nem mesmo para uma visita. Acrescentou ainda que, ao telefone, diz aos pais que quer voltar para visitá-los, mas, na verdade, não quer voltar sob qualquer pretexto:

Eu não quero voltar nunca mais. Até falo pros meus pais que quero ir visitá-los. Mas não quero não. Não quero voltar nunca mais. (Lucas)

É interessante observar que apenas um dos entrevistados citou o desejo de conhecer outro local, como justificativa para a migração:

⁷⁶ Justificativa apresentada por 7 (sete) dos entrevistados

Eu vim pra cá porque tinha vontade de ganhar mundo. De conhecer outro lugar e ver como são as coisas por aqui. (Marcos)

Dentre os entrevistados, estão dois indivíduos que migraram com seus pais nos anos 1990 e que hoje, adultos, constituíram novas famílias e moram em suas próprias residências no bairro Antônio Bráulio. Não saíram do bairro, reproduzem a lógica dos pais e ocupam no mercado de trabalho as funções de cortador de cana-de-açúcar e trabalhador da indústria. Mencionam ainda, amigos de mesma idade que trabalham como pedreiros, garis e entregadores.

Relato de extrema relevância e que sustenta as informações apresentadas anteriormente diz respeito à compreensão que os entrevistados têm da importância do trabalho em sua vida e de sua família:

Ah, o trabalho pra mim é tudo. É a maneira de garantir o sustento da família e comprar o que preciso pra viver. (Jonas)

O trabalho representa renda pra comprar as coisas que eu, minha mulher e filhos precisam. (Expedito)

Ao serem questionados sobre o tema, 4 (quatro) entrevistados utilizaram, de forma enfática, a palavra “tudo” para definir sua importância. De forma efetiva o trabalho constitui uma das dimensões do cotidiano de qualquer indivíduo e, perdê-lo, pode acarretar: frustração, ansiedade, desânimo e, até mesmo, processos depressivos, o que torna os índices de desemprego, no Brasil e no mundo⁷⁷, um problema de extrema relevância. O trabalho representa “tudo” no cotidiano de trabalhadores, analfabetos, sem propensão a retomar o processo de escolarização, que não possuem o hábito de leitura de livros revistas ou jornais e que foram afastados pela migração de sua cultura. A expressão “tudo” utilizada em suas respostas, a ênfase verificada em suas “falas”, a expressão facial, denotam que esses trabalhadores migrantes, na verdade, foram capazes de abandonar “tudo” o

⁷⁷ Esse fenômeno da falta de empregos não pode ser visto como síndrome de subdesenvolvimento (não é um “privilegio”, apenas, das economias ditas periféricas), já que se pode constatá-lo nas mais tradicionais e desenvolvidas economias mundiais.

mais em função da possibilidade de obtenção de trabalho melhor remunerado. O gráfico 5 apresenta as respostas dos trabalhadores em relação ao questionamento:

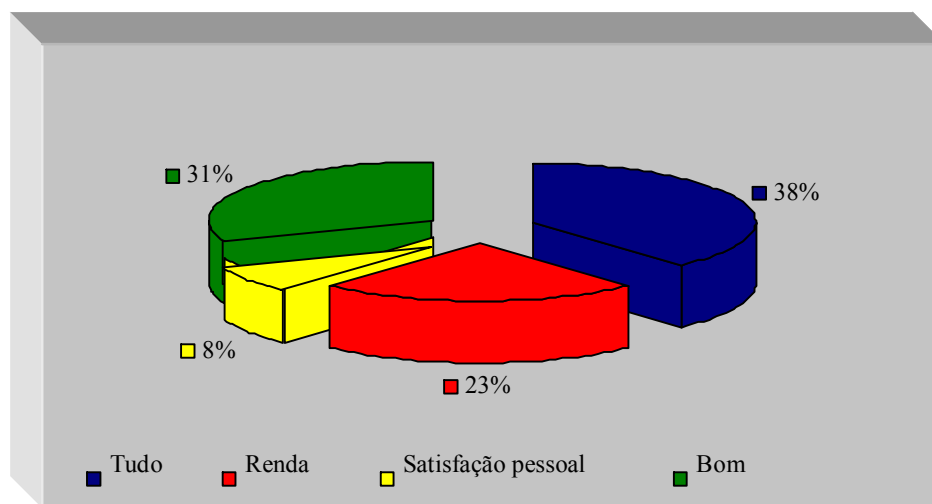


Gráfico 5: A importância do trabalho no cotidiano do trabalhador migrante

Além dos que responderem que o trabalho simboliza “tudo”, o que foi expresso por 38% dos entrevistados, os demais trabalhadores migrantes responderam que o trabalho representa renda para garantir o sustento da família, resposta fornecida por 23% dos entrevistados:

Trabalhando consegui o dinheiro pra comprar minha casa, sustentar minha família e cuidar da minha família. O trabalho é tudo pra mim e minha família. (Isaias)

Cerca de 31% responderam que o trabalho é “bom”, enquanto apenas 8% alegaram que o trabalho representa uma forma de satisfação pessoal:

O trabalho é bom. O homem quando não tá trabalhando pensa muita bobagem, bebe e faz coisas que não prestam. Quando a gente trabalha ocupa a cabeça com coisa que presta. (Francisco)

Aspecto interessante a ser mencionado é o fato de que, em apenas uma das famílias entrevistadas a esposa trabalha fora de seu próprio ambiente doméstico. As esposas são responsáveis pela criação dos filhos e pelo desempenho de tarefas domésticas em suas próprias residências e não manifestam pretensão a desempenhar atividades remuneradas, o que, de certa forma, contraria a imagem tradicional de uma mulher nordestina, capaz de inserir-se em qualquer atividade profissional, dadas ao trabalho rude e capazes de substituir seus esposos em exaustivas atividades rurais no sertão nordestino.

No transcurso da entrevista apareceram, relatos como o de um trabalhador que afirma ter conseguido tudo para si e para sua família, mediante o trabalho proporcionado pela migração:

Tudo o que tenho na vida consegui trabalhando. (João)

Os entrevistados demonstram a necessidade de se posicionar e se legitimar na sociedade por meio do trabalho e, para isso, qualquer sacrifício é válido. Acrescentam ainda que sentem o desejo de ingressar em outra atividade profissional, mas reconhecem que a baixa escolaridade é uma barreira.

Eu até quero trabalhar em outra coisa. Mas não tenho estudo e aí fica difícil. (Paulo)

Dentre as ocupações almejadas, encontram-se as de pedreiro, trabalhador de caldeira, fiscal de turno, operador de máquina, funcionário público (gari, guarda noturno) e a de tratorista/motorista, a mais desejada. As entrevistas evidenciaram a ausência de expectativa quanto à ascensão profissional. Some-se às informações anteriores o fato de que 8 (oito) chefes de família entrevistados sempre trabalharam neste setor da atividade econômica, 4 (quatro) trabalham a mais de 4 (quatro) anos e não possuem qualificação para uma nova inserção no mercado de trabalho.

Tal condição torna compreensível a posição desses trabalhadores e a ausência de perspectiva em relação ao futuro profissional. Em suas regiões de

origem geográfica, nenhum trabalhador migrante entrevistado era proprietário de terras, mas 3 (três) relataram que trabalhavam a terra como atividade complementar, aos fins de semana, sob o regime de parceria, destinando sua parte da produção à subsistência da família. A produção voltada para o consumo e para o pagamento (em produtos) pela utilização da terra⁷⁸ incluía o cultivo de arroz, feijão, milho e batata.

O processo de mecanização do corte da cana-de-açúcar é uma realidade com a qual convivem as usinas de açúcar e álcool, uma vez que a utilização de uma máquina promove a substituição de até 80 (oitenta) homens adultos e é acompanhada do abandono da prática da “queima”. Quando questionados se conhecem as leis que regulamentam a queima da cana-de-açúcar, 8 (oito) trabalhadores informaram que sim e 5 (cinco) disseram que são favoráveis à proibição da queima. No que se refere à colheita mecanizada, ao serem questionados sobre o tema, 7 (sete) entrevistados mostraram-se contrários a essa prática, devido à diminuição de empregos:

Eu sou contra, porque vai diminuir o emprego, né? (Pedro)

A dificuldade que apresentam em tratar do assunto mostra que o desconhecimento sobre as especificidades da temática é muito maior que a declarada pelos entrevistados. A análise levada adiante, neste trabalho, não desconsidera as questões ambientais envolvidas na proibição da queima da cana-de-açúcar, tampouco a retração de custos, no interior das agroindústrias do setor sucroalcooleiro, proveniente do processo de mecanização. Apenas procura refletir sobre o grau de consciência que esse trabalhador migrante dispõe sobre as consequências dessas duas medidas no cotidiano de suas relações de trabalho. Neste sentido, os relatos mostram que a maioria dos trabalhadores migrantes não leva adiante reflexão detalhada sobre o tema, o que pode ser ocasionado pela baixa escolarização, pela carga horária exaustiva e pelas condições de trabalho, que restringem a capacidade desses trabalhadores de refletirem sobre sua condição,

⁷⁸ Os três entrevistados que declararam produzir no campo para a subsistência afirmam que nunca foram beneficiados por nenhum programa de assistência técnica, tampouco receberam a visita de técnicos ou agrônomos.

transformando-os em reféns da adversidade, condição fundamental de sua vida anterior e atual.

Segundo Leite (1994), a incorporação de novas tecnologias ao processo de trabalho garante à empresa maior flexibilidade, na medida em que não tem mais que negociar com o trabalhador o seu saber, a sua habilidade. Utiliza-se um número menor de trabalhadores, com maior grau de instrução e mais polivalentes, capazes de manipular a máquina, que controla todo o processo. A produção se torna bem mais ágil, reduzindo custos e aumentando o lucro do empresário capitalista. Evidencia-se a afirmação de Marx (1985) de que a máquina se tornaria potência hostil ao operário, quando utilizada tendenciosamente pelo capital, uma vez que os trabalhadores dispensados dessas atividades formarão uma massa crescente de desempregados que, não sendo inserida no novo paradigma tecnológico, marginalizada e sem direitos, buscará outras atividades para garantir sua sobrevivência. Na maioria das vezes, essas atividades são precárias e destituídas de quaisquer vínculos legais.

Cumprir destacar que o trabalhador que recebe qualificação e permanece na empresa, também paga o preço da modernização capitalista, pois, em contrapartida, ao menor esforço físico que é exigido ao utilizar instrumentos de trabalho mais modernos, é grande o esforço mental despendido na atenção que tem de manter no desempenho das suas tarefas, acarretando dores, desestímulo à prática de atividades de lazer e ao próprio convívio familiar.

Dejours (2007) afirma que indivíduos submetidos ao desemprego, à pobreza e à exclusão social são também vítimas da injustiça, o que não se constitui em tema de concordância para a maioria dos cidadãos. A situação da maioria dos migrantes insere-se nesta reflexão e, em contraposição, ao pensamento corrente, deve ser alvo de reação política e de mobilização coletiva. Para que isso ocorra, é preciso que os indivíduos alvo dessa injustiça e a sociedade tenham a consciência, ainda que dolorosa, de sua condição e responsabilidade. Mas, na realidade analisada, tanto a consciência de sua condição quanto a responsabilidade da sociedade local inexistem. Os trabalhadores migrantes reconhecem-se discriminados, mas não esboçam qualquer reação de protesto, não estão organizados em sindicatos de sua categoria, associação de moradores ou movimentos sociais e culturais. A demanda que os mobiliza é a de manutenção do emprego que, afinal, representa tudo o que conquistaram ao longo de uma vida de trabalho que, para a maioria, começou ainda

na infância. Para a sociedade de Iturama são trabalhadores que executam, desde a década de 1980, as tarefas em que os trabalhadores locais não quiseram inserir-se, mas que, ao mesmo tempo, e de forma contraditória, são acusados de ocupar empregos que deveriam ser destinados à população local. O julgamento apressado traduz-se em preconceito, hostilidade e desconhecimento de outrem:

O preconceito, como a própria palavra deixa entrever, é um conceito prévio, um conceito sobre algo ou alguém que se estabelece antes que qualquer relação de conhecimento ou de análise se estabeleça. É um conceito apressado, uma opinião, uma descrição, uma explicação, uma caracterização, que vem antes de qualquer esforço verdadeiro no sentido de se entender o outro, o diferente, o estrangeiro, o estranho, em sua diferença e alteridade. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 11).

Os trabalhadores migrantes do bairro Antônio Bráulio estão submetidos a um processo de exclusão, que se fundamenta no preconceito em relação à sua origem geográfica e esta remete a um conjunto de usos, costumes, traços culturais e características historicamente vivenciadas por eles e seus antepassados e que não deveriam ser consideradas como obstáculo à sua inserção em qualquer meio social.

Pochmann e outros (2005) apresenta o acesso à cultura como uma forma de inclusão social, uma vez que, dentre as formas de exclusão no Brasil, encontra-se o difícil acesso, por parte das classes menos favorecidas, aos bens culturais. Entende-se aqui a cultura como um conjunto de signos, narrativas alegóricas, figuras típicas, manifestações coletivas, práticas sociais que tornam visíveis as formas utilizadas pelos integrantes de um grupo social para compreender a realidade em que estão inseridos:

Diante desta perspectiva, a cultura – em sua diversidade de linguagens e temas, situações e estilos, independentemente de sua classificação como erudita, popular ou de massa – pode ampliar ou aprofundar (como também encobrir), uma realidade social e humana, evidenciando dessa realidade as características de suas contradições sociais. (POCHMANN et al, 2005, p. 87).

Oriundos de uma sociedade com práticas sociais diferentes, com especificidades étnicas, linguísticas, religiosas, musicais, geográficas, os trabalhadores migrantes nordestinos, residentes no bairro Antônio Bráulio, não têm

essas práticas incluídas em sua vida social. Em primeiro lugar, por não estarem organizados como grupo capaz de reproduzir seus costumes, hábitos, tradições, valores e comportamentos; em segundo por não existir um conjunto de programas públicos capazes de contribuir para essas práticas. Quando questionados sobre as festas religiosas, regionais e típicas celebradas em suas regiões de origem geográfica, mencionaram as festas dos santos e santas padroeiras e as quermesses que acompanham essas celebrações, além das comemorações de São João, São Pedro, as vaquejadas, o festival do coco e as festas de rua acompanhadas por trios elétricos, também presentes no natal, ano novo e carnaval. Acrescentam que sentem falta dessas modalidades de lazer que, ao mesmo tempo, são manifestações típicas da cultura local de suas regiões de origem.

Segundo o gráfico 6 apresentado na sequência, cerca de 43% dos trabalhadores migrantes entrevistados afirmaram que sentem falta das festas de São João e de São Pedro, as tradicionais festas juninas; 26% ressentem-se da ausência de festas de ruas realizadas com trio elétrico; 22% lembraram as festas de santos padroeiros e quermesses e os 9% restantes mencionaram as vaquejadas e os festivais do coco.

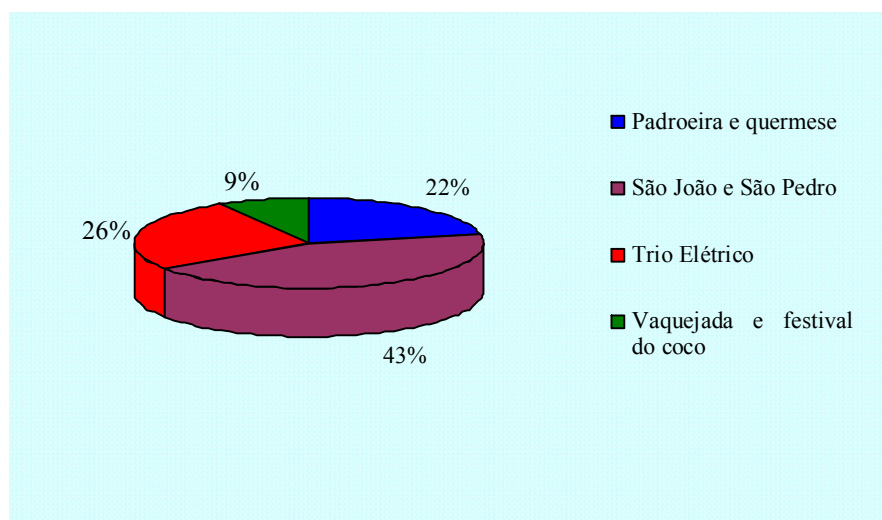


Gráfico 6: Festas e celebrações típicas das cidades de origem

O fato de recordarem com carinho de suas atividades culturais típicas prova que não foram esquecidas, apesar de não serem reproduzidas atualmente, nem

mesmo transmitidas de forma concreta aos descendentes. Afirmam que, em quase todos os finais de semana, há festas em suas cidades de origem. Muitas festas de rua e festas religiosas e são enfáticos em afirmar que, em suas regiões de origem geográfica, a religiosidade é mais intensa, o que pode ser justificado pelo fato de ser vivenciada por meio de celebrações festivas, que envolvem comemorações que duram vários dias, já que são acompanhadas das tradicionais novenas:

Lá a religiosidade é maior. As festas da padroeira demoram 9 (nove) dias e tem novena, procissão, coisas que aqui não tem. (José)

Celebrações como as mencionadas pelos migrantes são pouco evidenciadas na cidade de Iturama. A grande maioria das famílias entrevistadas é católica⁷⁹ e frequenta a missa aos domingos em igreja que, localiza-se no bairro vizinho Quatrocentas Casas. Como não há uma pastoral responsável por acolher esses migrantes, também não existe a prática de celebrações em residências ou outros movimentos de cunho religioso, capazes de acolhê-los e integrá-los à igreja local. Assim, a religiosidade dessas famílias de trabalhadores migrantes perdeu suas características originais e não é mais vivenciada com o mesmo fervor que descrevem existir em suas regiões de origem geográfica. Há um outro aspecto a ser destacado: a instalação de várias denominações religiosas evangélicas no bairro na última década. A observação realizada nas ruas do bairro mostrou a presença de 5 (cinco) delas. A apresentada na foto 13 abaixo é a com maior capacidade para receber fiéis e a mais organizada, sob o ponto de vista das instalações físicas, já que as demais ocupam o espaço de antigos estabelecimentos comerciais:

⁷⁹ Nove entrevistados declararam que a família é católica; dois declararam que são evangélicos e uma família não possui religião e não frequenta qualquer denominação religiosa.



Foto 13: Igreja Evangélica

Não há qualquer questionamento a ser feito ao indivíduo que muda de religião, já que essa escolha é uma opção de cada um, pautada em questões pessoais. Mas, numa situação como a descrita neste trabalho, cabe ressaltar que os trabalhadores migrantes entrevistados sentem a perda de sua religiosidade original e alegam não encontrá-la em Iturama, o que configura um outro fator de mudança, devido à necessidade compulsória de adaptação à atual realidade, vivenciada a cerca de uma década, mas que ainda suscita comentários que ganham, em suas “falas”, tom de reclamação.

Nos finais de semana e feriados, a maior parte das famílias utiliza a televisão e aparelhos de som como meio de lazer. A maioria (nove entrevistados) afirma que não sai de casa ou frequenta a casa de amigos, os homens jogam futebol na quadra do bairro e 3 (três) afirmam que frequentam bailes e festas, conforme destacado no gráfico 7:

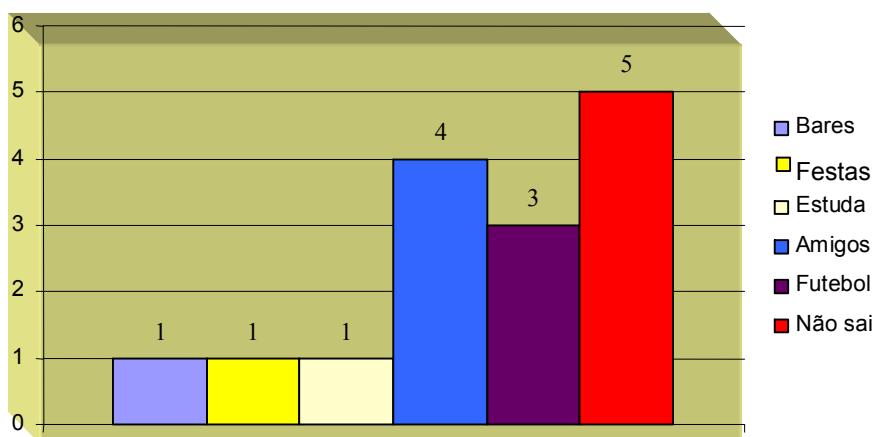


Gráfico 7: Atividades de lazer da família

Deve-se destacar que, em nenhuma entrevista, mencionou-se a frequência a clubes, leitura de livros, revistas e o uso da internet. A observação da casa mostra que, em 100% delas, existe, pelo menos, um aparelho de televisão e aparelho de som, mas não há computadores. O bairro é o lócus de convivência desses migrantes e a família e amigos próximos a sua modalidade de “lazer” principal. É possível perceber uma lógica de confinamento ao bairro, o que se justifica pela percepção que têm em relação à forma como são recebidos e tratados pelos moradores da cidade de Iturama⁸⁰. Essa constatação tem origem no relato de 7 (sete) entrevistados, os quais afirmam que foram, quando da migração, e ainda são discriminados pelos moradores e colegas de trabalho:

Eu sofro discriminação sim. Na empresa falam que a gente rouba o trabalho do pessoal daqui. (Francisco)

O pessoal daqui não gosta de quem vem do Norte e chamam a gente de alagoano. (Moisés)

Quanto aos estabelecimentos comerciais frequentados pelos trabalhadores migrantes, supermercados, lojas de vestuário, calçados, eletroeletrônicos e celulares são as mais procuradas. No que se refere às principais modalidades de produtos que são consumidos por eles, ressaem gêneros alimentícios, roupas, calçados, aparelhos de som,

⁸⁰ No que se refere às abordagens policiais, alegam que não se sentem discriminados, pois não são abordados de maneira diferente dos membros da população local.

televisão, DVD, celulares e motos. Os estabelecimentos que conseguem concentrar o maior número desses itens são os mais procurados. O gráfico 8 torna mais fácil a visualização da dinâmica de consumo desses trabalhadores:

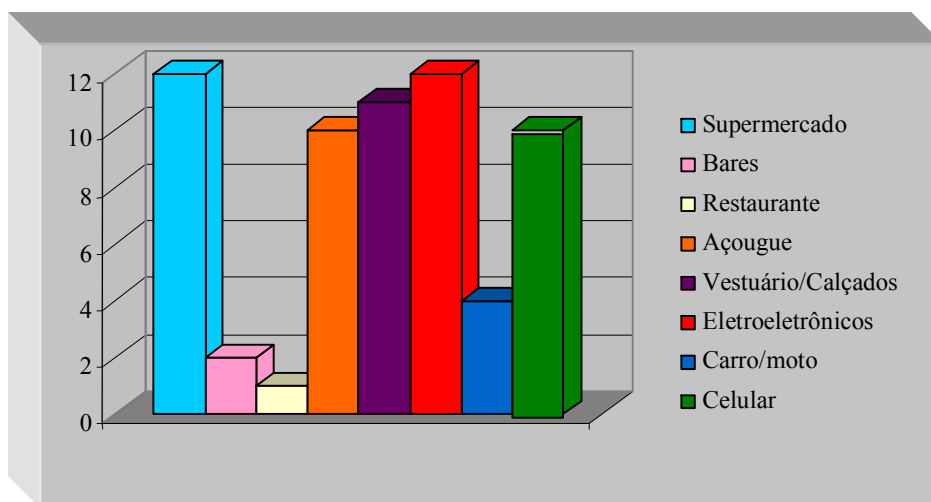


Gráfico 8: Estabelecimentos comerciais frequentados pelos migrantes

A dinâmica comercial do bairro inclui a presença de pequenos bares espalhados pelas esquinas, os quais, no final da tarde e em fins de semana, são frequentados por moradores do sexo masculino. São destinados, prioritariamente, à comercialização de bebidas e estão frequentemente lotados, o que indica que o consumo não é pequeno ou, no mínimo, existe. A foto 6 apresentada anteriormente, no item 3.1, mostra várias marcas de bebidas alcoólicas comercializadas na “Mercearia do Norte” e, segundo o atendente do estabelecimento, há grande fluxo de comercialização dessas mercadorias, mas apenas 4 (quatro) entrevistados⁸¹ relataram que fazem uso de bebida alcoólica. Sempre associados à violência e criminalidade, não admitir o uso de bebidas alcoólicas significa negar a frequência a bares, a possibilidade de embriaguez e suas consequências.

Os trabalhadores migrantes foram questionados sobre a possibilidade de faltarem ao trabalho em virtude de doenças. Apenas 2 (dois) afirmaram que já o fizeram por sentirem dores na coluna; 4 (quatro) afirmaram possuir complicações de saúde, a saber: 1 (um) apresenta hipertensão arterial, 1 (um) reumatismo, 2 (dois) declaram dores na coluna e 1

⁸¹ Destes, 3 (três) disseram que fazem uso somente nos dias de folga e 1 (um) afirmou que utiliza de 2 (dois) a 3 (três) dias por semana.

(um) “desgaste” no joelho. Os sintomas manifestaram-se nos últimos 4 (quatro) anos. Tal qual a bebida alcoólica, também não estão dispostos a admitir que sofrem com alguma doença, já que desempenham atividades profissionais que demandam plena capacidade física:

O medo do desemprego fez com que diminuísse a rotatividade dos trabalhadores, antes um mecanismo de defesa de sua integridade biopsíquica frente à inadequação das condições de trabalho. Dessa forma, contribui com a fixação do trabalhador em postos de trabalho onde é pequeno seu poder de barganha quanto às condições adequadas ao exercício do trabalho. (BORGES, 1997, p. 195).

Mesmo diante de intenso desgaste físico, da possibilidade ou da constatação de uma doença que pode, ao longo do tempo, agravar-se, devido ao fato de continuarem a desempenhar a mesma atividade, os trabalhadores prolongam seu tempo de trabalho e negam estar doentes. É de conhecimento geral, para os que integram as atividades do setor sucroalcooleiro que trabalhadores com histórico de doenças não são contratados para o próximo período produtivo, por serem considerados inaptos ou menos eficientes do que os trabalhadores considerados saudáveis. Tal posicionamento das empresas condiciona o trabalhador a não admitir qualquer problema que torne possível questionar sua integridade física, além de não utilizar o direito de licença para cuidados com a saúde ou submissão a tratamento de saúde, já que isso pode limitar sua contratação.

Os casais aderem ao uso de métodos contraceptivos, o que se justifica pelas dificuldades apresentadas para a manutenção de uma criança, as quais são ressaltadas pelos entrevistados:

Não dá pra ter muitos filhos. É preciso muito dinheiro pra dar comida, escola e remédio. (Lucas)

Dentre os entrevistados, 2 (dois) afirmaram que as esposas utilizam pílulas anticoncepcionais, 2 (dois) informaram que não utilizam nenhum método e 8 (oito) informaram que as esposas realizaram laqueadura.

No que diz respeito ao acesso a serviços de saúde⁸², das 12 (doze) famílias entrevistadas, 5 (cinco) contam com plano privado e os demais utilizam apenas o Sistema Único de Saúde (SUS). Acrescente-se ainda que 9 (nove), dos 12 (doze) entrevistados, afirmaram que já utilizaram os serviços de saúde do município. Desses, e destes 6 (seis) avaliaram o atendimento que receberam como bom; os outros 3 (três) como regular⁸³. Quanto ao acesso aos programas públicos de transferência de renda, 7 (sete) entrevistados afirmaram que não são beneficiados e 5 (cinco) afirmaram que são beneficiados atualmente: uma família recebe vale gás e 4 (quatro) são beneficiadas pelo Bolsa Família.

É importante observar que alegam grande dificuldade de acesso aos serviços médico-hospitalares e a remédios em suas cidades de origem. Sendo assim, o fato de serem mais acessíveis em Iturama, faz que o migrante considere o serviço adequado ou eficiente, mas não demonstram possuir consciência de seus direitos e das obrigações do poder público para com a população.

Uma questão que impacta no cotidiano do trabalhador migrante é a possibilidade de retornar à sua cidade de origem, a fim de visitar familiares e amigos. As grandes distâncias geográficas e a escassez de recursos financeiros normalmente tornam essas visitas difíceis para a maioria. Verificou-se, na pesquisa de campo, que o tempo transcorrido desde a última visita dos trabalhadores migrantes à cidade de origem, apresenta variação considerável: 4 (quatro) entrevistados afirmaram ter visitado suas cidades de origem no último final de ano, em dezembro de 2008, conforme explicitado no gráfico 9, apresentado na sequência.

⁸² Não é objetivo deste trabalho analisar as condições de acesso a serviços públicos ou programas de transferência de renda. As informações aqui apresentadas prestam ao trabalho ao função de servir de exemplo para a compreensão que o trabalhador apresenta a cerca de seus direitos.

⁸³ Os trabalhadores migrantes foram questionados sobre a utilização dos serviços prestados pela assistência social do município: 8 (oito) afirmaram que já utilizaram para agendamento de consultas, cirurgias e remédios. Destes 6 (seis), afirmaram que o atendimento recebido foi bom e 2 (dois) afirmaram que foi regular. A maioria afirma (os comentários mais gerais) que consegue os remédios de que precisa e, dessa forma, compreende que o serviço prestado é adequado e cumpre os objetivos propostos.

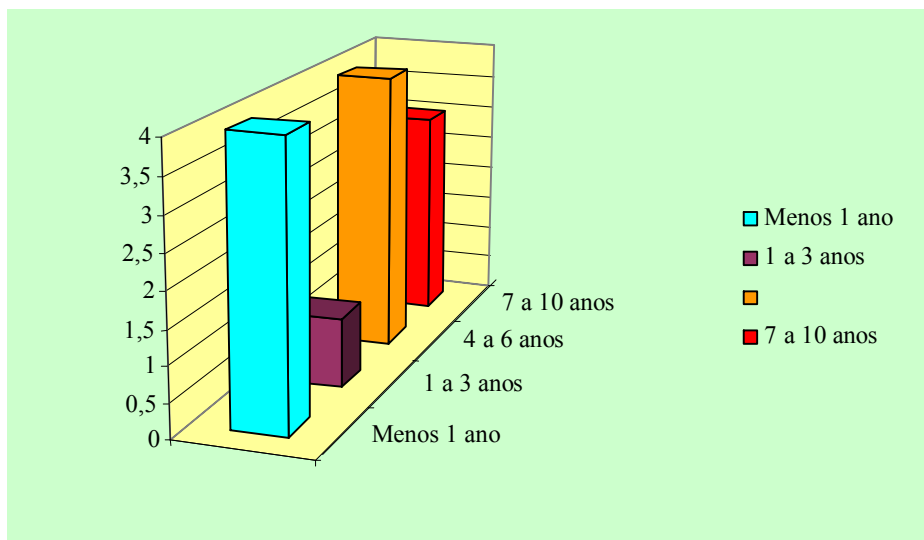


Gráfico 9: Tempo transcorrido desde a última visita à cidade de origem

Três entrevistados afirmaram que não visitam a cidade de origem a mais de 7 (sete) anos; 4 (quatro) não visitam a mais de 4 (quatro) e menos de 6 (seis) anos; 1 (um) entrevistado retornou “a passeio”, a cerca de 2 (dois) anos. Os dados mostram que o retorno periódico à cidade de origem não é rotina e apresenta-se como uma possibilidade apenas para parte das famílias de trabalhadores migrantes, que demonstram sentir a ausência dos laços de parentesco e amizade, hoje obstados pela distância e renda.

Quando questionados sobre a filiação ao sindicato da categoria, 7 (sete) afirmaram não serem filiados e 5 (cinco) deles são filiados atualmente. No que diz respeito à filiação em período anterior, 3 (três) afirmaram que já foram filiados e 4 (quatro) nunca foram. Os entrevistados que não possuem vínculo afirmaram que não são filiados porque o sindicato não defende os seus direitos:

Não sou filiado não, porque o sindicato é do patrão e não representa o trabalhador. (Cristovão)

Entendem, segundo as observações que fizeram durante a entrevista, que o sindicato não os representa.

A instauração da Ditadura Militar em 1964, que reprimiu fortemente o movimento sindical, cria as condições adequadas para os empresários estrangeiros, que demandavam novas oportunidades de investimento para o seu capital. De fato, ao longo

do chamado Milagre Econômico Brasileiro, ocorrido entre 1968 e 1974, diferentes segmentos industriais crescem de forma acentuada, com destaque para o setor automobilístico. Segundo Silver (2005), surge com esse avanço uma nova classe de trabalhadores, concentrada no setor automobilístico, que produzia o principal produto de exportação brasileiro à época, os automóveis:

Greves e militância na indústria automobilística afetariam não só a lucratividade de empresas específicas, mas também a capacidade do governo brasileiro para amortizar sua enorme dívida com bancos estrangeiros. Nos anos finais da década de 1970, quando os movimentos operários estavam sofrendo derrotas decisivas nos países centrais, um novo movimento sindical surgiu no Brasil, encerrando quase uma década e meia de passividade operária. (SILVER, 2005, p. 65).

O sindicalismo, no Brasil, mostrou importância, neste período, e sobreviveu à repressão sofrida por parte das empresas, do governo e aos desequilíbrios macroeconômicos dos anos 1980. Pode-se mencionar as conquistas salariais, o reconhecimento do papel das comissões de fábrica, que se traduziram em preocupação dos parlamentares quando da discussão da questão trabalhista na Constituição de 1988. Entre meados da década de 1980 e anos 1990, em meio a processos inflacionários, recessão, expansão da dívida externa e desequilíbrios do balanço internacional de pagamentos ocorre uma redução dos investimentos estrangeiros. Quando retornam, em grande medida, a partir da introdução das políticas de estabilização promovidas pelo ministro e depois presidente, Fernando Henrique Cardoso, são direcionados para Minas Gerais, Rio de Janeiro, Centro-Oeste e Nordeste, locais em que os trabalhadores não possuíam tradição em organização sindical, o que se agravou pela dispersão geográfica promovida na época. O movimento sindical acaba enfraquecido em sua região de maior força, capacidade de mobilização e formação, que era a grande São Paulo, o que impossibilita a expansão de suas atividades para as demais regiões brasileiras.

Áreas de grande produção de cana-de-açúcar, como Iturama, que recebem trabalhadores migrantes em situação de baixa qualificação, analfabetismo, desemprego ou baixos salários, não possuem capacidade de mobilização sindical efetiva, que provenha da organização dos trabalhadores ou que os represente de forma efetiva. Dessa forma, a configuração de sindicatos fica a cargo de empresas ou indivíduos contratados pela própria usina e, portanto, não representa ou legitima os direitos desses

trabalhadores, sendo natural que não se filiem ou constatem qualquer utilidade em filiar-se ao sindicato de sua “categoria”.

Silver (2005, p. 175) destaca que a condição proletária produz uma ampla gama de resistências, como consequências da mercadorização da força de trabalho e que “[...] as ‘bandeiras’ erguidas nas lutas são muitas vezes as da identificação comunitária, em vez daquelas específicas da identidade trabalhadora.”, já que, normalmente, estão reunidos em grupos étnicos, religiosos, de gênero ou origem geográfica. Mas o grupo de trabalhadores migrantes que é alvo deste estudo, abandonou muitos dos seus usos e costumes, o que dificulta sobremaneira sua organização. Não há no bairro uma atuação efetiva da associação de moradores, sendo improvável que se organizem como classe trabalhadora, capaz de cobrar seus direitos. Afirmam, em suas “falas”, que precisam lidar com as acusações dos trabalhadores locais, os quais afirmam que a migração de trabalhadores nordestinos “rouba” postos de trabalho de moradores locais:

Sofro discriminação porque o pessoal daqui fala que nós roubamos o trabalho deles. (Antônio)

Para compreensão desse processo torna-se fundamental entender como se dá o desenvolvimento do Triângulo Mineiro e do município de Iturama nas últimas 3 (três) décadas. Ocorre intensificação em sua abertura para os capitais regionais. Brandão (1989, p.7) apresenta o seguinte questionamento:

[...] até que ponto as classes dominantes do Triângulo Mineiro lograram uma precoce e profunda integração com restrita ‘abertura’ da região como se deu (e se dá) esta resistência, e como enfrentaram os desafios próprios da ‘fase superior’ de integração nacional que se processa no país.

O questionamento formulado no final dos anos 1980, mostra-se ainda atual e o município de Iturama merece destaque como exemplo da dicotomia que existe entre modernizar o processo produtivo, manter as possibilidades de apropriação, pela agroindústria, da maior parte da renda gerada e, ainda, enfrentar ao desafio de gerar emprego e renda para a população local e agora migrante. Na verdade, o desafio de garantir o processo de modernização da produção resolve-se com a introdução da agroindústria do complexo canavieiro que, a partir dos anos 1990, moderniza-se e

expande a sua área de atuação, ocupando o espaço de culturas, até então tradicionais no município, como o arroz, o feijão, o algodão e o milho. Expulsos, juntamente com as referidas culturas, estão os pequenos produtores rurais e muitos trabalhadores assalariados pobres do meio rural, que se deslocam para a periferia da cidade, empregam-se, direta ou indiretamente no cultivo da cana-de-açúcar ou migram para outras regiões, prioritariamente, Centro-Oeste e Norte. Cabe observar que o processo de re-estruturação pelo qual passa o complexo canavieiro nos anos 1990 no município é desdobramento do processo de desregulamentação e autorregulação do setor no Brasil e efetiva-se com o deslocamento de grupo alagoano, que traz consigo o capital, as técnicas de produção, o pessoal técnico especializado e a alta-gestão da empresa, restando à população local os empregos de baixa e média qualificação e remuneração, no plantio e corte, no transporte, na indústria e nas atividades de apoio administrativo.⁸⁴

A população local rejeita, em grande medida, os empregos no plantio e corte da cana-de-açúcar. A ausência de mão-de-obra em quantidade suficiente para atender essas atividades agrega outra mudança ao espaço local. Um grande número de trabalhadores nordestinos migram sazonal ou permanentemente, ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000, para executar tais atividades. Curiosamente no século XVII, trabalhadores pobres livres migraram para Minas Gerais, no intuito de faiscar o ouro em decorrência do declínio da economia açucareira. No contexto atual, os trabalhadores livres pobres deslocam-se para o Triângulo Mineiro, a fim de integrar-se à cadeia produtiva de uma das principais “commodities” brasileiras, o açúcar, e também à produção do álcool, que promete incrementar a pauta de exportações brasileira nas próximas décadas.

A dinâmica atual do município de Iturama, reproduz uma lógica, há muito praticada na região. A atração e segregação de grupos que preenchem postos de trabalho precário, dissemina-se desde o século XVII e a diferença vem da demanda do mercado interno e externo por mercadorias específicas que, em momentos distintos da história econômica da região, agregam maior ou menor valor ao capitalismo. As relações de produção que se desenvolvem no Triângulo Mineiro, em específico em Iturama, configuram as relações de dominação de uma classe social em relação a outras, e os que dominam impõem obstáculos ao surgimento de novas atividades produtivas uma vez que ocupam as terras à disposição do processo produtivo e compõem as próprias forças políticas ou são

⁸⁴ Até mesmo alguns dos fornecedores de cana-de-açúcar deslocaram-se para o município a convite da usina, arrendando terras locais.

representados por elas, o que vincula os novos projetos de desenvolvimento aos interesses dos grupos dominantes.

A observação das relações de produção e poder, no município de Iturama, ao longo das décadas de 1980, 1990 e dias atuais, mostra que não há perda de espaço por parte das classes hegemônicas, apenas os grandes proprietários de terra tornam-se fornecedores de cana-de-açúcar ou arrendatários de terras e emerge a figura do usineiro. No século XVII, os índios capturados e escravizados eram amontoados como mercadorias, ao longo das picadas, até que a quantidade fosse suficientemente lucrativa para o deslocamento até os mercados consumidores de trabalho humano escravo. Nas últimas 3 (três) décadas, ônibus de trabalhadores migrantes nordestinos são deslocados para Iturama, a fim de suprirem de mão de obra o complexo canavieiro⁸⁵. Nem sempre são alojados de maneira adequada ou recebem alimentação, transporte, salário e jornada de trabalho adequados. Constantemente contam com a caridade dos moradores locais e, no final da safra, são enviados de volta ou abandonados à própria sorte, quando resolvem não retornar. Dessa condição, emerge o mito de que são esfaimados, bandidos, mendigos, responsáveis por diminuir os postos de trabalho destinados à população local, mas tornam dinâmico o movimento do sistema produtivo local. Os trabalhadores migrantes que habitam o bairro Antônio Bráulio estão ali, trabalham em Iturama, consomem mercadorias, mas, definitivamente, não estão estabelecidos no contexto social. Criaram para si um espaço de convivência, mas com dinâmica bastante distinta da encontrada em suas regiões de origem:

Sinto falta de tudo: das festas de São João, das festas de rua com trio elétrico, lá festas são melhores do que aqui. (Tiago)

Apesar das dificuldades encontradas na adequação social, os níveis salariais dos trabalhadores migrantes, as condições de habitação da maioria, o acesso a bens de consumo não diferem significativamente das condições da maior parte da população local, mas, como distinguem-se por sua origem geográfica e estilo de vida, ocupam uma posição inferior no estrato social. São “de fora” e, nesse aspecto, é interessante a fala da diretora entrevistada⁸⁶, que utiliza a expressão “os nossos”, para designar as crianças que não são filhos de migrantes. Elias; Scotson (2000) afirmam que a migração de grupos de

⁸⁵ No contexto atual o setor sucroalcooleiro constitui-se em uma rede de relações econômicas, sociais, políticas, produtivas e comerciais, que envolvem a dinâmica das atividades comerciais, a capacidade de consumo, a arrecadação de tributos e o próprio desenvolvimento local.

⁸⁶ Cujas informações fornecidas sobre as crianças em idade escolar foram utilizadas anteriormente.

indivíduos ocorrem e continuarão ocorrendo, visto que estes abandonam voluntaria ou compulsoriamente suas regiões de origem geográfica em busca de trabalho, fugindo de conflitos bélicos ou religiosos e, ainda, por decisão governamental. Constantemente “batem a porta” de grupos estabelecidos e os conflitos que surgem deste encontro são os mais diversos possíveis.

Em seu livro “Os Estabelecidos e os Outsiders⁸⁷”, os autores relatam a dinâmica da estratificação social que se verifica em um povoado industrial localizado no interior da Inglaterra. Existe no povoado um grupo de moradores, descendentes dos fundadores, “estabelecidos” no local, em sua maioria, desde o nascimento. Ocorre que, ao longo do desenvolvimento industrial do povoado, migram para o local, grupos de trabalhadores que formam novos bairros, os “outsiders”. Elias; Scotson (2000) relatam que, sob o ponto de vista da renda, da modalidade de empregos, acesso a bens, condições da habitação não eram grupos que apresentavam grandes diferenças entre si. Mas havia uma distinção fundamental pautada na origem, já que os moradores mais antigos do povoado percebiam-se e eram aceitos como estabelecidos⁸⁸ e “melhores”, “mais capazes” e “prosseguidores” das tradições locais. Os “outsiders”, ao contrário, na concepção vigente, estavam sempre relacionados à anomalia, à delinquência, à desintegração social e ao desrespeito às tradições.

Percebe-se uma interdependência entre os dois grupos nos dois casos⁸⁹. Em Iturama os trabalhadores migrantes são necessários ao processo produtivo do setor de maior importância e em Winston Parva, os novos moradores são demandados pela indústria local, mas não aceitos pela população local. Os novos grupos representam, para as duas cidades, a possibilidade de expansão de consumo, de circulação da renda gerada e de crescimento de vários setores, por meio de demandas derivadas, mas encontram resistência em serem considerados “iguais” ou integrantes de um mesmo grupo. Osório (2003, p. 57) afirma que um grupo é “[...] todo aquele conjunto de pessoas capazes de se reconhecer em sua singularidade e que estão exercendo uma ação interativa com objetivos compartilhados.” Ou seja, é preciso que, além de compartilharem um objetivo, que na situação considerada nesta dissertação é produzir um bem através

⁸⁷ É um livro etnográfico, realizado por Norbert Elias em parceria com John Scotson, resultado de três anos de trabalho de campo que busca descrever a diferença e a desigualdade social existente entre dois grupos de habitantes de um povoado industrial inglês, que levou o nome fictício de Winston Parva. Os dois grupos foram denominados pelo autor “estabelecidos” (moradores antigos) e “outsiders” (os novos moradores).

⁸⁸ Segundo Elias; Scotson(2000) os ingleses utilizam os termos “establishment” e “established” para designar a “minoridade dos melhores” nos mundos sociais mais diversos: artes, esportes e ciências.

⁸⁹ Em Iturama-MG e no povoado pesquisado por Elias; Scotson (2000).

de um processo de produção específico, também reconheçam-se em suas singularidades e interajam coletivamente. O que não ocorre em Winston Parva e tampouco em Iturama, uma vez que se limitam a constituir aglomerados de pessoas, sem que se estabeleça uma identidade grupal.

De fato, o elemento fundador das primeiras experiências grupais foi a solidariedade, já que, para enfrentar as ameaças externas propiciadas por outros grupos humanos e pela natureza, os seres humanos organizaram-se e desenvolveram sentimentos de lealdade e mecanismos de proteção mútua. Assim, a família nuclear e suas extensões elementares garantiam a sobrevivência diante de uma ameaça. Segundo Osório (2003), cessando os elementos que colocavam em risco a vida dos membros do grupo, manifestava-se a competição e a luta pelo poder dentro do próprio grupo. Ao longo do processo de institucionalização dos grupos, estes transformam-se em corporações dispostas a garantir a manutenção do poder para seus membros⁹⁰ através de gerações, fecham-se em seus objetivos e tornam-se capazes de segregar outros grupos que não compartilhem dos mesmos objetivos ou que representem uma suposta ameaça às metas estabelecidas pelos primeiros. Os migrantes nordestinos que trabalham em Iturama, em primeira instância, não estão organizados, efetivamente, como grupos ou categorias. Existe um grande espaço que se interpõe entre os dois grupos, já que os moradores locais estão organizados de acordo com sua estratificação social, laços fraternos, religião e por categorias profissionais, sobremaneira fechados e propensos a distanciar-se dos migrantes.

Conforme afirmação anterior, os grupos de moradores antigos de Iturama, em sua maioria nasceram ou moram na cidade a mais de três décadas. Estabeleceram, ao longo do tempo, vínculos inter e intrafamiliares que possibilitam mais fácil acesso aos membros e possibilidade de convivência social. Diferentemente do que ocorre com os trabalhadores migrantes, que além de serem estranhos aos moradores antigos, também não se conheciam anteriormente, já que as famílias são provenientes de cidades e estados diferentes, o que limita a estruturação de vínculos como os existentes entre os moradores antigos, os quais se utilizam dessa primazia para imputar ao migrante a desonra coletiva:

⁹⁰ Para Osório (2003) este é um axioma que define o caráter intrínseco das instituições, sejam elas quais forem.

Afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nesta situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem desse último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 24)

A imagem que as pessoas têm de si mesmas pauta-se, em grande medida, na imagem que os outros fazem delas⁹¹. O migrante nordestino, é enxergado, normalmente, pelos grupos locais, de maneira depreciativa em consequência das especificidades destacadas nesta pesquisa: valores, cultura e acesso a emprego, educação, saúde, habitação e renda. As entrevistas, mostram que os migrantes não conseguem perceber a importância que possuem para a sociedade, para as relações de consumo e para o mercado de trabalho em Iturama. Entendem-se, como “estrangeiros” e afirmam, sempre, que estão melhor após migrar:

Eu tô melhor aqui. Minha família come e a gente tem uma casa para morar. Comprei uma televisão e vou comprar uma geladeira. (Expedito)

Na realidade deveriam buscar a sua emancipação, pessoal e profissional. Consideram suficiente “estar melhor agora”, quando deveriam buscar satisfação pessoal, profissional e respeito à sua cultura.

Todas as condições apresentadas neste trabalho explicitam a dificuldade em enxergar a possibilidade de estruturar uma identidade política; uma forma de representação social do grupo, para defesa de seus direitos e a inserção nas diferentes instâncias sociais, políticas e econômicas da cidade de Iturama. Mais que isso, não têm a compreensão de que possuem direitos, tal qual os moradores locais⁹².

Em Iturama, é possível verificar acentuadas diferenças entre o grupo pesquisado e o dos moradores locais. As diferenças levaram, ao longo do tempo, à constituição de estereótipos e preconceitos sociais. As relações estabelecidas, fundamentam-se na

⁹¹ Um exemplo disso são as crianças que tem a imagem de si mesmas afetadas pelas experiências vivenciadas pelos pais e pela forma como elas e os pais são vistos por outrem.

⁹² A expressão, moradores locais, é utilizada, nessa pesquisa, para diferenciar os migrantes dos moradores que já moravam em Iturama antes da intensificação dos fluxos migratórios nos anos 1990.

subordinação dos migrantes pelos grupos estabelecidos. A dominação pauta-se em crenças, em valores e na apropriação da renda gerada.

De fato a re-estruturação das atividades do complexo canavieiro em Iturama-MG favoreceu a exposição de problemas sociais brasileiros: a migração de grupos humanos; a exploração de trabalhadores livres pobres; o preconceito de origem geográfica, as diferenças sócio-econômicas entre regiões, o analfabetismo e as barreiras impostas aos grupos de trabalhadores que são obrigados a migrar em busca de inserção no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações apresentadas nesta pesquisa, é possível concluir que o processo de modernização da agricultura brasileira apresenta fortes aspectos de conservadorismo, que se traduzem na precarização do trabalho no meio rural brasileiro. De um lado os pequenos produtores tornam-se incapazes de manter a sua dinâmica produtiva, já que não conseguem competir com os complexos agroindustriais e juntam-se aos trabalhadores pobres livres, aumentando a quantidade de trabalhadores à disposição do capital.

De fato, não se verifica a constituição de uma única modalidade de complexo agroindustrial. Organizam-se, nas regiões brasileiras, distintos complexos com características e especificidades que atendem às demandas das diferentes regiões econômicas brasileiras, dentre os quais destaca-se o canavieiro.

Na concepção de Sorj (1980), o complexo agroindustrial que se desenvolve no Brasil, a partir dos anos 1960, acaba por reproduzir as estratégias utilizadas pela indústria estabelecida no meio urbano, em uma lógica de formação de grandes monopólios e oligopólios, que contam com a participação do capital estrangeiro.

Deve-se acrescentar a presença do capital financeiro internacional, que assume grande importância na agricultura brasileira na medida em que configura um processo de concentração e centralização de capital e dos meios de produção no meio rural brasileiro.

Ao mesmo tempo em que os empresários e o poder público brasileiro colocam em prática o projeto de modernização da agricultura nacional, não se verifica a adoção de iniciativas capazes de impedir, ou pelo menos, minimizar suas consequências sócio-econômicas negativas, que se traduzem em distorções nos indicadores sociais, concentração da renda nacional e em processos migratórios intra e interregiões brasileiras. Entre os anos 1980 e 2000, aumenta a proporção de trabalhadores temporários sujeitos a condições precárias, intensificando-se as disparidades e a pobreza no campo.

O complexo canavieiro ganha força com a edição do Proálcool, nos anos 1970, e foi alvo da intervenção pública até os anos 1990, por meio da adoção de políticas como a concessão de subsídios diversos, garantia de preços mínimos, além da reserva de mercado. Como consequências para o cenário agrícola nacional, têm-se a incorporação de grandes extensões de terra ao cultivo da cana-de-açúcar,

mas com baixa incorporação de progresso tecnológico. O crescimento desse segmento produtivo gera a demanda por mão-de-obra de baixo custo e ocorre grande afluxo de migrantes nordestinos para as atividades de plantio, queima e corte da cana-de-açúcar no Centro-Sul do Brasil.

O Nordeste brasileiro é uma região em que parte da população apresenta dificuldade de inserir-se no mercado de trabalho. Baixa remuneração, restrito acesso à educação, à saúde, à habitação e indicadores sociais desfavoráveis, sobretudo ao serem comparados com os estados do Centro-Sul são fatores que impulsionam a migração de trabalhadores para as atividades do complexo canavieiro.

Nos anos 1990, em função do esgotamento do modelo adotado até o período, pautado na concessão de financiamentos públicos subsidiados, que não se sustentou diante dos desequilíbrios macroeconômicos da década, introduz-se um processo de desregulamentação do setor sucroalcooleiro e uma lógica de autorregulação, que culminou na re-estruturação produtiva e gerencial das unidades produtivas. A partir desse processo, ocorre a redução do número de unidades produtivas instaladas no Nordeste e o deslocamento de organizações empresariais do complexo canavieiro para o Centro-Sul, dentre os quais destaca-se o Grupo Tércio Wanderley, que inicialmente adquire, em 1994, uma destilaria no município de Iturama, localizado na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, de fundamental importância para a economia do Estado de Minas Gerais.

A partir da introdução do complexo canavieiro em Iturama, na década de 1980, e de sua re-estruturação e avanço de suas atividades produtivas, nos anos 1990, esse segmento produtivo começa a demandar, tanto grandes extensões de terra para a produção de cana-de-açúcar quanto de trabalhadores migrantes para a execução de suas atividades. O referido fluxo de migrantes transforma-se em parte importante do processo produtivo do setor, mas não se verifica a análise das condições a que são submetidos esses trabalhadores, seja no ambiente de trabalho, seja em seu espaço de vivência cotidiana. Na verdade, o que se verifica em Iturama é a reprodução do que ocorre em outros municípios, estados e regiões brasileiras: a manutenção de uma lógica de precarização do trabalho e de inserção social, em relação às quais esses trabalhadores estão alheios, já que não lhes foi dada, ao longo de sua história pessoal, a possibilidade de refletir sobre sua condição, seus direitos e reais necessidades, que vão além de alimentação e de moradia.

Em Iturama, grupos de trabalhadores migrantes optaram, nos anos 1990, por fixar-se na cidade com seus familiares. O fato de ocuparem a periferia, em condições de extrema vulnerabilidade social, pressionou o poder público a lotear uma área, na qual foram estabelecidos, dando origem ao bairro Antônio Bráulio. A organização de um bairro capaz de receber esses grupos de trabalhadores, apresenta uma lógica de “limpeza” de espaços de pobreza extrema, já que viviam em barracos de madeira e lona e foram transferidos para uma área loteada, que posteriormente recebe infraestrutura básica.

Realmente, após a migração, os membros da família contam, além do exposto acima, com a possibilidade de adquirir bens de consumo e infraestrutura básica, mas continuam sem condições de apropriar-se de porcentagem significativa da renda, cuja geração demanda seu trabalho. O trabalhador ainda engloba ganhos por produtividade e, portanto, uma carga horária intensa, com grande probabilidade de gerar doenças físicas e psíquicas:

As condições físicas, químicas e biológicas vinculadas à execução do trabalho – há muito reconhecidas na vertente orgânica da patogenia de numerosas doenças – também interferem nos processos mentais e, portanto, nas dinâmicas relacionadas à saúde mental. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 1143)

Além de consequências físicas, que podem afetar a coluna, a musculatura, a visão, a audição e a voz, pode ocorrer a perda de capacidades como a memória e o autocontrole emocional; a frustração, proveniente de críticas e cobranças excessivas; processos depressivos e grande incidência de acidentes, devido à dificuldade de concentração. Estão propensos a doenças, sejam físicas ou psíquicas, mas estas não são admitidas pelos trabalhadores em seu ambiente de trabalho, pois lhes é próprio o medo de perderem o emprego ou não de serem contratados, se considerados incapazes para o desempenho de atividades que exigem grande esforço físico.

O processo de re-estruturação do setor sucroalcooleiro condicionou a adoção de práticas como a mecanização da colheita, que reduz a ocupação de mão-de-obra e, conseqüentemente, os custos envolvidos no processamento da cana-de-açúcar e introduz a perspectiva de grande redução do número de postos de trabalho no

segmento produtivo. Quando questionados sobre a temática, os trabalhadores expressam pouco conhecimento e reflexão acerca do impacto em sua empregabilidade. A condição de analfabetos, o fato de não serem representados por sindicatos ou movimentos culturais mostra que não refletem sobre a relação existente entre o trabalho que desempenham e sua apropriação da renda, que é resultado desse trabalho; sobre sua inserção no contexto social, os laços culturais e afetivos que abandonam em nome de sua condição atual.

É possível concluir que os trabalhadores pobres nordestinos que migram para Iturama-MG, a partir dos anos 1990, para ingressar no complexo canavieiro são, na maioria, analfabetos, apresentam baixa qualificação, possuem um histórico de desemprego ou baixos salários em suas regiões de origem, não estão organizados como classe trabalhadora ou movimentos sociais. Reconhecem na baixa escolarização um obstáculo ao crescimento profissional e ressentem-se da ausência de manifestações culturais e religiosas típicas de sua região de origem. Encontram-se no bairro Antônio Bráulio, em um contexto de segregação, pois, mesmo integrando a principal atividade produtiva do município, são eternos migrantes, impossibilitados por sua origem geográfica, suas especificidades linguísticas, alimentares, culturais, de constituírem-se em membros efetivos da sociedade local.

Por fim, pode-se afirmar que a questão da migração de trabalhadores nordestinos para o Centro-Sul e, em especial, para Iturama, é uma temática que propicia amplas considerações, cujo estudo não se esgota nesta pesquisa, em particular. Ao contrário, as conclusões aqui expressas devem servir de ponto de partida para outras pesquisas, mais específicas e capazes de contribuir para modificação da realidade vivenciada por esses trabalhadores, acostumados com a adversidade e com diversidades.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar:** as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007.
- BACCARIN, J. G. **A Constituição da nova regulamentação sucroalcooleira.** São Paulo: Ed. UNESP ; Brasília, DF: Ed. UnB, 2005. (Cadernos do Cean, 22).
- BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social:** fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.
- BERTOLUCCI JUNIOR, L. et al. Urbanização, migração e emprego: uma análise de municípios no Triângulo Mineiro e no Sul de Minas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2006. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/cepes/artigos_2006.php>. Acesso em: 20 fev. 2009.
- _____. Uberlândia: O impacto das trocas migratórias com as demais microrregiões de Minas Gerais sobre o tamanho da população residente. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES; MOSTRA DE ARTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE MINAS GERAIS, 5., 2001, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: Conifes, 2001. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/cepes/Artigos_2001.php>. Acesso em: 20 fev. 2009.
- BIARNÉS, J. O ser e as letras: da voz à letra, um caminho que construímos todos. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 2, pp. 137-161, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000200009>. Acesso em: 22 fev. 2009.
- BOBBIO, N. **Dicionário de política** 11. ed. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998.
- BONIN, L. F. R. Indivíduo, cultura e sociedade. In: STREY, M. N.(et al) **Psicologia social contemporânea.** 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 58-72.
- BORGES, L. H. Trabalho e doença mental: reconhecimento social do nexos trabalho e doença mental. In: SILVA FILHO, J. F. ; JARDIM, S. (Org.) **A danação do trabalho:** relações de trabalho e o sofrimento. Rio de Janeiro: Te Corá, 1997. p. 193-201.
- BRANDÃO, C. A. **Triângulo Mineiro:** Capital comercial, geopolítica e Agroindústria. 1989. 183 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Econômicas) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G. **O novo rural brasileiro:** novas atividades rurais. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. v. 6.

CAMPREGHER, G. A. **Contribuição à crítica da economia política do não-trabalho**. 2001. 237 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

CARVALHO, C. P. O. Novas estratégias competitivas par ao novo ambiente Institucional: o caso do setor sucroalcooleiro em Alagoas -1990/2001 In: MORAIS, M. A. F. D.; SHIKIDA, P. F. A.(Org.) **Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002.

COSTA, M. L. O. **Setor sucroalcooleiro: da rígida intervenção ao livre mercado**. São Paulo: Método, 2003.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS. Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, n. 30, 2007. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Desempenho_setor_sucroalcooleiro_000f113u81y02wyiv80ispccrrhq47k6p.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2009.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2007.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: Ed UNICAMP, 1985.

DELGADO, G. C.; CARDOSO Júnior, J. C. Universalização de direitos sociais no Brasil: A previdência rural nos anos 1990. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R. (Org.) **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2001. Cap. 11, p. 418-440.

DEMO, P. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>> Acesso em: 5 abr. 2009.

REVISTA ITURAMA: Cidade das Cachoeiras. Prefeitura Municipal de Iturama. Iturama, 1998. p. 40

DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade da informação**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERREIRA, E. W. **Trocas migratórias internas na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2000. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/cepes/artigos_2000.php>. Acesso em: 20 fev. 2009.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 24. ed. São Paulo: Nacional, 1991.

GUANZIROLI, C.; et al. **A agricultura familiar e a reforma agrária no século XX**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUEDES, S. N. R.; GALLO, Z.; MARTINS, L. A. T. P. Passado, presente e futuro da agroindústria canavieira do Brasil: Uma reflexão a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: MORAIS, M. A. F. D.; SHIKIDA, P. F. A. (Org.) **Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002. Cap. 14, p. 308-324.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIOVINAZZO, R. A. Focus Group em Pesquisa Qualitativa – Fundamentos e Reflexões. **Administração On line**, São Paulo, v. 2, n. 4, out/nov/dez. 2001. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm>. Acesso em: 15 jul. 2008.

GUIMARÃES, L. C. **Luta pela terra, cidadania e novo território em construção: o caso da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho - Campo Florido-MG (1989-2001)**. 2002. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002.

GOLGHER, A. B. **Fundamentos da migração**. Belo Horizonte: Ed. UFMG: CEDEPLAR, 2004. (Texto para discussão, nº 231).

GORENDER, J. **O Escravismo Colonial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992.

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. A agricultura brasileira nos anos 1990: o impacto das reformas de políticas. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (Org.) **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2001. Cap. 6, p. 247-301.

HOBSBAWN, E. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

IAMAMOTO, M.V. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Notas técnicas: perfil dos municípios brasileiros 2006**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/>> Acesso em: 4 abr. 2009.

_____. **IBGE cidades @. Iturama-MG**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 5 abr. 2009.

- KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LANNA, A. L. D. **A transformação do trabalho**. Campinas: Ed UNICAMP, 1988.
- LEITE, M. P. **O futuro do trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Scritta, 1994.
- LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LIMA, L; SANTOS, M. A. S. S. (Coord.) **Boletim de Conjuntura de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro ; Centro de Estudos em Políticas Públicas, 2008.
- MARX, K. **O capital**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. v. 2.
- MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.
- MENDES, R. (Org.) **Patologia do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2005.
- MELLO, J. M.C. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MIGLIOLI, J. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- MINAYO, M. C. S.(Org.) **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. 20. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco, 1998.
- MORAES, M. A. F. D. Desregulamentação da agroindústria canavieira: novas formas de atuação do estado e desafios do setor privado. In: _____.; SHIKIDA, P. F. A.(Org.) **Agroindústria canavieira no Brasil**: Evolução, Desenvolvimento e Desafios. São Paulo: Atlas, 2002. Cap. 1, p. 21-41.
- MULLER, G. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo. v. 2/2, n. 6, p. 47-77, abr./jun. 1982.
- OLIVEIRA, T.M.V. Amostragem não probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas. **Administração On line**, São Paulo, v. 2, n. 3, jul/ago/set.2001. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm>. Acesso em: 15 jul. 2008.
- OSÓRIO, L. C. **Psicologia grupal**: uma disciplina para o advento de uma era. Porto Alegre: Artmed, 2003.

POCHMANN, M. et al. **Agenda não liberal da inclusão social no Brasil: Atlas da exclusão social**. São Paulo: Cortez, 2005. v, 5.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAMOS, P. Heterogeneidade e integração produtiva na evolução recente da agroindústria canavieira do Centro-Sul (1985-2000). In: MORAES, M. A. F. D.; SHIKIDA, P. F. A. (Org.) **Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002. Cap. 11, p. 241-260.

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume, 1998.

SERVILHA, V. **O financiamento da agricultura brasileira**. 1994. 228 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

SELIGMANN-SILVA, E. Psicopatologia e saúde mental no trabalho. In: MENDES, R. (Org.) **Patologia do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2005.

SHIKIDA, P. F. A.; NEVES, M. F.; REZENDE, R. A. Notas sobre dinâmica tecnológica e agroindústria canavieira no Brasil. In: MORAES, M. A. F. D.; SHIKIDA, P. F. A. (Org.) **Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002. Cap. 5, p. 120-136.

SILVA, J.G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed UNICAMP, 1996.

SILVER, B. J. **Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUZA, I. **Migrações internas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SOUZA, R. M. ; CÔRREA, V. P. Mudanças no Padrão de Financiamento Agrícola e menor participação do Estado: Impactos negativos sobre produtores não integrados. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES; MOSTRA DE ARTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE MINAS GERAIS, 5. 2001, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: Conifes, 2001. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/cepes/Artigos_2001.php>. Acesso em: 20 fev. 2009.

SOUZA, R. M. **O Setor Informal da Economia, com ênfase para a região do Triângulo Mineiro - Uberlândia**. 1996. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharel em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1996.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira, origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNYI, T. Efeitos e desafios das novas tecnologias na agroindústria canavieira. In: MORAES, M. A. F. D.; SHIKIDA, P. F. A.(Org.) **Agroindústria canavieira no Brasil: Evolução, Desenvolvimento e Desafios**. São Paulo: Atlas, 2002. Cap. 4, p. 93-114.

USINA CORURIFE. **Histórico**. Disponível em: <
http://www.usinacoruripe.com.br/a_empresa/historico.asp.> Acesso em: 10 mar. 2009.

USINA CORURIFE. **Produção**. Disponível em: <
http://www.usinacoruripe.com.br/a_empresa/producao.asp.> Acesso em: 10 mar. 2009.

VIAN, C. E. F. **Agroindústria canavieira: estratégias competitivas e modernização**. Campinas: Átomo, 2003.

ZELDIN, T. **Uma história íntima da humanidade**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Entrevista semiestruturada com os trabalhadores migrantes empregados no setor sucroalcooleiro em Iturama-MG

1) Cidade de Origem: _____ Estado: _____ () Meio rural () Meio urbano

Quem veio primeiro? () marido Quando? _____ () toda família veio junta Quando? _____

() Se o marido veio primeiro quanto tempo depois veio a família?

Há quanto tempo toda família está em Iturama?

2) Se tivessem trabalho na cidade de origem teriam vindo? _____ Há intenção de voltar? () não () sim Quando?

Por que? _____

3) O que motivou a vinda para Iturama?

4) Qual a importância do trabalho em sua vida e de sua família?

5) Idade chefe de família: () 18 a 23 anos () 24 a 29 anos () 30 a 35 anos () 36 a 41 anos () 42 a 47 anos () 48 a 52 anos () 53 a 58 anos () acima de 59 anos

6) Sexo: () Masculino () Feminino

7) Etnia: () Branco () Indígena () Negro () Oriental () Pardo

8) Aprendeu a ler e escrever? () sim () não

9) Qual o seu nível de escolaridade (até que série frequentou a escola)?

- Aprendeu a assinar o nome
 Fundamental Básico Incompleto (1ª a 4ª série)
 Ensino Fundamental Básico Completo (Concluiu a 4ª série)
 Ensino Fundamental Incompleto (5ª a 8ª série)
- Ensino Fundamental Completo (Concluiu a 8ª série)
 Ensino Médio Incompleto (1º a 3º colegial)
 Ensino Médio Completo (concluiu o 3º Colegial)
 Ensino Superior Incompleto (Faculdade)
 Ensino Superior Completo (Faculdade)

10) O chefe de família está estudando atualmente? Sim Não

11) Estado Civil: Amasiado Casado Separado Solteiro Viúvo

12) Quantas pessoas moram na sua casa (incluindo você)? _____

Quem são? (pode marcar mais de uma opção)

esposa filho pais irmãos primos sobrinhos enteados outros _____

13) Qual é o número de filhos? (colocar a quantidade):

Menores de 7 De 15 anos até 17 anos: _____

anos: _____ De 18 anos acima: _____

De 7 anos até 14

anos: _____

14) Seus filhos frequentam a escola? Todos Só os pequenos (7 a 14 anos)

Nenhum Atualmente nenhum Nenhum nunca freqüentou Só os maiores (de 15 a 17 anos) Outros _____

Como é o relacionamento da família com a escola?

15) Qual a diferença verificada entre a escola em Iturama e em sua cidade de origem?

16) Como é o relacionamento da família com a assistência social?

17) Sua habitação é? própria alugada cedida financiada

18) Sua habitação é de: () alvenaria () madeira () taipa não revestida
() palha () lona, plástico () outro material _____

19) Tem banheiro? () não () sim Que tipo de banheiro? () com rede coletora de esgoto () com fossa séptica (revestida com alvenaria) () fossa rudimentar(fossa negra)
() outra forma _____

20) Possui energia elétrica? () sim () não

21) Qual é a renda familiar (de todos os que trabalham na família ou recebem aposentadoria)?

() Menos de ½ salário mínimo () Mais de ½ até 1 salário mínimo () Mais de 1 até 2 salários mínimos () Mais de 2 até 3 salários mínimos () Mais de 3 até 5 salários mínimos

() Mais de 5 até 7 salários mínimos () Outro _____

22) Sua família é beneficiada por algum programa de transferência de renda do governo?

() não () sim Quais? () Bolsa família () Benefício de prestação continuada () Programa municipal(renda mínima e outros) () Programa estadual(renda mínima e outros)
Outros _____

23) Existem aposentados em sua família? () não () sim
Quantos? _____

24) Com que idade o chefe de família começou a trabalhar? _____ Em que tipo de atividade? () rural () urbana

Em qual atividade?

() Trabalhador do comércio

() Trabalhador rural

() Trabalhador da indústria

() Prestador de serviços

25) Nos 2 (dois) anos anteriores ao ingresso no setor sucroalcooleiro, trabalhava em qual atividade profissional?

() Trabalhador do comércio

() Prestador de Serviços

() Trabalhador da indústria

() Desempregado

() Trabalhador Rural

() Sempre trabalhou no setor sucroalcooleiro

26) Se trabalhou nos últimos anos, em atividade rural, a propriedade era:

() própria () arrendada () dos seus pais () sogros () dada em parceria () era trabalhador rural contratado () outros _____

27) Se era produtor rural, qual(is) produto(s) produzia?

() arroz () feijão () batata () milho () algodão () mamona () outros
_____ Para: () consumo () comércio

28) Se era trabalhador contratado em atividade rural ou urbana, trabalhava com carteira assinada? () sim () não

29) Com sua atividade anterior ao corte de cana-de-açúcar, qual era a renda média mensal da família?

- Menos de 1 salário mínimo(R\$ 380,00) Acima de R\$ 600,00 e menos de R\$ 700,00
- Menos de ½ salário mínimo(R\$190,00) Acima de R\$ 700,00 e menos de R\$ 800,00
- Menos de R\$100,00 Acima de R\$ 800,00 e até R\$ 1.500,00
- Entre R\$ 390,00 e R\$ 500,00
- Acima de R\$ 500,00 e menos de R\$ 600,00

30) O chefe de família pensa em exercer outra profissão?

- Não Sim Qual Profissão? _____

31) Há quanto tempo o chefe de família trabalha no setor sucroalcooleiro?

- A menos de 1 ano A mais de 3 anos e a menos de 4 anos
- A mais de 1 ano e a menos de 2 anos A mais de 4 anos
- A mais de 2 anos e menos de 3 anos Sempre trabalhei nesta atividade

32) Qual o mais importante motivo que o fez optar pelo setor sucroalcooleiro?

- desemprego renda insuficiente busca por uma nova atividade profissional
- necessidade de inserção no mercado de trabalho vontade de mudar de região

33) Você tem consciência das leis que regulamentam a queima da cana?

- Sim Não não sei

34) Você é a favor ou contra a proibição da queima da cana?

- Sim Não não sei

35) Quais são as atividades de lazer da família? (pode assinalar mais de uma opção)

- Bailes e festas frequenta bares estuda esportes(futebol) frequenta clubes casas de amigos da cidade outras repúblicas de safristas
- não sai de casa
- ler escrever cartas internet outros

36) O chefe de família faz uso de bebida alcoólica? não sim

- Somente nos dias de folga De 2 a 3 dias por semana
- Todos os dias da semana De 4 a 6 dias por semana
- Nenhum dia

37) A família tem algum plano de Saúde(além do Sistema Único de Saúde – SUS)?

- Não Sim Qual? _____

38) Já utilizou os serviços de saúde do município? () não () sim

Como avalia o atendimento que recebeu?

() ruim () regular () bom () ótimo

39) Já utilizou algum serviço de assistência social do município? () não () sim Qual? _____ Como avalia o atendimento que recebeu?

() ruim () regular () bom () ótimo

40) Quais são os motivos que geralmente fazem com que o chefe de família falte no serviço?

() Hipertensão Arterial (Pressão() Alta) Acidentes com ferramentas Cortantes e/ou animais peçonhentos

() Dores de Coluna () Outros

() Asma, Bronquite, Pneumonia () Não falta por problemas de saúde

41) Qual o método contraceptivo(para evitar gravidez) que você ou sua/seu companheira (o) utilizam?:

() Camisinha

() Vasectomia (Cirurgia para não ter mais filhos)

() Diafragma

() Laqueadura (Cirurgia para não ter mais filhos)

() Pílulas

() Nenhum

() Tabelinha

42) O chefe de família tem algum tipo de complicação de saúde? () não () sim Qual(is):

() Diabetes *Mellitus*

() Alcoolismo

() Hipertensão Arterial

() Nenhum

() Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica – DPOC (Asma, Bronquite)

() Coluna

() Outros _____

() Hepatites

43) Há quanto tempo?

() Menos de 1 ano

() A mais de 3 anos e menos de 4 anos

() A mais de 1 ano e a menos de 2 anos

() Acima de 4 anos

() A mais de 2 anos menos de 3 anos

44) Você é a favor ou contra a colheita mecanizada?

() A favor () Contra () não sei

45) O que você acha que vai acontecer com a oferta de emprego?

() aumentar () diminuir Outros _____

46) É filiado ao sindicato da sua categoria?

() sim () não

Quanto à filiação ao sindicato da sua categoria:

- é filiado atualmente
- já foi filiado
- nunca foi filiado
- participa da diretoria do sindicato
- já participou da diretoria do sindicato de sua categoria

47) Como você se sente em relação aos moradores da cidade de Iturama?

- bem recebido mal recebido discriminado indiferente fez amigos
- outro _____

48) Em relação aos policiais/guardas municipais?

- Sente-se discriminado Não se sente discriminado

49) Você já foi abordado por policiais?

- nunca foi abordado foi abordado uma vez
- foi abordado duas vezes foi abordado várias vezes

50) Quais estabelecimentos comerciais você frequenta na cidade? (assinale mais de uma opção)

- supermercados bares e lanchonetes restaurantes açougues lojas de vestuário(roupas, calçados) lojas de eletrodomésticos revendedoras de motos e carros revendedoras de celular

51)Quais produtos/serviços você consome no comércio da cidade? (assinale mais de uma opção)

- comida (refeições) motos bebidas carros roupas e calçados
- televisão, aparelho de som e DVD computador mp3 aparelho celular

52) Se você é dono de pequena propriedade em sua cidade de origem, tem conhecimento dos programas de financiamento e auxílio ao produtor rural?

- não sim **Quais:** Pronaf Programas municipais(prefeitura local)
- Programa de aquisição alimentar Banco da terra Programas estaduais (estado de origem) Cooperativa de qualquer tipo Intermediário, vendedor de insumos, agroindústria Prefeitura Incra Pastoral da Terra Outra Não sei

53) Já utilizou ou utiliza algum desses programas? sim não

54) Em algum momento, recebeu ou recebe algum tipo de assistência técnica(agrônomo, veterinário, técnico agríciola ou qualquer outro profissional)

- sim não

55) Assinale o que você possui em sua propriedade rural:

- vacas/bois cabras porcos aves tratores açude

56) O chefe de família ou alguém da família possui conta bancária?

- não sim Desde quando? _____

57) A família possui religião?

() não () sim **Qual?**
() católica ()espírita ()evangélica ()seicho-no-ie ()candomblé ou umbanda
() outros _____

58) Frequenta alguma igreja?

() não () sim **Qual?** () católica ()espírita ()evangélica ()seicho-
no-ie
() candomblé ou umbanda

59) Frequentava alguma outra religião em sua cidade de origem?

60) Quais são as festas religiosas, regionais e típicas que eram celebradas em sua cidade de origem e que não existem em Iturama?

61) Quais as modificações verificadas na alimentação?

62) Há quanto tempo não visita a família na cidade de origem?

APÊNDICE B - Entrevista com a diretora da escola que atende aos moradores do bairro Antônio Bráulio

1) A escola recebe crianças de famílias migrantes provenientes do Nordeste brasileiro? () não () sim Qual a proporção de crianças migrantes em relação ao total de matrículas? _____

2) Os migrantes frequentam programas de escolarização de adultos?

() sim () não Por que?

3) Como é o relacionamento da escola com os migrantes?

4) Como a escola avalia a presença de migrantes em Iturama?

() positiva () negativas Comentários_____

APÊNDICE C - Entrevista com funcionário que trabalhou para os grupos Alexandre Balbo e Tércio Wanderley na unidade produtiva de Iturama-MG

1) Durante quanto tempo o senhor trabalhou para os grupos Alexandre Balbo e Tércio Wanderley na unidade produtiva de Iturama-MG? _____

2) Em que tipo de ocupação trabalhava?

indústria transporte armazenamento administrativo

outros _____

3) Quais as modificações verificadas a partir da mudança do grupo Alexandre Balbo para o grupo Tércio Wanderley na unidade produtiva de Iturama-MG? (remuneração, questão salarial e outros aspectos)

APÊNDICE D - Entrevista com o gerente da “Mercearia do Norte”

1) Quais os principais produtos comercializados na “Mercearia do Norte”?

2) Qual é o período de maior consumo?

3) Os produtos são provenientes de quais Estados do Nordeste?

4) Qual a importância da “Mercearia do Norte” para a população de trabalhadores migrantes nordestinos?

APÊNDICE E: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____
_____, R.G. nº _____,
Autorizo a gravação, filmagem e registro escrito de minha(s) entrevista(s), com a finalidade de colaborar com a pesquisa de campo intitulada: Trabalho e Vivência cotidiana no complexo canavieiro: A experiência do Migrante Nordestino em Iturama-MG, da aluna Regina Maria de Souza, regularmente matriculada no Programa de Mestrado da Faculdade de História, Direito, Serviço Social – UNESP – Campus de Franca, sob a orientação do Prof. Dr. Ubaldo Silveira.

Estou ciente de que este material será lido, ouvido e assistido pela referida aluna e seu orientador, bem como serão utilizados trechos de minha entrevista para transcrição em sua dissertação de mestrado. A pesquisadora assume o compromisso de observar os princípios éticos de pesquisa científica, seguindo procedimentos de sigilo e descrição que assegurem a privacidade dos sujeitos quanto aos dados envolvidos na pesquisa.

Este termo de consentimento será assinado em duas vias, sendo uma entregue ao sujeito de pesquisa e a outra retida pela pesquisadora.

Para qualquer esclarecimento, a pesquisadora poderá ser contactada pelo telefone (17) 91593240 ou pelo email rgeconomia@gmail.com.

Iturama, ____/____/2009

Sujeito de pesquisa

Regina M. de Souza

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)